

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 046/2026
Data: 18/03/2026**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
ENCONTRO PORTO & MAR EM SANTOS DISCUTE IMPACTOS REGIONAIS E GESTÃO PORTUÁRIA.....	4
MINISTRO DO TCU DEFENDE EQUILÍBRIO ENTRE CONTROLE PÚBLICO E EFICIÊNCIA NO SETOR PORTUÁRIO	6
NOVA SEDE DA POLÍCIA FEDERAL NA PONTA DA PRAIA, EM SANTOS, CUSTARÁ R\$ 58 MILHÕES E TERÁ CONVÊNIO ASSINADO 7	7
PORTOS BRASILEIROS MOVIMENTAM 104 MILHÕES DE TONELADAS EM JANEIRO	7
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	8
DO MILHO AO ETANOL: GRUPO PROGRESSO INVESTE R\$ 1,18 BILHÃO EM USINA NO PIAUÍ.....	8
AÇÚCAR SEGURA EXPORTAÇÕES, MAS ALAGOAS AMARGA DÉFICIT DE US\$ 43 MI.....	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
APLICATIVO HÓRUS AMPLIARÁ ACESSO A DADOS DA AVIAÇÃO BRASILEIRA PARA A POPULAÇÃO	11
SUDESTE LIDERA CABOTAGEM NO BRASIL COM 155,7 MILHÕES DE TONELADAS E CRESCIMENTO DE 3,18% EM 2025	13
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	14
MINISTRO RENAN FILHO ANUNCIA RECUPERAÇÃO DE 406 QUILOMETROS DA BR-020 E VISTORIA OBRAS NA BR-116 NO CEARÁ	14
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INAUGURA DUPLICAÇÃO NA BR-222 E CONSOLIDA INVESTIMENTOS DE R\$ 720 MILHÕES NO CEARÁ.....	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT	17
EDITORIAL – O AVANÇO DA AUTOESTRADA AZUL	17
INSIGHT – DIREITO - DE AUTORIDADE A AGÊNCIA: POR QUE A NOVA ANPD IMPORTA PARA OS NEGÓCIOS	18
POLÍTICA - PF ACHA TABELA DE PROPINAS DO ESQUEMA INSS	19
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	20
<i>Dino defende punições mais severas</i>	<i>20</i>
<i>Detida</i>	<i>20</i>
<i>Sem comprovação.....</i>	<i>21</i>
<i>Tecnologia industrial.....</i>	<i>21</i>
<i>Ação estratégica</i>	<i>21</i>
POLÍTICA - OPERADORA DO INSS PAGOU R\$ 4 MILHÕES A STEFANUTTO, DIZ PF	21
POLÍTICA - POLÍCIA LEGISLATIVA VAI INVESTIGAR VAZAMENTO DE DADOS DE VORCARO.....	22
POLÍTICA - ESCALA 6X1: MOTTA DESCARTA DISCUSSÃO ‘ATROPELADA’	22
POLÍTICA - SE TIVER “ENROLAÇÃO”, GOVERNO VAI ENVIAR PROJETO DE URGÊNCIA, AVISA BOULOS	24
TRANSPORTES - RODOVIAS - DUPLICAÇÃO DA BR-222 É ENTREGUE NO CEARÁ COM INVESTIMENTOS DO NOVO PAC	24
TRANSPORTES - RODOVIAS - BR-116 CONCENTRA INVESTIMENTOS PARA AMPLIAR PRINCIPAL ACESSO RODOVIÁRIO DO CEARÁ.....	25
TRANSPORTES – PORTOS - RECUPERAÇÃO DA BR-020 ABRANGE 406 QUILOMETROS E DEVE SER CONCLUÍDA ATÉ 2027 ..	25
TRANSPORTES – PORTOS - STF ANULA DECISÃO DO TCU E LIBERA COBRANÇA DE TAXA SOBRE CARGAS IMPORTADAS ...	26
TRANSPORTES – PORTOS - SUDESTE LIDERA CABOTAGEM COM 155,7 MILHÕES DE TONELADAS EM 2025	26
TRANSPORTES – PORTOS - APS VAI DEPOSITAR APOORTE PARA PROJETO DO TÚNEL ATÉ O FIM DO MÊS	27
TRANSPORTES – AVIAÇÃO - ANAC CELEBRA 20 ANOS E DESTACA TRAJETÓRIA DA REGULAÇÃO DA AVIAÇÃO NO PAÍS.....	28
PETRÓLEO E GÁS – PETROBRAS RECOMPRA PARTICIPAÇÃO E RETOMA CONTROLE TOTAL DE CAMPOS NA BACIA DE CAMPOS	30
BRASIL EXPORT - ANP INICIA NOTIFICAÇÕES PARA APURAR PREÇOS ABUSIVOS EM COMBUSTÍVEIS	31
BRASIL EXPORT - SEGURANÇA JURÍDICA NAS HIDROVIAS ENTRA NA PAUTA DO NORTE EXPORT	32
ESG - OPINIÃO - DA TEORIA À OBRA: O PAPEL DAS FINANÇAS SUSTENTÁVEIS NA NOVA INFRAESTRUTURA DO MERCOSUL ...	33
AGRONEGÓCIO - AGRO BATE RECORDE EM FEVEREIRO COM EXPORTAÇÕES DE US\$ 12,05 BILHÕES	35
COMÉRCIO EXTERIOR - CONGRESSO NACIONAL RATIFICA ACORDO MERCOSUL-EU	36
COMÉRCIO EXTERIOR - ALCKMIN PREVÊ IMPACTOS NAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS	37
FINANÇAS - DÓLAR RECUA 0,57% E FECHA COTADO A R\$ 5,20.....	38
FINANÇAS - Aos 180 MIL PONTOS, IBOVESPA MANTÉM ALTA MODERADA.....	38
JUSTIÇA - STF CONDENA DEPUTADOS DO PL POR CORRUPÇÃO	39
JUSTIÇA - MORAES DÁ 5 DIAS PARA RJ ENTREGAR VÍDEOS DE OPERAÇÃO CONTRA O CV	40
JUSTIÇA - BOLSONARO FAZ NOVO PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR	41
JUSTIÇA - EX-PRESIDENTE TEM MELHORA CLÍNICA, MAS SEGUE SEM PREVISÃO DE ALTA DA UTI.....	42
JUSTIÇA - MORAES BARRA SAÍDA TEMPORÁRIA DE WALTER DELGATTI.....	42



JUSTIÇA - EX-ASSESSOR DE BOLSONARO PEDE ANULAÇÃO DE CONDENAÇÃO	43
INTERNACIONAL - COLÔMBIA ACUSA EQUADOR DE LANÇAR BOMBAS DE AVIÃO.....	44
INTERNACIONAL – EQUADOR ADMITE BOMBARDEIO, MAS CONTRA GRUPOS ARMADOS COLOMBIANOS EM SEU TERRITÓRIO	45
INTERNACIONAL - “NÃO PRECISAMOS DA AJUDA DE NINGUÉM”, DIZ TRUMP	46
INTERNACIONAL – DADOS DE TRÁFEGO MARÍTIMO MOSTRAM QUE 15 NAVIOS PASSARAM POR ORMUZ EM 3 DIAS.....	47
INTERNACIONAL – “IRÃ NÃO É AMEAÇA”, DIZ EX-CHEFE DO ANTITERRORISMO DOS EUA	47
INTERNACIONAL – GOVERNO IRANIANO CONFIRMA A MORTE DE ALI LARIJANI, DO CONSELHO SUPREMO DE SEGURANÇA.....	49
BAHIA ECONÔMICA - BA	49
RENAN FILHO DIZ QUE GREVE DE CAMINHONEIROS “NÃO É BOA SAÍDA” E DEFENDE DIÁLOGO	49
PORTOS BAIANOS TERÃO PLANO DIRETOR PARA AUMENTAR A COMPETITIVIDADE NO MERCADO	50
JORNAL O GLOBO – RJ.....	50
GOVERNO FEDERAL PROPÕE A ESTADOS ZERAR ICMS SOBRE IMPORTAÇÃO DE DIESEL E COMPENSA 50% DAS PERDAS	50
ARÁBIA SAUDITA DESVIA DE ESTREITO DE ORMUZ E JÁ RESTABELECEU METADE DE SUAS EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO	53
ACORDO COM 21 SECRETÁRIOS PREVÊ COMPARTILHAMENTO EM TEMPO REAL DE NOTAS FISCAIS DE COMBUSTÍVEIS.....	54
MARINHO DEFENDE FIM DA ESCALA 6X1 E JORNADA DE 40 HORAS, MAS PEDE CAUTELA PARA NÃO 'ENGESSAR' A ECONOMIA	54
GOVERNO TENTA GARANTIR FRETE MÍNIMO PARA AMENIZAR IMPACTO DA ALTA DO DIESEL PARA CAMINHONEIROS	55
PRIMEIRA-MINISTRA JAPONESA DISCUTIRÁ EXPLORAÇÃO DE TERRAS RARAS COM TRUMP	56
INCÊNDIO FORÇA RETIRADA DE PRINCIPAL PORTA-AVIÕES DOS EUA ENVOLVIDO EM COMBATE COM O IRÃ.....	57
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	59
CONFLITO NO ORIENTE MÉDIO AMEAÇA CUSTO DE PRODUÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	59
PARA LIBERAR US\$ 1,5 BI À CSN, BANCOS COBRAM VENDA DE DIVISÃO DE CIMENTOS	61
DIESEL TEVE ALTA DE QUASE 20% NO BRASIL DESDE O INÍCIO DA GUERRA NO ORIENTE MÉDIO, DIZ LEVANTAMENTO	62
ALTA NO PREÇO DO PETRÓLEO COM A GUERRA AMEAÇA EXPANSÃO DA AVIAÇÃO REGIONAL, DIZ PRESIDENTE DA ABEAR.....	63
O CHOQUE DO PETRÓLEO: BRASIL PODE VIRAR PEÇA-CHAVE NA CRISE PROVOCADA PELA GUERRA NO ORIENTE MÉDIO	65
VALOR ECONÔMICO (SP).....	66
TCU PROÍBE APORTE DE R\$ 2,6 BI NO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ.....	66
DOIS NAVIOS DE PETRÓLEO DA RÚSSIA ESTÃO SEGUINDO PARA A CUBA	67
TRANSPETRO AMPLIA OFERTA DE SERVIÇOS PARA CLIENTES FORA DO SISTEMA PETROBRAS	68
PLANO DE INVESTIMENTOS DA ECORODOVIAS PARA 2026 É DE R\$ 5,4 BILHÕES	69
TRANSPETRO FECHA ACORDOS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA COM TRAFIGURA E IPIRANGA EM NOVA LINHA DE ATUAÇÃO.....	69
FOLHA DE SÃO PAULO - SP	71
GOVERNO CONTRATA MAIS DE UMA ITAIPU EM MAIOR LEILÃO DE ENERGIA DO ANO	71
TCU SUSPENDE R\$ 2,6 BI DE APORTES DO GOVERNO FEDERAL PARA O TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ	72
PETROBRAS DIZ QUE IMPORTADORES PRIVADOS ESTÃO DESVIANDO DIESEL QUE VIRIA AO BRASIL	73
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	74
MINISTÉRIO DIVULGA CALENDÁRIO 2026 DO PROGRAMA NAVEGUE SIMPLES	74
TRANSPETRO PRESTARÁ SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO PARA TRAFIGURA E IPIRANGA	75
ARTIGO - A TROCA DO INDEXADOR DO FMM AMEAÇA A RETOMADA DA CONSTRUÇÃO NAVAL	76
CNA PEDE QUE GOVERNO ZERE ALÍQUOTAS DO AFRMM	78
PROJETO EM BARRA DO FURADO PREVÊ BASE OFFSHORE E RECICLAGEM DE EMBARCAÇÕES.....	79
ANTAQ APROVA PRIMEIRO PROJETO DO PROGRAMA OUTORGA VERDE.....	80
FRAGATA TAMANDARÉ CHEGA AO RIO PARA SER INCORPORADA À MARINHA.....	80
PETROBRAS EXERCE DIREITO DE PREFERÊNCIA PARA 100% DO CAMPO DE TARTARUGA VERDE E DO MÓDULO III DE ESPADARTE	81
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	82
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM	82



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

ENCONTRO PORTO & MAR EM SANTOS DISCUTE IMPACTOS REGIONAIS E GESTÃO PORTUÁRIA

Evento reunirá prefeitos e lideranças para debater mobilidade, infraestrutura e relação entre o Porto de Santos e municípios da Baixada Santista

Por Bárbara Farias 18 de março de 2026



Os desafios da Autoridade Portuária e os impactos do Porto nas cidades serão debatidos em evento (Alexsander Ferraz/AT)

Os desafios da gestão portuária no Brasil e a relação do Porto de Santos com os municípios da Baixada Santista serão discutidos no Encontro Porto & Mar, no próximo dia 26, a partir das 14 horas, na sede do Grupo Tribuna, em Santos. O encontro reunirá autoridades públicas e lideranças do setor (veja a programação mais abaixo).

Um dos convidados, o prefeito de Praia Grande, Alberto Mourão (MDB), defende uma discussão ampla sobre os impactos da atividade portuária na região metropolitana. “Não dá para discutir porto só na questão de calado ou concessão. Tem que discutir o lado de fora, porque ele não funciona se o lado de fora não funcionar. Se o entorno não funciona, as cidades vizinhas também não funcionam economicamente”.

Mourão afirmou que a ampliação da infraestrutura viária é prioridade. Para ele, o principal gargalo está na mobilidade, especialmente no Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI). “A gente depende muito do funcionamento pleno da Imigrantes. Temos quatro faixas, onde três ficam ocupadas com caminhões”, declarou.

“A discussão da terceira pista é fundamental, mas que ela sirva realmente para resolver a subida”, destacou o prefeito, reforçando que o desafio é equilibrar logística e turismo. “A gente precisa garantir a subida e descida dos caminhões e, também, do turista, do veranista, com segurança”.

O chefe do Executivo cobra uma visão integrada para o desenvolvimento regional. “O Porto de Santos interfere em Cubatão, São Vicente e Praia Grande. Nos últimos cinco anos, os terminais de armazenamento de contêineres e atividades de apoio já chegaram quase na Vila Mirim”.

O prefeito de Guarujá, Farid Madi (Pode), afirmou manter “conversas produtivas com a Autoridade Portuária” e que está ansioso para discutir sobre “mobilidade urbana, como vias de acesso e infraestrutura no entorno, além do canteiro de obras (túnel) em Vicente de Carvalho, que deverá gerar mais de 5 mil empregos diretos”.

Já o prefeito de Cubatão, César Nascimento (PSD), defenderá, no encontro, que Cubatão é a solução para os problemas do Porto de Santos. “Temos áreas para novos berços de atracação, para atividades retroportuárias e industriais que geram desenvolvimento econômico em consonância com as questões ambientais”, diz ele.

Nascimento ressalta que Cubatão não pode ficar apenas com o ônus dos recordes batidos anualmente, mas precisa ser integrada nas ações de expansão e modernidade do Porto. “Precisamos de investimentos em qualificação de mão de obra e mobilidade. Nenhuma carga chega ao Porto de Santos por caminhões ou trens sem passar por Cubatão”.



O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, destacou que “a APS mantém diálogo permanente com as prefeituras e compreende a posição dos prefeitos frente aos impactos positivos e negativos do complexo portuário”.

Pomini observou que “com o apoio das prefeituras, será possível atrair novos investimentos, gerar empregos e tornar o Porto mais eficiente, contribuindo para a economia e desenvolvimento humano da Baixada Santista”.

Inscrições para o evento devem ser efetuadas [aqui](https://grupo-tribuna.evolutp.app/pages/evento?id=39). <https://grupo-tribuna.evolutp.app/pages/evento?id=39>

PROGRAMAÇÃO

- 14h30 - BOAS-VINDAS

- Paulo Alexandre Barbosa - Deputado federal

- 14h30 - ABERTURA OFICIAL

- Rogério Santos - Prefeito de Santos
- Farid Madi - Prefeito de Guarujá
- César Nascimento - Prefeito de Cubatão
- Alberto Mourão - Prefeito de Praia Grande

- 15h - O PAPEL DO AGENTE PÚBLICO E OS DESAFIOS NA GESTÃO DAS AUTORIDADES PORTUÁRIAS

- Anderson Pomini - Presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS)

- 15h30 - PAINEL: O DESCOMPASSO DO GOVERNO FEDERAL X ESTADUAL E MUNICIPAL

- Flávia Pontilhão - Gerente de Coordenação da Fiscalização da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)
- Fábio Ferraz - Secretário de Governo de Santos
- Jesualdo Silva - Diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP)
- Washington Flores - CEO da Bandeirantes Deicmar
- Fabio Siccherino - CEO da DP World Brasil
- Denis Gerage Amorim - Subsecretário estadual de Logística e Transportes

- 16h40 - PERGUNTAS E RESPOSTAS

- COLUNISTAS PORTO & MAR

- 17h - TRIBUNA TALKS: A GESTÃO DAS AUTORIDADES PORTUÁRIAS E OS ENTRAVES NO DESENVOLVIMENTO

- Anderson Pomini Presidente da APS
- Luiz Fernando Garcia - Presidente da Portos do Paraná
- Ernesto Sampaio - Presidente da Companhia Docas de São Sebastião

- 18h COFFEE DE ENCERRAMENTO

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 18/03/2026

MINISTRO DO TCU DEFENDE EQUILÍBRIO ENTRE CONTROLE PÚBLICO E EFICIÊNCIA NO SETOR PORTUÁRIO

Anastasia destaca segurança jurídica, papel do Estado e parceria com a iniciativa privada em projetos de infraestrutura

Por Maurício Martins, enviado a Brasília 18 de março de 2026



Ao participar do Summit TCU, realizado no último dia 10, em Brasília, o ministro Anastasia defendeu a modernização do modelo brasileiro (Dimmy Falcão, especial para A Tribuna)

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Antonio Anastasia acredita na necessidade de equilíbrio entre controle público e eficiência na infraestrutura nacional, com ênfase no setor portuário, que classifica como estratégico e altamente complexo.

Ao participar do Summit TCU, realizado no último dia 10, em Brasília, o ministro defendeu a modernização do modelo brasileiro, com maior participação do setor privado, mas sempre ressaltando a condução institucional do Estado. Segundo ele, a presença estatal continua sendo central, embora deva se adaptar às transformações econômicas e às demandas de cada período histórico.

“O papel do Estado é relevantíssimo. É claro que ele se modifica ao longo do tempo pelas peculiaridades econômicas de cada época e pelas circunstâncias políticas que justificam a mudança ou não da sua presença, inclusive na execução direta dos serviços”, afirmou.

Anastasia fez uma leitura histórica da atuação estatal nos portos, destacando que o Brasil já transitou por diferentes modelos ao longo do tempo. “Se nós voltarmos ao século 19, vamos observar que a pouca estrutura do poder público compeliu os governos a conceber os portos privados. Já no século 20, o fortalecimento do Estado levou à estatização. E agora nós revertemos novamente, para permitir que uma atividade que tem natureza industrial seja prestada pelo setor privado em parceria com o setor público”.

O ministro destacou que a atuação estatal se dá em diferentes dimensões — legislativa, regulatória e de controle — e que todas são fundamentais. “Quando se trata de uma atividade de interesse público, como é o caso dos portos, necessariamente haverá a presença do Estado, ora mais, ora menos, mas sempre haverá. A função legislativa organiza o setor, e a partir dela se desenvolve a função regulatória, que estabelece os procedimentos e garante que essa relação entre o público e o privado ocorra dentro de parâmetros definidos”.

O ministro também enfatizou que a segurança jurídica é condição essencial para viabilizar investimentos no setor portuário. “Estamos falando de investimentos de 25, 50, 70 anos. Isso exige confiança, previsibilidade e segurança jurídica para que esses recursos retornem de forma positiva para quem investe, gerando emprego, riqueza e desenvolvimento”, afirmou.

Outro ponto destacado foi a necessidade de mudança cultural na relação entre o poder público e a iniciativa privada. “O parceiro privado precisa ser visto como um aliado. Durante muitos anos vigorou a ideia de que ele representava um risco ou um dano ao Estado, o que é um equívoco. A busca do lucro é legítima e necessária dentro desse modelo”.

Ao tratar do papel do TCU, o ministro ressaltou que o controle externo deve ir além da análise formal de legalidade e considerar também os resultados entregues à sociedade. Segundo ele, essa mudança de enfoque já vem sendo incorporada pelo tribunal. “O controle externo tem a missão de velar pela legalidade, mas também pelo resultado, pela entrega concreta do serviço público. O tribunal deixou

aquele antigo espírito de criar dificuldades e burocracia excessiva e passou a atuar com foco na solução e na melhoria dos projetos”, afirmou.

Anastasia defendeu maior flexibilidade na gestão dos contratos. “As coisas hoje evoluem de modo muito mais rápido do que anteriormente. Por isso, os contratos não podem ser estáticos. Nós temos que ser flexíveis, inclusive com a possibilidade de ajustes, para garantir que o resultado final seja efetivamente entregue”, disse.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/03/2026

NOVA SEDE DA POLÍCIA FEDERAL NA PONTA DA PRAIA, EM SANTOS, CUSTARÁ R\$ 58 MILHÕES E TERÁ CONVÊNIO ASSINADO

Assinatura ocorre nesta quinta-feira (19), com previsão de entrega em 2029

Da A Tribuna.com.br 18 de março de 2026



Valor da APS previsto para a construção do prédio é de R\$ 58 milhões (Reprodução)

A Polícia Federal (PF) assinará, nesta quinta-feira (19), às 14h30, na Ponta da Praia, em Santos, o convênio destinado à elaboração do projeto executivo da nova sede da Delegacia de PF no Porto de Santos. Será no terreno onde ficará o empreendimento, na Praça Almirante Gago Coutinho, s/nº, ao lado do Terminal Pesqueiro Público de Santos (TPPS) e em frente ao Centro de Convenções.

A nova sede será instalada em área de aproximadamente 5,8 mil metros quadrados (m²), pertencente à União e destinada à Polícia Federal, com previsão de construção de edifício de dez andares para abrigar as atividades operacionais e administrativas da delegacia. A expectativa é de que o local fique pronto em 2029.

O valor previsto para a construção do prédio é de R\$ 58 milhões. O repasse será feito pela Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-Fips) à Autoridade Portuária de Santos (APS) como parte obrigatória de contrapartida prevista em contrato para investimentos em infraestrutura portuária.

A gestora do Porto, por sua vez, abriu mão do valor porque considera que uma sede da PF bem localizada é estratégica para o Porto.

O evento contará com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. Além de assinar o convênio, o ministro deve lançar a pedra fundamental da nova sede, anunciar dois novos berços de atracção para navios na Ilha Barnabé, em Santos, e falar sobre recursos para a obra do túnel imerso Santos-Guarujá.

Há ainda a expectativa de anúncio do novo cronograma para leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, projeto que se arrasta há anos, cujas datas são constantemente adiadas pelo ministro.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/03/2026

PORTOS BRASILEIROS MOVIMENTAM 104 MILHÕES DE TONELADAS EM JANEIRO

Volume de cargas cresce 12,8% na comparação com o mesmo mês de 2025

Da A Tribuna.com.br 17 de março de 2026



Os números fazem parte dos dados estatísticos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (Antaq) (FreePik)

Os portos brasileiros movimentaram 104 milhões de toneladas de carga em janeiro deste ano, um crescimento de 12,8% na comparação com o mesmo mês de 2025. Os números fazem parte dos dados estatísticos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (Antaq).

No primeiro mês do ano, as mercadorias que se destacaram entre as com maiores movimentações foram a soja (4 milhões de toneladas, aumento de 114,3%), o óleo bruto de petróleo, com 21,4 milhões de toneladas movimentadas e crescimento de 37,6% e o coque de petróleo, que aumentou 32,7% em relação ao mesmo período, movimentando 600 mil toneladas.

Recorde nos portos

Os portos públicos cresceram 10,3% e chegaram a 35,3 milhões de toneladas de cargas. O Porto de Santarém, no Pará, continua se destacando entre as 20 instalações com maior crescimento, apresentando 1,6 milhão de toneladas movimentadas.

Contêineres

Foram 13,2 milhões de toneladas movimentadas em contêineres em janeiro deste ano. Esse dado representa um crescimento de 1,9% quando comparado com o mesmo período de 2025.

Em TEU (unidade de medida de um contêiner de 20 pés), a movimentação chegou a 1,3 milhão, com crescimento de 8,1%. Desse total, 864 mil TEU foram movimentados em longo curso e 379 mil por cabotagem.

Em relação aos grãos sólidos, a movimentação atingiu 54,7 milhões de toneladas (aumento de 10,4%) e os grãos líquidos chegaram a 31,2 milhões de toneladas (aumento de 29,7% quando comparado a 2025).

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/03/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

DO MILHO AO ETANOL: GRUPO PROGRESSO INVESTE R\$ 1,18 BILHÃO EM USINA NO PIAUÍ

Usina BrasBio em Uruçuí terá capacidade para processar 1.500 t de milho por dia e produzir 620 mil litros de etanol, suprimindo déficit estadual de 220 milhões de litros

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br

Com a primeira usina de etanol de milho e sorgo do Piauí em fase final de obras em Uruçuí, o Grupo Progresso avança na agroindustrialização do cerrado piauiense: a planta da BrasBio, erguida com R\$ 1,18 bilhão em investimentos, terá capacidade para processar 1.500 toneladas de milho por dia e produzir 620 mil litros diários de etanol, com faturamento anual previsto de R\$ 1,1 bilhão. A entrega está prevista para 2026, com início de moagem entre junho e julho.



Torres de destilação da usina BrasBio em fase de instalação em Uruçuí (PI): planta terá capacidade para produzir 620 mil litros de etanol por dia na primeira fase de operação. Foto: Ascom Investe Piauí

O empreendimento marca a entrada do Grupo Progresso no mercado de biocombustíveis. Fundado em 2001 pelo gaúcho Cornélio Sanders no Piauí, o grupo cultiva 95 mil hectares de soja, milho e algodão em cinco fazendas no sul do estado — nos municípios de Sebastião Leal, Uruçuí, Landri Sales, Antônio Almeida e Baixa Grande do Ribeiro — além de uma unidade em Paracatu (MG), com 749 funcionários e faturamento estimado de R\$ 1,3 bilhão nas divisões agrícola e de sementes.

O grupo detém 25% da BrasBio, cujos demais sócios são o fundo Green Lake Fi Participações, a H4 Holding e a Ideal Agro. O portfólio inclui ainda participação na FT Sementes, em Ponta Grossa (PR), e a Progresso Sementes, voltada à produção e comercialização de sementes de soja.

Produto, subprodutos e cadeia de valor

Além do etanol anidro e hidratado, a BrasBio produzirá 420 toneladas diárias de DDGS e WDG — subprodutos da destilação com aplicação direta na nutrição de rebanhos bovinos — e 24 toneladas de óleo de milho. Na plena implantação, a capacidade de moagem dobrará para 3 mil toneladas diárias e serão construídos sete armazéns com capacidade individual de 200 mil toneladas de grãos. O financiamento contou com R\$ 531 milhões do Banco do Nordeste (BNB) e isenção de 100% do ICMS estadual, com incentivos fiscais assegurados até 2033.

O déficit piauiense de etanol dimensiona o mercado disponível: o estado consome cerca de 263 milhões de litros por ano e produz apenas 43 milhões de litros, importando o restante de outros estados. Com a produção da BrasBio, o Grupo Progresso projeta suprir integralmente a demanda estadual, eliminando o custo de transporte que hoje encarece o combustível nas bombas locais. A fase de construção gerou cerca de 2 mil empregos e a operação deve manter aproximadamente 180 postos diretos.

“O mesmo combustível que abastece o carro de piauienses vai sair também da planta da Brasbio em Uruçuí. São 1.500 toneladas de milho todos os dias sendo processadas para gerar etanol de milho. Para vocês terem uma ideia, o armazém que está sendo construído vai acomodar 200 mil toneladas, e iguais a ele haverá mais seis até a plena implantação e funcionamento da indústria”, afirmou Victor Hugo Almeida, presidente da Investe Piauí, durante visita às obras.



Trabalhadores nas estruturas metálicas do armazém da usina BrasBio em Uruçuí (PI): empreendimento prevê sete silos com capacidade individual de 200 mil toneladas de grãos como milho e sorgo. Foto: Ascom Investe Piauí

Posicionamento no mercado nordestino

O etanol de milho respondeu por 16,6% da produção nacional de biocombustível, com 5,92 bilhões de litros na safra 2023/2024 — crescimento de 33,1% em relação à safra anterior e de quase 800% em cinco anos, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A produção nacional está concentrada no Centro-Oeste e no Sudeste.

No Nordeste, a única unidade em operação é a Usina Pindorama, em Alagoas, que iniciou a moagem de milho em 2024. Com a entrada da BrasBio, o Piauí passa a disputar esse segmento, posicionando o sul do estado como nova fronteira industrial do setor bioenergético na região.

*Com informações do Governo do Piauí

Fonte: ME – Movimento Econômico
Data: 17/03/2026

AÇÚCAR SEGURA EXPORTAÇÕES, MAS ALAGOAS AMARGA DÉFICIT DE US\$ 43 MI

Açúcares e melaços responderam por 95,5% das exportações; importações cresceram 8,1% e destacaram insumos industriais

Por Vanessa Siqueira - De Alagoas vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Alagoas manteve déficit de exportação em fevereiro, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Foto: Porto de Maceió

Apesar dos desafios do setor sucroenergético, o açúcar tem sido o produto que vem sustentando as exportações de Alagoas no início de 2026. Dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC) apontam que a balança comercial do estado voltou a registrar déficit em fevereiro, com exportações de US\$ 38,8 milhões e importações de US\$ 81,8 milhões, resultando em saldo negativo de US\$ 43,0 milhões. Na comparação com fevereiro de 2025, as vendas externas recuaram 66,3%, enquanto as compras do exterior cresceram 8,1%.

O resultado mantém a sequência de pressão observada no começo do ano. Em janeiro, Alagoas exportou US\$ 48,1 milhões e importou US\$ 92,2 milhões, com déficit de US\$ 44,1 milhões. Na comparação com janeiro de 2025, as exportações caíram 53,8% e as importações avançaram 8,9%, indicando um cenário de enfraquecimento do lado exportador, ao mesmo tempo em que o estado segue demandando compras externas para abastecer setores industriais e cadeias produtivas.

A pauta exportadora de Alagoas segue altamente concentrada em açúcar e derivados, o que aumenta a sensibilidade do comércio exterior do estado a oscilações de safra e de preços internacionais. Em fevereiro, os açúcares e melaços responderam por 95,5% do total exportado.

Em janeiro, o comportamento foi semelhante, quando a mesma categoria representou 95,4% das vendas externas, evidenciando a dependência do setor sucroenergético para sustentar o desempenho exportador.

Segundo a gerente do Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias de Alagoas (CIN/FIEA), Dielze Mello, a redução na safra de cana-de-açúcar e a desvalorização do preço nas bolsas internacionais do produto continuam impactando a balança comercial de Alagoas.

“Somado a isto temos a ausência do minério de cobre e tabaco, que são produtos que costumam ocupar os primeiros lugares dentro dos produtos exportados do estado. Já as importações do mês de fevereiro têm um destaque pelos principais produtos importados, que caracterizam insumos que aumentam a competitividade da indústria alagoana porque reduzem custos, aumentam a eficiência e ampliam a produção, se tornando mais eficiente, diversificada e competitiva no mercado”, explicou.

Exportações de açúcar se concentram em países africanos

Mesmo com a queda no total exportado, a geografia dos destinos também mostra concentração. Em fevereiro, Argélia, Marrocos e Senegal dominaram a pauta de parceiros comerciais, respondendo pela maior parte das exportações do mês. Argélia concentrou 46,7%, Marrocos ficou com 28,0% e Senegal com 18,3%. Outros mercados aparecem com participações menores, como Geórgia, Índia, Japão e Argentina.

Em janeiro, o perfil dos principais destinos já indicava forte concentração em poucos países. Naquele mês, os principais compradores foram Lêmen, Portugal, Marrocos, Senegal e Geórgia.

Importações mostram peso de insumos e itens industriais

Do lado das importações, fevereiro confirma um perfil que combina insumos industriais, itens associados à infraestrutura e segmentos de transformação, ainda que os percentuais se distribuam em várias categorias. Entre os principais produtos importados no mês aparecem adubos ou fertilizantes químicos, com 6,4% de participação, e outros hidrocarbonetos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados, com 5,6%.

Também se destacam itens ligados à cadeia de energia e indústria, como equipamento para distribuição de energia elétrica, que representou 4,4% das importações, e máquinas e aparelhos elétricos, com 2,4%. Entre os produtos de transformação e insumos industriais, aparecem ainda polímeros de etileno em formas primárias, com 2,2%, outros artigos de plásticos, com 2,2%, e instrumentos e aparelhos de medição, verificação, análise e controle, com 2,0%.

Fonte: ME – Movimento Econômico

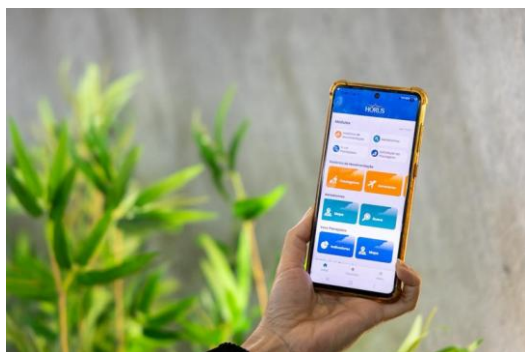
Data: 17/03/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

APLICATIVO HÓRUS AMPLIARÁ ACESSO A DADOS DA AVIAÇÃO BRASILEIRA PARA A POPULAÇÃO

Ferramenta desenvolvida pelo Ministério de Portos e Aeroportos reúne informações estratégicas sobre movimentação nos terminais e poderá ser baixada em smartphones



Aplicativo Hórus permitirá acesso a dados da aviação civil em smartphones e tablets. - Foto: Jonilton Lima/MPor

Informações estratégicas sobre a aviação brasileira estarão ao alcance da população. O Ministério de Portos e Aeroportos lança em abril o aplicativo Hórus, ferramenta desenvolvida pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), em parceria com o LabTrans da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que vai permitir o acesso a dados sobre infraestrutura, operação e

desempenho dos aeroportos do país inteiro por tablet ou celular.

O sistema Hórus consolida, em um único ambiente digital, informações relevantes para o acompanhamento do setor aeroportuário. A plataforma reúne dados sobre 267 aeródromos do Brasil, além de voos autorizados, rotas, participação por empresas aéreas e valores de investimentos em infraestrutura realizados pelo Governo Federal no setor. Com o novo aplicativo, esses dados passam a ser acessados também em dispositivos móveis, ampliando a disponibilidade e a praticidade de consulta.

A ferramenta foi concebida para oferecer aos servidores da SAC e à população uma forma simples e ágil de acessar dados da aviação civil, por meio de uma interface conectada ao banco de dados do sistema Hórus. Entre as vantagens estão o acesso rápido a indicadores do setor e uma experiência de navegação personalizada.

Segundo o secretário de Aviação Civil, Daniel Longo, a iniciativa contribui para ampliar o acesso público às informações. “Disponibilizar os dados do sistema Hórus em um aplicativo móvel é proporcionar mais transparência aos passageiros e facilitar o acesso aos dados da aviação a qualquer

interessado. Enquanto o site é ideal para exploração e consulta institucional, o aplicativo prioriza desempenho, agilidade e o uso de funcionalidades nativas do celular, oferecendo uma experiência mais rápida e personalizada ao usuário”, ressalta Longo.

“Disponibilizar os dados do sistema Hórus em um aplicativo móvel é proporcionar mais transparência aos passageiros e facilitar o acesso aos dados da aviação a qualquer interessado”

Daniel Longo

O secretário afirma também que o lançamento do aplicativo integra a agenda de modernização e digitalização das informações do setor aéreo conduzida pelo Ministério de Portos e Aeroportos. A iniciativa busca ampliar ainda mais a transparência e a disponibilidade de dados públicos, fortalecendo o acompanhamento e a análise da aviação civil brasileira por gestores, pesquisadores e pela sociedade.

O Ministério de Portos e Aeroportos seguirá também uma lógica incremental no desenvolvimento do aplicativo. As funcionalidades disponíveis na plataforma serão incorporadas gradualmente à versão

mobile, conforme são analisadas e adaptadas para o uso em dispositivos móveis. Nesse processo, as duas interfaces apresentam diferenças de navegação, enquanto o site oferece filtros mais avançados e maior nível de detalhamento, o aplicativo prioriza uma experiência direta e otimizada para telas menores.

Inteligência de dados para a gestão da aviação

Ao reunir informações sobre movimentação aeroportuária, voos planejados e a conjuntura do setor aéreo, o sistema Hórus se consolida como uma ferramenta estratégica para análise e acompanhamento da aviação civil brasileira. A plataforma apoia tanto a formulação de políticas públicas quanto a tomada de decisões por gestores e prestadores de serviços do setor.

Entre os conteúdos disponíveis estão o Plano Aeroviário Nacional, análises da Conjuntura do Setor Aéreo e dados de Movimentação do Setor Aeroportuário. O sistema também apresenta os resultados da Pesquisa Permanente de Satisfação do Passageiro, com gráficos interativos que podem ser organizados por diferentes filtros.

Os dados podem ser consultados no site do sistema Hórus.

<https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/#Principal>

Com o lançamento do aplicativo, o sistema Hórus avança como uma ferramenta estratégica para ampliar a transparência e facilitar o acesso a informações sobre a movimentação de

passageiros em todo país. Inicialmente, a novidade vai estar disponível nas lojas de aplicativos para dispositivos Android.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 18/03/2026



SUDESTE LIDERA CABOTAGEM NO BRASIL COM 155,7 MILHÕES DE TONELADAS E CRESCIMENTO DE 3,18% EM 2025

Portos do Rio, São Paulo e Espírito Santo são pontos estratégicos de entrada e saída de insumos industriais



Ao concentrar grandes volumes no transporte marítimo, a cabotagem também ajuda a equilibrar a matriz de transportes, reduz a dependência das rodovias e amplia a segurança no fluxo de mercadorias estratégicas. Foto: Divulgação

O Sudeste concentra grandes complexos portuários responsáveis pelo transporte de petróleo, derivados, minério, aço e contêineres, cargas essenciais para manter a economia em funcionamento e garantir o abastecimento em diferentes locais do país. Em 2025, a cabotagem movimentou 155,7 milhões de toneladas nos portos do Sudeste, o que representa alta de 3,18% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram registradas 150,9 milhões de toneladas. Os dados são da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos. O volume confirma o papel do Sudeste como principal centro energético e industrial do Brasil.

A movimentação foi liderada por São Paulo, com 21,8 milhões de toneladas, seguido por Rio de Janeiro, com 9,8 milhões de toneladas, e Espírito Santo, com 9,7 milhões de toneladas. Os portos desses estados funcionam como pontos estratégicos de entrada e saída de insumos industriais e combustíveis que abastecem o mercado interno e fortalecem as cadeias produtivas nacionais.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o avanço da cabotagem na região demonstra como a navegação marítima contribui para o desenvolvimento econômico. "O crescimento da cabotagem no Sudeste mostra que estamos fortalecendo uma logística mais eficiente e integrada. Quando ampliamos a navegação marítima, reduzimos custos, garantimos mais segurança no abastecimento e criamos melhores condições para o setor produtivo crescer. Isso impulsiona o desenvolvimento regional, fortalece a indústria e gera emprego e renda para a população", afirmou.

Ao concentrar grandes volumes no transporte marítimo, a cabotagem também ajuda a equilibrar a matriz de transportes, reduz a dependência das rodovias e amplia a segurança no fluxo de mercadorias estratégicas.



Perfil da carga

No Sudeste, o setor de petróleo concentra a maior parte da movimentação. O óleo bruto atingiu 118,4 milhões de toneladas, seguido pelos derivados (14,1 milhões) e pelos contêineres (13,6 milhões). Também se destacaram o ferro e aço (3,4 milhões de toneladas), o minério de ferro (2,5 milhões de toneladas) e a pasta de celulose (1 milhão de toneladas), além de cargas como sal, soda cáustica, gás de petróleo e etanol combustível. Esses produtos são

fundamentais para garantir o fornecimento de energia, sustentar a indústria de base e assegurar o abastecimento de bens essenciais para a população.

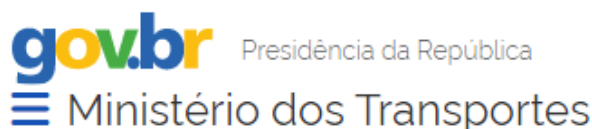
Política pública e fortalecimento do setor

O desempenho da região acompanha a consolidação do Programa BR do Mar, que reorganizou o setor, trouxe mais clareza nas regras e ampliou a segurança para quem investe e opera na navegação entre portos brasileiros.

Para o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burler, o resultado é consequência de planejamento e estabilidade regulatória. “O avanço da cabotagem no Sudeste é resultado de uma política pública estruturada, que oferece previsibilidade e segurança jurídica ao setor. Com regras claras e planejamento de longo prazo, criamos condições para ampliar rotas, atrair investimentos e fortalecer a integração logística nacional.”

Com a expansão das rotas e o aumento da movimentação entre portos brasileiros, a cabotagem tem se consolidado como uma alternativa estratégica para fortalecer a integração logística do país. A expectativa do Governo Federal é de que, com a continuidade das políticas públicas e o amadurecimento do setor, a navegação marítima amplie ainda mais sua participação na matriz de transporte, contribuindo para uma logística mais eficiente, sustentável e conectada entre as diferentes regiões do Brasil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 18/03/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTRO RENAN FILHO ANUNCIA RECUPERAÇÃO DE 406 QUILOMETROS DA BR-020 E VISTORIA OBRAS NA BR-116 NO CEARÁ

Intervenções somam R\$451 milhões, ampliam a infraestrutura rodoviária e incluem novos trechos em planejamento no estado



"A BR-020 é uma das rodovias mais estruturantes do, pois liga Brasília a Fortaleza. Faz parte do turismo do Ceará e garante a passagem dos moradores do interior até as áreas urbanas", afirmou Renan Filho. - Foto: Marcio Ferreira/MT

Apartir desta terça-feira (17), a BR-020 no Ceará passa por nova revitalização, com o trecho no estado integralmente modernizado. O ministro dos Transportes, Renan Filho, autorizou o início da recuperação de 406 quilômetros da rodovia e vistoriou o avanço das obras de duplicação da BR-116, entre Pacajus e Chorozinho.

O investimento nos segmentos é de R\$451 milhões na ampliação da capacidade dos dois principais corredores rodoviários estratégicos.

“A BR-020 é uma das rodovias mais estruturantes do Ceará, pois liga Brasília a Fortaleza. Faz parte do turismo do estado e garante a passagem dos moradores do interior até as áreas urbanas”, afirmou o ministro Renan Filho. “Damos início à recuperação completa desse trecho, com melhorias na pavimentação e nas travessias das cidades. Todos os municípios do interior, que são ligados à capital, vão se beneficiar com as obras”, complementou.

A previsão é que os trabalhos na BR-020/CE, que contam com investimento de R\$162 milhões, sejam executados até o fim de 2027.

Acompanhamento das obras



A duplicação da BR-116/CE entre Pacajus e Chorozinho recebeu recursos de R\$289 milhões para aprimorar a infraestrutura de 22 quilômetros no principal canal de entrada terrestre do estado.

“Queremos ver o estado crescer ainda mais. A indústria da região metropolitana destina uma parcela significativa da produção ao Norte do Brasil, com vendas para estados como Maranhão, Pará e Amazonas. A rodovia duplicada, além de facilitar o tráfego, também é estratégica para as empresas responsáveis pela geração de empregos no Ceará”, celebrou o governador do Ceará, Elmano de Freitas.

As obras incluem a duplicação em pavimento de concreto, a restauração da pista existente, a implantação de 9,64 quilômetros de vias marginais e a construção de três viadutos, três passarelas e quatro pontes. Até o momento, quatro quilômetros foram concluídos e duas pontes estão em execução.

“O Governo do Brasil está focado no andamento da BR-116 no Ceará. A proposta é estruturar o Nordeste para que a região tenha todos os caminhos para prosperar ainda mais”, disse o ministro dos Transportes.

A ampliação da BR-116 também prevê mais dois lotes de intervenções até Boqueirão do Cesário, com expectativa de publicação dos editais dos projetos no segundo semestre deste ano. Ao todo, serão 58,4 quilômetros de ampliação, com investimento estimado em cerca de R\$ 710 milhões.

“O Ceará voltou a ser prioridade do país. Ainda este ano, vamos iniciar os próximos trechos do projeto na BR-116”, concluiu Renan Filho.

BR-116

A BR-116 é um dos principais corredores logísticos do país e conecta as regiões de ponta a ponta, do Sul ao Norte. A rodovia tem mais de 4 mil quilômetros de extensão, atravessa cerca de dez estados e passa por mais de 250 cidades brasileiras.

Em 2025, a BR recebeu investimentos de mais de R\$ 500 milhões nos trechos entre Porto Alegre e Novo Hamburgo (R\$ 293,2 milhões) e Porto Alegre e Pelotas (R\$ 207,6 milhões), no Rio Grande do Sul. Também houve aporte de R\$238,2 milhões para a ampliação da rodovia entre Ibó e Feira de Santana, na Bahia.

Ainda na Bahia, o Ministério dos Transportes inaugurou em 2024 o Lote 6 de duplicação e adequação da BR-116, entre Santa Bárbara e Feira de Santana (km 387,4 ao km 427,8), incluindo o Contorno Oeste de Feira de Santana.

Até 2026, o Brasil deve contratar cerca de R\$88 bilhões, por meio de novos projetos de concessão da estrada. O primeiro leilão do ano será o das Rotas Gerais (BR-116/251/MG) com R\$13 bilhões em investimentos privados a serem aportados no trecho.

Como parte da agenda no Ceará, nesta terça-feira (17), o ministro Renan Filho entregou **24 quilômetros de pista duplicada na BR-222**. => <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/noticias/2026/03/ministerio-dos-transportes-inaugura-duplicacao-na-br-222-e-consolidar-investimentos-de-r-720-milhoes-no-ceara>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 18/03/2026

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INAUGURA DUPLICAÇÃO NA BR-222 E CONSOLIDA INVESTIMENTOS DE R\$ 720 MILHÕES NO CEARÁ

Recursos também contemplam ampliação da BR-116 e requalificação de 406 quilômetros da BR-020



Duplicação na BR-222 melhora as condições de tráfego no trecho entre Caucaia e Pecém.

Foto: Marcio Ferreira/MT

Os motoristas que trafegam pelo Ceará ganharam mais 24 quilômetros de pista duplicada na BR-222/CE. O ministro dos Transportes, Renan Filho, entregou o trecho nesta terça-feira (17), entre Caucaia e Pecém, vistoriou a ampliação da BR-116/CE e anunciou o início das obras de requalificação de 406 quilômetros da BR-020/CE. Os serviços somam cerca de R\$720 milhões em investimentos do Governo do Brasil para melhorar a

logística no estado.

“O Ceará já é uma potência em diversas áreas. Com suas entradas e saídas duplicadas, o estado amplia a infraestrutura e abre ainda mais possibilidades de crescimento. Em outras regiões do Brasil isso já se passa; nosso trabalho é fazer com que o estado siga o mesmo caminho”, destacou Renan Filho.



Mais fluidez

A intervenção recebeu R\$ 268,9 milhões e vai melhorar o tráfego de 11,6 mil motoristas por dia, com acessos mais seguros e maior fluidez até os portos do estado.

“O cidadão que trafegava por essa rodovia precisava disputar espaço com cargas para ir a outros estados do Nordeste. Motos e veículos compartilhavam a mesma faixa com os caminhões. A obra ficou três anos paralisada, mas no governo do presidente

Lula, colocamos a duplicação para andar e agora estamos entregando pronta”, afirmou o ministro.

A ação integra a estratégia do Ministério dos Transportes de estimular a intermodalidade e oferecer mais eficiência à logística do país. Com a duplicação da rodovia, o Porto do Mucuripe e o Porto do Pecém ficam melhor conectados, o que reduz o número de sinistros, o tempo de viagem e os pontos críticos.

Para a população de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza, a inauguração representa um aumento na qualidade de vida. Alexsandra Gomes de Nojosa, 43 anos, comemora a entrega e destaca a expectativa de reduzir em pelo menos uma hora o trajeto da família até a capital do estado.



“Isso é o que o país precisa, não só em Caucaia, mas em todo o Brasil. Um agradecimento em nome do povo da cidade, pois essa obra é importante para a nossa infraestrutura”, ressaltou Naumi Amorim, prefeito de Caucaia.

No estado, foi registrado crescimento em logística de mais de 187% nos recursos, quando comparado ao último ano da gestão anterior, em 2022 (R\$208 milhões), ante a expectativa de serem aportados R\$598 milhões em 2026.

“Vamos colocar o Ceará, assim como o Brasil, em máxima histórica de investimentos em infraestrutura”, finalizou Renan Filho.

Trabalho contínuo



Na BR-222/CE também foram contratados os projetos de duplicação e adequação do trecho entre Primavera, Sobral e a divisa com o Piauí. A rodovia federal tem quase 2 mil quilômetros de extensão e interliga os estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Pará, desde Fortaleza (CE) até Marabá (PA).

Em 2025, o chefe da pasta dos Transportes assinou a ordem de serviço para a revitalização de 157 quilômetros da BR-222/MA entre Miranda do Norte, Santa Inês e Santa Luzia, no Maranhão.

Ainda no Ceará, o ministro dos Transportes assinou a ordem de serviço para a requalificação de 406 quilômetros da BR-020/CE e acompanhou o andamento da duplicação da BR-116 entre Pacajus e Chorozinho. Saiba mais sobre os investimentos e obras no estado.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 18/03/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O AVANÇO DA AUTOESTRADA AZUL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O balanço da cabotagem em 2025 consolida uma certeza: o Brasil finalmente começou a olhar para o mar com o pragmatismo que sua extensão litorânea exige. Ao movimentar 155,7 milhões de toneladas em seus portos — uma alta de 3,18% em relação ao ano anterior —, a Região Sudeste não apenas lidera o ranking nacional, mas se firma como o laboratório de sucesso de uma matriz de transportes mais equilibrada e inteligente. Defender o avanço da navegação entre portos brasileiros é, antes de tudo, defender uma logística que custe menos ao produtor e agrida menos o meio ambiente.

A importância estratégica deste crescimento, capitaneado por São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, reside na capacidade de retirar das rodovias saturadas cargas colossais de petróleo, minérios e contêineres. Quando o setor de petróleo atinge a marca de 118,4 milhões de toneladas transportadas por navios, estamos falando de segurança energética garantida por um modal que oferece maior capacidade de carga e menores índices de acidentes. A cabotagem é a “autoestrada azul” que conecta as refinarias e indústrias de base do Sudeste ao restante do País com uma eficiência que o asfalto, sozinho, jamais alcançaria.

Este desempenho não é fruto do acaso, mas da estabilidade regulatória. O amadurecimento do programa BR do Mar trouxe a segurança jurídica necessária para que armadores e investidores pudessem planejar rotas de longo prazo. Como bem pontuou o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier, a previsibilidade é o combustível do investimento. Regras claras permitem que o Brasil deixe de ser um país dependente de um único modal para se tornar uma nação intermodal, onde o navio e o caminhão trabalham de forma integrada e complementar.

Além da eficiência econômica, a cabotagem no Sudeste cumpre um papel social vital. Ao sustentar a indústria de base com ferro, aço e celulose, o modal garante o abastecimento de bens essenciais e a manutenção de milhares de empregos. O fortalecimento desta rede logística é o que permite ao setor produtivo crescer com custos reduzidos, tornando o produto brasileiro mais competitivo tanto no mercado interno quanto nas exportações.

O Brasil precisa manter o leme firme nesta direção. O sucesso do Sudeste deve servir de espelho para a expansão da cabotagem em todo o território nacional. É imperativo que o Governo Federal continue investindo na modernização portuária e na simplificação burocrática, garantindo que a nossa costa seja aproveitada em todo o seu potencial. Navegar é preciso, e o Sudeste está provando que, com planejamento e segurança jurídica, o mar é o caminho mais curto para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

INSIGHT – DIREITO - DE AUTORIDADE A AGÊNCIA: POR QUE A NOVA ANPD IMPORTA PARA OS NEGÓCIOS



ROBERTA LOPES DA CRUZ ANTONIO

Professora de Direito Digital e Civil na Universidade Católica de Santos (SP), advogada e consultora especializada em Direito Digital e Proteção de Dados, mestre em Direito da Segurança Nacional pela Georgetown University (EUA).
opinioao@portalbenews.com.br

A economia contemporânea passou a depender intensamente do fluxo de dados. Em cadeias produtivas complexas a circulação de informações é tão estratégica quanto a movimentação física de cargas. Manifestos eletrônicos, registros de exportação, plataformas logísticas, sistemas de rastreamento e bases de dados de clientes e fornecedores formam hoje a espinha dorsal de grande parte das operações empresariais. Nesse contexto - como já tivemos a oportunidade de comentar em coluna anterior -, a proteção de dados pessoais deixou de ser apenas uma preocupação jurídica e passou a integrar a agenda de governança, risco e compliance das organizações.

No Brasil, esse movimento ganhou forma normativa com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Desde sua entrada em vigor, a lei tem promovido uma mudança gradual na forma como as organizações estruturam processos internos, gerenciam informações e interagem com clientes e parceiros. Entretanto, a consolidação desse novo regime jurídico depende não apenas da existência da lei, mas também da atuação de um órgão regulador capaz de interpretá-la, aplicá-la e adaptá-la às rápidas transformações do ambiente digital.

Foi justamente nesse ponto que, há pouca semanas, operou-se uma mudança institucional relevante. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), criada inicialmente com estrutura administrativa mais limitada, foi recentemente transformada em agência reguladora federal. Essa alteração não é meramente formal, ela traz consigo a promessa de constituir um passo importante no amadurecimento do sistema brasileiro de proteção de dados e no fortalecimento da capacidade regulatória do Estado diante da economia digital.

Na prática, a nova configuração institucional confere à autoridade maior autonomia administrativa, técnica e decisória. Isso significa que o órgão passa a ter mais independência para regulamentar a aplicação da LGPD, fiscalizar agentes de tratamento de dados e estabelecer diretrizes para setores específicos da economia. Também se espera uma estrutura administrativa mais robusta, com carreira própria de especialistas e maior capacidade de análise técnica. Em outras palavras, a autoridade tende a se tornar um regulador mais estável, especializado e previsível.

Para o ambiente empresarial, especialmente para setores intensivos em dados como logística, comércio exterior e operações portuárias, essa transformação merece atenção especial. Com uma autoridade reguladora mais estruturada, a tendência é que o processo de regulamentação avance com maior intensidade nos próximos anos. Normas complementares, guias interpretativos e procedimentos de fiscalização tendem a se tornar mais frequentes. Ao mesmo tempo, espera-se maior previsibilidade regulatória, o que pode ser positivo para empresas que já buscam estruturar programas de governança de dados e compliance digital.

Em termos práticos, tudo isso significa que empresas precisarão olhar com mais cuidado para seus processos de governança de dados, políticas de segurança da informação, gestão de acessos a sistemas e compartilhamento de informações com terceiros — aspectos que, em cadeias logísticas complexas, muitas vezes envolvem múltiplos operadores, prestadores de serviço e plataformas digitais.

Há também um aspecto importante de competitividade internacional. A proteção de dados tornou-se um elemento relevante nas relações econômicas globais, especialmente nas interações com mercados que adotam regimes rigorosos de privacidade, como a União Europeia. A existência de uma autoridade independente e tecnicamente estruturada é frequentemente considerada um requisito importante para que países demonstrem maturidade institucional nesse campo. Nesse sentido, o

fortalecimento da autoridade brasileira contribui para aproximar o país de padrões regulatórios internacionais e para aumentar a confiança no ambiente digital brasileiro.

Para empresários e gestores, a principal mensagem dessa mudança institucional é clara: a atuação de uma autoridade reguladora mais robusta tende a estimular maior profissionalização na forma como as organizações tratam informações pessoais, implementam políticas internas e estruturam processos de segurança da informação. Assim como normas ambientais, regulatórias ou de segurança do trabalho passaram a fazer parte da rotina das empresas ao longo das últimas décadas, a governança de dados tende a ocupar espaço semelhante nos próximos anos. A transformação da ANPD sinaliza que o Brasil entra em uma nova fase de maturidade institucional nesse campo — e empresas que se anteciparem a esse movimento estarão melhor preparadas para um ambiente econômico cada vez mais digital e regulado.

Isso não significa necessariamente um cenário de maior burocracia. Em muitos casos, a existência de regras claras e de um regulador ativo contribui para reduzir incertezas e criar parâmetros mais transparentes para o funcionamento do mercado. Empresas que investem em boas práticas de governança de dados, transparência e segurança tendem a se posicionar de forma mais sólida em um ambiente regulatório em evolução.

A transformação institucional da autoridade brasileira de proteção de dados deve ser vista, portanto, como parte de um processo mais amplo de adaptação do direito às dinâmicas da economia digital. Em um mundo em que dados circulam com a mesma intensidade que mercadorias e capitais, fortalecer a regulação desse fluxo não é apenas uma questão jurídica. É também uma questão de confiança, competitividade e sustentabilidade para os negócios que dependem cada vez mais da informação como ativo estratégico.

Roberta Lopes da Cruz Antônio escreve quinzenalmente para o BE News. Seus textos são publicados às quartas-feiras.

EM TERMOS PRÁTICOS, TUDO ISSO SIGNIFICA QUE EMPRESAS PRECISARÃO OLHAR COM MAIS CUIDADO PARA SEUS PROCESSOS DE GOVERNANÇA DE DADOS, POLÍTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, GESTÃO DE ACESSOS A SISTEMAS E COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES COM TERCEIROS — ASPECTOS QUE, EM CADEIAS LOGÍSTICAS COMPLEXAS, MUITAS VEZES ENVOLVEM MÚLTIPLOS OPERADORES, PRESTADORES DE SERVIÇO E PLATAFORMAS DIGITAIS

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 18/03/2026

POLÍTICA - PF ACHA TABELA DE PROPINAS DO ESQUEMA INSS

Deputada Gorete Pereira (MDB-CE), que usava sua influência política para viabilizar acordos, foi alvo de operação



Do Estadão Conteúdo

Gorete teve de colocar tornozeleira eletrônica como uma das medidas cautelares do STF. A Polícia Federal havia pedido a prisão preventiva

A Polícia Federal encontrou uma “tabela de pagamento de propinas” em que o nome da deputada Gorete Pereira (MDB-CE) aparece como suposta destinatária de pelo menos um repasse de R\$ 780 mil.

O achado ocorreu no âmbito da Operação Sem Desconto, investigação sobre esquema instalado no INSS em conluio com associações e sindicatos para descontos não autorizados em milhares de aposentadorias e pensões.



Nesta terça, 17, a PF deflagrou a Operação Indébito, desdobramento da Sem Desconto, e pediu a decretação da prisão preventiva da parlamentar - o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, impôs medidas cautelares diversas a Gorete, inclusive uso de tornozeleira eletrônica.

Segundo a PF, Gorete 'utilizava influência política para viabilizar acordos com o INSS e manter contato direto com autoridades administrativas, bem como pressionava servidores públicos para acelerar processos'.

A pista que levou à deputada surgiu expressamente em uma planilha de propinas enviada por mensagem do empresário Natjo de Lima Pinheiro para a advogada Cecília Rodrigues Mota.

O inquérito diz que Natjo, o 'ADM', é 'líder e administrador financeiro da organização criminosa, responsável pela gestão das operações financeiras, definição de estratégias e pagamento sistemático de propinas'. "Exercia comando decisório sobre as operações ilícitas e coordenava diversos agentes com divisão de tarefas, controlava expansão das associações fraudulentas e supervisionava resultados financeiros do esquema", diz a PF.

Cecília, titular de uma sociedade de advocacia, agia como 'uma das articuladoras centrais da organização criminosa, responsável por conferir aparência de legalidade às fraudes, coordenar operações financeiras ilícitas e intermediar relações com agentes públicos', segundo a investigação.

"Exercia funções simultâneas de coordenação operacional, intermediação institucional e gestão financeira da organização criminosa, atuava como elemento de ligação entre os membros da organização, agentes públicos e entidades associativas, conferindo aparência formal de legalidade às atividades ilícitas."

Além de usar tornozeleira, a deputada está proibida de manter contato por qualquer meio com os demais investigados e testemunhas.

Ela também fica proibida de frequentar as sedes de qualquer entidade associativa com a qual já tenha tido alguma relação, bem como repartições do INSS ou Dataprev.

Gorete não pode exercer funções administrativas ou financeiras junto às entidades e está proibida de ausentar-se do município de sua residência, 'salvo se o deslocamento for para Brasília, incluindo-se vedação de sair do país, com entrega do passaporte na Polícia Federal no prazo de 48 horas'.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

DINO DEFENDE PUNIÇÕES MAIS SEVERAS

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, determinou que a aposentadoria compulsória não pode mais ser aplicada como a punição mais grave a magistrados em processos disciplinares. Na decisão, Dino argumenta que a medida não representa uma sanção efetiva, já que permite ao magistrado continuar recebendo vencimentos. O entendimento abre caminho para a adoção de penalidades mais rigorosas em casos de irregularidades cometidas por integrantes do Judiciário.

DETIDA

A ex-presidente de associação Cecília Rodrigues foi presa nessa terça-feira, dia 17, em operação da Polícia Federal que investiga suspeitas de desvios relacionados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A ação faz parte de um conjunto de apurações sobre descontos indevidos aplicados em benefícios de aposentados e pensionistas.

SEM COMPROVAÇÃO

O presidente da CPMI do INSS, o senador Carlos Viana (PODEMOS-MG), afirmou que, até o momento, não há comprovação da realização de pagamento de uma suposta mesada de R\$ 300 mil ao empresário Fábio Luís Lula da Silva, conhecido como Lulinha, filho do presidente Lula. Segundo o senador, as investigações seguem em andamento e qualquer conclusão dependerá da análise de provas concretas. A declaração ocorre em meio à repercussão de denúncias e à ampliação do escopo da CPMI.

TECNOLOGIA INDUSTRIAL

Responsável por uma das principais instalações portuárias de Manaus (AM), o Super Terminais é o expositor master da ExpoPIM 4.0, evento que começa nesta quarta-feira, na capital amazonense, e que debaterá a tecnologia industrial da Região Norte. Nesta edição, o tema central é “A nova indústria do Brasil”..

AÇÃO ESTRATÉGICA

A participação da operadora no evento foi destacada por Marcello Di Gregorio, diretor-geral do Super Terminais. ““Estar na ExpoPIM 4.0 é estratégico para o Super Terminais. Somos um participante ativo na área de logística de uma região que segue crescendo ano a ano”, afirmou. A operadora tem investido fortemente em novas tecnologias operacionais nos últimos anos, como guindastes elétricos e automação, trabalhando diretamente com os conceitos de eficiência da Indústria 4.0 debatidos na feira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

POLÍTICA - OPERADORA DO INSS PAGOU R\$ 4 MILHÕES A STEFANUTTO, DIZ PF

Análise do celular de Cecília Rodrigues revelaram comprovantes de pagamentos em nome do assessor direto do ex-presidente do INSS

Do Estadão Conteúdo



Alessandro Stefanutto presidiu o INSS até abril de 2025, quando foi afastado judicialmente no âmbito da Operação Sem Desconto

A Polícia Federal afirma que o ex-presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Alessandro Stefanutto recebeu R\$ 4 milhões em propinas da advogada Cecília Rodrigues Motta, suspeita de atuar por entidades que efetuaram descontos fraudulentos sobre aposentadorias pela previdência social.

A menção aos pagamentos consta na decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça que autorizou a prisão de Cecília no âmbito da Operação Sem Desconto, que investiga supostas fraudes de R\$ 6,2 bilhões contra aposentados.

Segundo a decisão do ministro, “a partir das análises dos dados extraídos do telefone de Cecília foram encontrados comprovantes de supostos pagamentos, reservas de hospedagem e passagens aéreas em nome de Gilmar Stelo, identificado como assessor direto de Stefanutto”.

Stelo é um personagem conhecido da PF na Operação Sem Desconto. Advogado com escritório no Rio Grande do Sul, ele já era apontado como suposto operador de propinas de outra entidade, a Conafer, a Stefanutto, que presidiu o INSS até abril de 2025, quando foi afastado judicialmente no âmbito da Sem Desconto. Mais tarde, ele viria a ser preso na operação.

Cecília Motta também foi alvo da primeira fase da operação, sob suspeita de representar diversas entidades junto ao INSS e pagar propinas a dirigentes para costurar com o órgão acordos de cooperação técnica que permitiam que essas associações pudessem efetuar descontos diretamente

da folha de pagamento de aposentados em troca de oferecer serviços e seguros. As entidades são suspeitas de fraudar assinaturas e biometria das vítimas em filiações.

As investigações ainda identificaram que a deputada federal Maria Gorete Pereira (MDB), suspeita de receber propinas de Cecília, também atuou junto a Stefanutto. Segundo a decisão de Mendonça, ela “frequentemente contatava servidores do INSS, dentre eles Stefanutto, para, mediante pagamento de propina, viabilizar o credenciamento e ativação de entidades associativas de aposentados com as quais tinha relação”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

POLÍTICA - POLÍCIA LEGISLATIVA VAI INVESTIGAR VAZAMENTO DE DADOS DE VORCARO

Presidente da CPMI do INSS condenou revelação de informações íntimas do investigado

Da Agência Brasil



O senador Carlos Viana aguarda o material que está com a PF para dar andamento à CPMI

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura descontos irregulares em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), senador Carlos Viana (Podemos-MG), afirmou, nesta terça-feira (17), que a Polícia Legislativa do Congresso Nacional irá investigar o vazamento das informações obtidas com a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

“Sabemos que existiram tentativas e vazamentos de algumas informações que deveriam permanecer apenas no âmbito da investigação e informações particulares ligadas à quebra de sigilo de Daniel Vorcaro que poderiam inviabilizar as provas”, admitiu Viana.

Na segunda-feira, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça proibiu a CPMI do INSS de acessar dados do material apreendido armazenado na sala-cofre da comissão.

O parlamentar mineiro garante que as informações de foro íntimo do investigado não são de interesse da CPMI. “Nos interessa o relacionamento dele com entes da República, com o sistema financeiro e o esclarecimento de onde foi parar o dinheiro roubado dos brasileiros.”

Para dar sequência aos trabalhos dos parlamentares, o senador pretende enviar um questionamento ao gabinete do ministro André Mendonça, no STF, para saber quando o material será devolvido.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

POLÍTICA - ESCALA 6X1: MOTTA DESCARTA DISCUSSÃO ‘ATROPELADA’

Presidente da Câmara dos Deputados diz que não vai conduzir o tema sem medir consequências e pede convergência aos interessados

Do Estadão Conteúdo

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que não fará uma discussão “atropelada” sobre o fim da escala 6x1 e disse que a tramitação por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC) vai obrigar que os interessados na matéria busquem convergência.

As declarações ocorreram nesta terça-feira, 17, durante almoço realizado pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), em Brasília. A FPE é presidida pelo deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) e tem a participação de 205 deputados e 46 senadores.



Hugo Motta disse que até o governo deve se preocupar porque um efeito negativo na economia é ruim para todos

“Por mais que estejamos em ano de eleição, nós não vamos conduzir esse debate de maneira atropelada, de maneira descompromissada, sem medir as consequências. Até porque isso deve até preocupar o próprio governo. Por quê? Porque um efeito negativo na economia é ruim para todos”, disse.

Motta também disse que os setores econômicos devem informar os impactos práticos do fim da escala 6x1 na economia e destacou que a tramitação por meio de PEC possibilita tempo para isso. O presidente da Câmara disse que há, sim, como avançar com a discussão.

“Todo setor aqui representado deve primeiramente, por mais complexo que seja o tema, se sentir satisfeito pelo formato dado pelo presidente da Câmara para a discussão dessa matéria”, declarou Motta. “Isso obriga todos os interessados a terem a capacidade de encontrar uma maior convergência”, afirmou.

Na sequência, o presidente da Câmara lembrou que o governo queria enviar um projeto de lei sob urgência constitucional sobre o tema ao Congresso Nacional. Ele disse ter notado que o governo não pretende mais encaminhar a proposta nesse formato. Pelo visto, houve um desencontro de informações (leia matéria abaixo).

“Todos sabem que, se dependesse da vontade do governo e de alguns partidos representados na casa legitimamente, o caminho legislativo não teria sido o de proposta de emenda à Constituição”, disse Motta.

MEI

A Câmara dos Deputados aprovou, por 430 votos favoráveis, o requerimento de urgência para o projeto de lei complementar (PLP) que amplia o limite de enquadramento para Microempreendedores Individuais (MEIs), nesta terça-feira, 17.

Com a aprovação do requerimento, o projeto tramita de forma acelerada. O próximo passo é o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), definir o relator da proposta.

O PLP 108/2021 foi aprovado no Senado Federal com a proposta de enquadrar como MEI a empresa que tiver renda bruta de R\$ 130 mil anuais, e não mais R\$ 81 mil, como ocorre atualmente. Na prática, a matéria permite que mais empreendedores tenham isenções do Imposto de Renda. Também fica permitido ao MEI a contratação de até dois empregados.

Na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, em 2022, houve um parecer em favor de um limite ainda mais flexível, de R\$ 144.913,41, segundo a renda bruta no ano anterior, a ser atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Setores empresariais defendem essa proposta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

POLÍTICA - SE TIVER “ENROLAÇÃO”, GOVERNO VAI ENVIAR PROJETO DE URGÊNCIA, AVISA BOULOS *Da Agência Brasil*

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, disse nesta terça-feira (17) que o governo federal pretende apresentar um projeto de lei com regime de urgência sobre o fim da escala 6x1 caso haja “enrolação” por parte do Congresso Nacional em votar o tema.

“Estamos respeitando o trâmite do Legislativo, como tem que ser. Agora, termina março, passa mais algumas semanas e se percebe que está tendo uma estratégia de enrolação no Congresso, escreva o que estou dizendo: Lula, vai entrar com um projeto de lei com regime de urgência.”

“Aí, é obrigado a votar em até 45 dias. Essa é a legislação. É a regra”, completou Boulos, ao participar de entrevista a emissoras de rádio durante o programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Segundo Boulos, o projeto de lei com regime de urgência a ser apresentado pelo governo federal conta com três pontos: o fim da escala de trabalho 6x1, a instalação de um regime de trabalho máximo de 5x2 e a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas – tudo sem que haja redução de salário.

“Esses são os três pontos. Estamos respeitando o trâmite do Legislativo. Agora, uma coisa é respeitar, outra coisa é permitir a enrolação. Aí, o presidente entra com o projeto de lei com regime de urgência. A Câmara tem 45 dias pra votar, senão tranca a pauta. O Senado tem 45 dias pra votar.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - DUPLICAÇÃO DA BR-222 É ENTREGUE NO CEARÁ COM INVESTIMENTOS DO NOVO PAC

Trecho entre Caucaia e acesso ao Pecém recebe R\$ 268,9 milhões e integra corredor logístico estratégico ligado ao complexo portuário

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Durante a solenidade foram entregues 24 quilômetros de pista duplicada em um dos principais corredores logísticos do Ceará, com fluxo diário de mais de 11,6 mil veículos

O ministro dos Transportes, Renan Filho, e o governador do Ceará, Elmano de Freitas, inauguraram na terça-feira (17) um trecho duplicado da BR-222, entre o município de Caucaia e o acesso ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). A obra integra um conjunto de intervenções em rodovias federais no estado que somam R\$ 558 milhões em investimentos com recursos do Novo Programa

de Aceleração do Crescimento (PAC).

Foram entregues 24 quilômetros de pista duplicada em um dos principais corredores logísticos do Ceará, com fluxo diário de mais de 11,6 mil veículos. O trecho conecta a Região Metropolitana de Fortaleza ao Porto do Pecém, considerado um dos principais eixos de escoamento de cargas do estado.

Durante a solenidade, o Ministério dos Transportes e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) também firmaram acordo de cooperação técnica com o governo estadual para a



execução de novos trechos de duplicação nas BRs 222 e 020. Pelo modelo, a Superintendência de Obras Públicas do Ceará (SOP) ficará responsável pela condução das obras, com recursos próprios.

No caso da BR-222, a cooperação prevê a duplicação de 28,1 quilômetros entre a CE-155, na entrada para o Porto do Pecém, e o entroncamento com a CE-341, em Croatá. A rodovia federal tem quase 2 mil quilômetros de extensão e conecta os estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Pará, ligando Fortaleza a Marabá (PA).

Segundo o Ministério dos Transportes, a duplicação melhora as condições de tráfego e amplia a capacidade de escoamento, além de reduzir o tempo de viagem e aumentar a segurança viária em um trecho marcado pela convivência entre veículos leves e pesados.

O governo federal também destaca que a obra integra a estratégia de fortalecimento da intermodalidade, ao ampliar a conexão entre a malha rodoviária e os portos do estado, incluindo o Pecém e o Mucuripe.

Durante a agenda no Ceará, a comitiva também anunciou a contratação de projetos para novos trechos da BR-222, entre Primavera, Sobral e a divisa com o Piauí.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS - BR-116 CONCENTRA INVESTIMENTOS PARA AMPLIAR PRINCIPAL ACESSO RODOVIÁRIO DO CEARÁ

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A duplicação da BR-116 entre os municípios de Pacajus e Chorozinho, na Região Metropolitana de Fortaleza, recebeu investimentos de R\$ 289 milhões e está entre as principais obras rodoviárias em andamento no Ceará. O trecho, tros, é considerado o principal acesso terrestre ao estado.

As intervenções incluem a construção de uma nova pista em pavimento de concreto, a restauração da pista existente, a implantação de 9,64 quilômetros de vias marginais e a execução de três viadutos, três passarelas e quatro pontes, localizadas nos pontos de Sangradouro, Campestre, Rio Choró e Braço do Rio Choró.

Até o momento, quatro quilômetros já foram concluídos e duas pontes estão em execução. A ampliação tem como objetivo aumentar a capacidade da rodovia, melhorar a fluidez do tráfego e dar mais segurança aos usuários.

O projeto também prevê a continuidade das obras em direção ao interior do estado. Estão planejados mais dois lotes de duplicação até o município de Boqueirão do Cesário, totalizando 58,4 quilômetros de ampliação, com investimento estimado em cerca de R\$ 710 milhões. A expectativa é que os editais para esses trechos sejam publicados no segundo semestre deste ano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

TRANSPORTES – PORTOS - RECUPERAÇÃO DA BR-020 ABRANGE 406 QUILOMETROS E DEVE SER CONCLUÍDA ATÉ 2027

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Ministério dos Transportes autorizou o início das obras de recuperação de 406 quilômetros da BR020 no Ceará, com investimento de R\$ 162 milhões. Os serviços abrangem o trecho entre a divisa com o Piauí e o entroncamento com a CE-354, contemplando a modernização completa da rodovia no estado.

As intervenções incluem melhorias na pavimentação e nas travessias urbanas, com o objetivo de aumentar a segurança e a capacidade da via, que é utilizada tanto para o transporte de cargas quanto para o deslocamento de passageiros.

A BR-020 é um dos principais eixos rodoviários do Ceará, conectando Fortaleza a Brasília e atendendo municípios do interior. A rodovia também é utilizada por fluxos ligados ao turismo e ao escoamento da produção regional.

A previsão do Ministério dos Transportes é que as obras sejam concluídas

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 18/03/2026

TRANSPORTES – PORTOS - STF ANULA DECISÃO DO TCU E LIBERA COBRANÇA DE TAXA SOBRE CARGAS IMPORTADAS

Corte reconhece competência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários e reforça segurança jurídica para terminais de contêineres

Por **JÚNIOR BATISTA** redacao.jornal@redebenews.com.br



Os ministros do Supremo Tribunal Federal seguiram o relator, Dias Toffoli, que entendeu que o TCU extrapolou suas competências ao interferir em uma atribuição da Antaq

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, anular uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) que proibia a cobrança da

taxa de Serviço de Segregação e Entrega (SSE), também conhecida como THC2, aplicada por terminais portuários na movimentação de cargas importadas.

A ação foi movida pela Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec), que questionou a decisão do TCU por meio de mandado de segurança. Os ministros seguiram o voto do relator, Dias Toffoli, que entendeu que o tribunal extrapolou suas competências ao interferir em uma atribuição da agência reguladora do setor.

Segundo Toffoli, cabe à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) estabelecer regras técnicas sobre o funcionamento do setor portuário. O ministro destacou que a Antaq analisou a cobrança da taxa com base em critérios técnicos e consultas públicas, enquanto o TCU deve atuar no controle da administração pública, sem substituir decisões regulatórias especializadas.

A taxa SSE, ou THC2, é cobrada pelos terminais na etapa de segregação e entrega da carga ao importador, incluindo a movimentação do contêiner do pátio até o caminhão. O Supremo já havia reconhecido anteriormente a validade da cobrança, ao considerar que se trata de um serviço adicional, distinto da THC, tarifa referente à descarga da carga até o pátio do terminal.

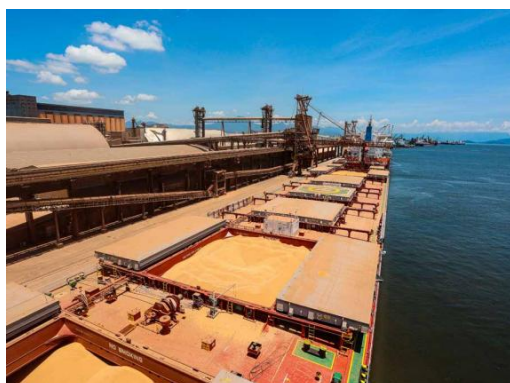
Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 18/03/2026

TRANSPORTES – PORTOS - SUDESTE LIDERA CABOTAGEM COM 155,7 MILHÕES DE TONELADAS EM 2025

Movimentação cresce 3,18% sobre 2024, com predominância de petróleo e derivados e liderança de São Paulo entre os estados

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A movimentação foi liderada por São Paulo, com 21,8 milhões de toneladas, seguido por Rio de Janeiro, com 9,8 milhões de toneladas, e Espírito Santo, com 9,7 milhões segunda safra

OS DADOS SÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (ANTAQ), COMPILADOS PELO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

Em 2025, a cabotagem movimentou 155,7 milhões de toneladas nos portos do Sudeste, o que representa alta de 3,18% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram registradas 150,9 milhões de toneladas, e liderança nacional neste tipo de transporte. Os dados são da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

A movimentação foi liderada por São Paulo, com 21,8 milhões de toneladas, seguido por Rio de Janeiro, com 9,8 milhões de toneladas, e Espírito Santo, com 9,7 milhões de toneladas. Os portos desses estados funcionam como pontos estratégicos de entrada e saída de insumos industriais e combustíveis que abastecem o mercado interno e fortalecem as cadeias produtivas nacionais.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o avanço da cabotagem na região demonstra como a navegação marítima contribui para o desenvolvimento econômico. “O crescimento da cabotagem no Sudeste mostra que estamos fortalecendo uma logística mais eficiente e integrada. Quando ampliamos a navegação marítima, reduzimos custos, garantimos mais segurança no abastecimento e criamos melhores condições para o setor produtivo crescer. Isso impulsiona o desenvolvimento regional, fortalece a indústria e gera emprego e renda para a população”, afirmou.

Ao concentrar grandes volumes no transporte marítimo, a cabotagem também ajuda a equilibrar a matriz de transportes, reduz a dependência das rodovias e amplia a segurança no fluxo de mercadorias estratégicas.

No Sudeste, o setor de petróleo concentra a maior parte da movimentação. O óleo bruto atingiu 118,4 milhões de toneladas, seguido pelos derivados (14,1 milhões) e pelos contêineres (13,6 milhões). Também se destacaram o ferro e aço (3,4 milhões de toneladas), o minério de ferro (2,5 milhões de toneladas) e a pasta de celulose (1 milhão de toneladas), além de cargas como sal, soda cáustica, gás de petróleo e etanol combustível. Esses produtos são fundamentais para garantir o fornecimento de energia, sustentar a indústria de base e assegurar o abastecimento de bens essenciais para a população.

O desempenho da região acompanha a consolidação do Programa BR do Mar, que reorganizou o setor, trouxe mais clareza nas regras e ampliou a segurança para quem investe e opera na navegação entre portos brasileiros, apontou o governo.

Para o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burler, o resultado é consequência de planejamento e estabilidade regulatória. “O avanço da cabotagem no Sudeste é resultado de uma política pública estruturada, que oferece previsibilidade e segurança jurídica ao setor. Com regras claras e planejamento de longo prazo, criamos condições para ampliar rotas, atrair investimentos e fortalecer a integração logística nacional.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

TRANSPORTES – PORTOS - APS VAI DEPOSITAR APORTE PARA PROJETO DO TÚNEL ATÉ O FIM DO MÊS

Quantia de R\$ 2,6 bilhões do Governo Federal partirá do caixa da empresa que administra o Porto de Santos

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Na proposta, os governos federal e estadual vão aportar aproximadamente R\$ 5,2 bilhões para a construção do empreendimento, que está orçado num valor total de R\$ 6,8 bilhões

A Autoridade Portuária de Santos (APS), companhia que administra o Porto de Santos, informou que fará o aporte de R\$ 2,6 bilhões para a construção do túnel Santos-Guarujá até o dia 31 deste mês. O projeto da ligação seca será feito por meio de uma PPP (parceria público-privada) entre União e Governo de São Paulo. A estatal confirmou

que tem o valor em caixa e que ele será repassado a uma conta direta do projeto.

Na proposta, o Governo Federal e Governo Estadual vão aportar aproximadamente R\$ 5,2 bilhões para a construção do empreendimento, que está orçado num valor total de R\$ 6,8 bilhões. A empresa Mota-Engil, de Portugal, vencedora da licitação do projeto, vai complementar o restante do aporte.

A parte que corresponde ao Governo Federal partirá do caixa da Autoridade Portuária, estatal ligada ao Ministério de Portos e Aeroportos. Enquanto isso, o Governo de São Paulo vai recorrer a empréstimos para a sua parte do aporte, ou então, aplicar valores de seu próprio orçamento para redirecionar à conta do projeto.

O túnel será a primeira travessia submersa do Brasil, com 1,5 quilômetro de extensão, sendo 870 metros em trecho imerso. A obra utilizará módulos de concreto pré-moldados instalados no leito do canal portuário.

O projeto prevê três faixas de rolamento em cada sentido, uma delas adaptada para Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), além de ciclovia, passagem para pedestres e galeria de serviços. A expectativa é que a obra seja concluída em seis anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 18/03/2026

TRANSPORTES – AVIAÇÃO - ANAC CELEBRA 20 ANOS E DESTACA TRAJETÓRIA DA REGULAÇÃO DA AVIAÇÃO NO PAÍS

Cerimônia reuniu autoridades e representantes do setor para relembrar a atuação da agência desde 2005 e discutir desafios da aviação civil

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Durante a cerimônia, participantes destacaram o papel da agência na consolidação de padrões técnicos e regulatórios da aviação civil ao longo das últimas duas décadas

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) realizou, no último dia 11, no Palácio da Fazenda, no Rio de Janeiro, uma cerimônia para marcar os 20 anos de criação da autarquia. O evento reuniu integrantes da diretoria da agência, representantes da indústria aeronáutica, autoridades do setor e convidados para relembrar a trajetória institucional da entidade e discutir perspectivas para a aviação civil brasileira.



Durante a cerimônia, participantes destacaram o papel da agência, criada em 2005, na consolidação de padrões técnicos e regulatórios da aviação civil ao longo das últimas duas décadas.

Representando a indústria aeronáutica nacional, o vice-presidente global de relações institucionais da Embraer, José Serrador, afirmou que a atuação da agência foi importante para o processo de certificação e supervisão da produção de aeronaves da fabricante brasileira. Segundo ele, o rigor técnico da autoridade reguladora e sua atuação em articulação com organismos internacionais contribuíram para a aceitação das aeronaves da empresa em diferentes mercados.

“Para a aceitação das nossas aeronaves, é fundamental uma agência reguladora forte, com corpo técnico e amplo reconhecimento internacional. É esse o caso da Anac, que compõe o grupo Certification Management Team (CMT), do qual participam apenas as quatro maiores autoridades do mundo – a FAA dos Estados Unidos, a Easa da Europa e o TCCA do Canadá”, afirmou Serrador.

A atuação da agência também foi mencionada pelo secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Longo, que representou o Ministério de Portos e Aeroportos na cerimônia. Ele destacou a importância de uma autoridade reguladora independente para a execução das políticas públicas voltadas ao setor aéreo, que incluem segurança operacional, ampliação do acesso ao transporte aéreo e equilíbrio entre operações e sustentabilidade ambiental.

“Para cumprir esses princípios, é fundamental que a gente tenha uma agência reguladora independente, que se sobreponha a eventuais conflitos de interesse, que seja tecnicamente forte e capacitada e disponha de recursos materiais e humanos necessários para o cumprimento dessa função”, afirmou Longo.

Cooperação com a FAB

Ao abordar a trajetória institucional da agência, o diretor-presidente da Anac, Tiago Faienstein, mencionou a cooperação com a Força Aérea Brasileira (FAB), que anteriormente conduzia atividades relacionadas à aviação civil por meio do Departamento de Aviação Civil. Segundo ele, a experiência acumulada ao longo desse período contribuiu para o desenvolvimento da estrutura técnica da atual agência reguladora.

Faienstein também citou temas que integram a agenda da autarquia para os próximos anos. “Nós vamos ouvir as dores do nosso setor e vamos trabalhar para desenvolvê-lo. Também queremos ver mais cidades conectadas, mais brasileiros voando e, principalmente, mais parcelas da população tendo acesso à aviação. A agenda técnica será fortalecida, mas daremos um olhar especial à agenda de desenvolvimento do setor de aviação civil do Brasil”, afirmou.

Durante o evento, os diretores da agência também fizeram pronunciamentos sobre a atuação da instituição e os desafios do setor aéreo. O diretor Luiz Ricardo Nascimento mencionou a importância da cooperação entre os diferentes segmentos da aviação. “A sociedade brasileira merece a aviação que temos, sustentada pelo conhecimento técnico, pelo trabalho e pela colaboração de todos os setores”, disse.

Estruturação

A diretora Mariana Altoé citou o processo de estruturação institucional da agência e a necessidade de aprimorar o ambiente regulatório. “Precisamos avançar com mais concorrência, com ambiente regulatório que permita a chegada de novas empresas e modelos de negócios, além de regulamentos que foquem na segurança, mas com flexibilidade necessária para que a inovação aconteça”, afirmou.

O diretor Ruy Mesquita mencionou os desafios relacionados ao futuro da aviação civil e convidou os servidores da agência a refletirem sobre o papel da instituição nos próximos anos. “Nós temos a responsabilidade de construir a Anac do futuro. Convido os servidores a olhar para frente, pensando numa aviação que atenda a todos os usuários”, disse. Já o diretor Antônio Mathias agradeceu a presença de representantes do setor e parceiros institucionais durante a cerimônia.



O evento também incluiu o lançamento de uma medalha comemorativa produzida pela Casa da Moeda do Brasil para registrar os 20 anos da agência. A peça, cujo desenho foi elaborado pela Assessoria de Comunicação da Anac, foi apresentada durante a cerimônia, que contou ainda com a descaracterização do par de cunhos originais utilizado na cunhagem da medalha. O ato simbólico foi realizado pelo presidente da Casa da Moeda do Brasil, Sérgio Perini Rodrigues.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

PETRÓLEO E GÁS – PETROBRAS RECOMPRA PARTICIPAÇÃO E RETOMA CONTROLE TOTAL DE CAMPOS NA BACIA DE CAMPOS

Estatual pagará US\$ 450 milhões por fatia da Petronas em Tartaruga Verde e Espadarte III, exercendo direito de preferência

Da Agência Brasil

A Petrobras vai recomprar 50% de participação dos campos de petróleo Tartaruga Verde e Espadarte – Módulo III, na Bacia de Campos, litoral do Sudeste. Com o anúncio, a estatal brasileira volta a ser 100% dona dos campos, que tinham sido vendidos em 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro.

A transação será de US\$ 450 milhões (equivalente a R\$ 2,3 bilhões). A vendedora é a Petronas, petrolífera estatal da Malásia. O comunicado da Petrobras sobre a aquisição foi divulgado na noite de segunda-feira (16).

O pagamento será feito de forma parcelada. US\$ 50 milhões no ato de assinatura (ainda sem data); US\$ 350 milhões no fechamento da operação, sujeito à ajustes relacionados à data efetiva da transação; duas parcelas, no valor de US\$ 25 milhões cada, a serem quitadas em 12 e 24 meses após o fechamento.

No negócio, a Petrobras exerceu o chamado direito de preferência. Isso significa que, por ser sócia do empreendimento, a empresa brasileira pôde igualar uma proposta de compra feita por outra empresa, a Brava Energia, uma das principais operadoras independentes de óleo e gás no país, criada em 2024, com a junção da 3R Petroleum e a Enauta.

Dessa forma, a Petrobras teve preferência diante do negócio que a Brava Energia tinha anunciado em 15 de janeiro de 2026.

O campo de Tartaruga Verde e o Módulo III de Espadarte estão localizados na porção sul da Bacia de Campos, em lâmina d'água entre aproximadamente 700 metros e 1.620 metros.

Os dois já são operados pela Petrobras, por meio do navio-plataforma Cidade de Campos dos Goytacazes, com produção atual de cerca de 55 mil barris de óleo por dia.

Condições atrativas

De acordo com a Petrobras, a aquisição apresenta “condições econômico-financeiras atrativas, adiciona flexibilidade decisória na gestão de portfólio da companhia”.

A empresa afirma que a compra está “em consonância” com o plano de negócios, “reforçando o direcionamento estratégico voltado ao segmento de óleo e gás, com disciplina na alocação de capital, resiliência econômica e ambiental, mitigação de riscos e priorização de ativos com maior potencial de geração de valor aos acionistas”.

A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes previstas no contrato de compra e venda, incluindo a aprovação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão federal regulador do setor.



Retomada de participação

O interesse da Petrobras nos campos está no sentido contrário do movimento da companhia no governo Bolsonaro. Em 2019, ao anunciar a venda para a Petronas, a Petrobras negociou Tartaruga Verde e do Módulo III do Espadarte por US\$ 1.293,5 milhões.

À época, Tartaruga Verde produzia cerca de 103 mil barris de óleo por dia, e o Módulo III tinha previsão de início em 2021.

Ao justificar a venda, a então direção da Petrobras informou que “a transação está alinhada à otimização do portfólio e à melhora de alocação do capital da companhia, visando à geração de valor para os nossos acionistas”.

Guerra e petróleo em alta

O movimento de aquisição da Petrobras ocorre em cenário de alta do preço do petróleo no mercado internacional, que supera US\$ 100 o barril do tipo Brent (referência global). Essa cotação representa salto de 70% no ano. O motivo para a escalada no preço é a guerra no Irã.

Atacado por Israel e Estados Unidos, o Irã reagiu com o bloqueio do Estreito de Ormuz, ligação marítima entre os golfos Pérsico e de Omã, ao sul do Irã. Por lá, passam 20% da produção mundial de petróleo e gás.

O gargalo na região pressiona a oferta de petróleo no mercado internacional, o que eleva a cotação dos preços.

Na última sexta-feira (13), a Petrobras anunciou reajuste no preço do diesel. Segundo a companhia, o efeito ao consumidor final será suavizado por medidas anunciadas pelo governo na véspera (12), com redução de tributos incidentes na venda do combustível.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

BRASIL EXPORT - ANP INICIA NOTIFICAÇÕES PARA APURAR PREÇOS ABUSIVOS EM COMBUSTÍVEIS

Ações com a Senacon atingem 42 postos e uma distribuidora; fiscal

Do Estadão Conteúdo

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Artur Watt Neto, disse na terça-feira (17), que já foram iniciadas as notificações e os registros de postos de combustíveis para identificar eventuais preços abusivos. As ações da ANP com a Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senacon/ MJSP) foram feitas contra 42 postos de combustíveis e uma distribuidora.

Em um dos postos, a equipe detectou aumento de R\$ 2 em litro de diesel de forma indevida, de acordo com detalhamento apresentado em coletiva realizada hoje. Foi identificado ainda paralelismo com postos praticando os mesmos preços nos mesmos municípios e estados.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva criou na semana passada dois novos tipos de quantificadores para identificar a abusividade de preços: quando houver armazenamento injustificável de combustível ou quando ocorrer aumento excessivo sem fundamentação técnica. O Executivo avalia que o aumento injustificado de combustíveis afeta a ordem econômica e o mercado de combustíveis.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

BRASIL EXPORT - SEGURANÇA JURÍDICA NAS HIDROVIAS ENTRA NA PAUTA DO NORTE EXPORT

Painel InfraJur discute regras, previsibilidade e desafios operacionais no transporte aquaviário da região Norte

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Previsto para a tarde do primeiro dia do fórum Norte Export, o painel vai reunir especialistas que vão abordar os desafios regulatórios que envolvem a navegação na Amazônia

A segurança jurídica e operacional nas hidrovias da região Norte estará no centro dos debates do painel InfraJur, uma das atrações do Norte Export, nos próximos dias 19 e 20, em Manaus (AM). O fórum

reúne autoridades públicas, executivos e especialistas para discutir os principais temas da infraestrutura e da logística na região.

Previsto para a tarde do primeiro dia, o painel abordará os desafios regulatórios que envolvem a navegação na Amazônia, com foco na necessidade de maior previsibilidade para investimentos e operações em um ambiente marcado por especificidades logísticas e institucionais. A proposta é discutir como o arcabouço jurídico pode contribuir para reduzir incertezas e dar mais segurança às atividades hidroviárias.

O debate contará com a participação de Ataíde Mendes, sócio da Mendes & Brack Sociedade de Advogados; Benjamin Gallotti, sócio da Gallotti Advogados; Otto Burlier, secretário nacional de hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos; Sandra Silva, diretora jurídica da Cargill; e Thiago Miller, sócio da RMM Advocacia.

A pauta jurídica dialoga com outros temas da programação, que inclui discussões sobre infraestrutura de transportes, gargalos logísticos e os potenciais de geração de energia e mineração na região Norte, além do futuro da Margem Equatorial.

A abertura do evento, no dia 19, contará com o painel “Amazonas em Foco”, que apresentará um panorama do ambiente de negócios no estado, com a participação de representantes da Zona Franca de Manaus, do setor industrial, do Super Terminais e do governo estadual.

Na sequência, o debate sobre infraestrutura de transportes e gargalos de acesso reunirá representantes da Infra S.A., da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), da Hidrovias do Brasil e do Ministério de Portos e Aeroportos.

À tarde, a programação inclui discussões sobre os potenciais de geração de energia e mineração na região Norte e o futuro da Margem Equatorial, com a participação de representantes da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do setor empresarial e do governo do Amazonas.

O evento também terá o painel InfraESG, voltado à resiliência climática e à perenidade das vias navegáveis, além de um encontro com a Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi) e o Instituto Brasil Logística (IBL).

A programação prevê ainda palestra do governador do Amazonas, Wilson Lima, e será encerrada, no primeiro dia, com uma sessão solene com autoridades, incluindo o secretário- executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

No segundo dia, os participantes farão visitas a operações logísticas da região, com parada na Prates Navegação e no terminal da Super Terminais, além da visualização do encontro das águas.

PROGRAMAÇÃO NORTE EXPORT 2026

PROGRAMAÇÃO NORTE EXPORT 2026

19 | MARÇO | QUINTA-FEIRA

08h30 (horário de Manaus) / 9h30 (horário de Brasília) - Credenciamento e boas-vindas
09h00 (Manaus) / 10h00 (Brasília) - Amazonas em Foco | Panorama sobre o ambiente de negócios no estado. Participação: João Bosco Gomes Saraiva, Superintendente da Zona Franca de Manaus; Lúcio Flávio Moraes de Oliveira, Presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (CIEAM); Marcello Di Gregório, Diretor-Geral do Super Terminais; Sandro Amazonas, Chefe do Departamento de Diversificação Econômica da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti)

10h30 (Manaus) / 11h30 (Brasília) - Intervalo

11h00 (Manaus) / 12h00 (Brasília) - Painel 1: Infraestrutura de transportes e gargalos de acesso
Moderação: Bruno Merlin, Diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export

Debatedores: Cristiano Della Giustina, Diretor de Planejamento da Infra S.A.; Jesualdo Silva, Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP); Mariana Pescatori, Diretora de Institucional e Regulatório da Hidrovias do Brasil; Otto Burlier, Secretário Nacional de Hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos; Sérgio Aquino, Presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP)

12h30 (Manaus) / 13h30 (Brasília) - Almoço

14h00 (Manaus) / 15h00 (Brasília) - Painel 2: Os potenciais de geração de energia e mineração na região Norte e o futuro da Margem Equatorial
Moderação: Núbia Bianco, Diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export

Debatedores: Marcos Frederico Farias de Souza, Superintendente de Petróleo e Gás Natural da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Angelo Maranhão, Diretor Institucional para Navegação do Grupo ATEM; Eduardo Pazuello, Deputado Federal e Presidente da FREPPEGEN; Leonardo Cerquinho, Diretor de Desenvolvimento de Negócios do Grupo Dislub Equador; Ronney Peixoto, Secretário de Energia, Mineração e Gás do Estado do Amazonas; Thiago Lemgruber, Diretor da Hidroclean;

15h30 (Manaus) / 16h30 (Brasília) - Painel 3 | InfraESG: Resiliência climática e perenidade das vias navegáveis

Moderação: Leopoldo Figueiredo, Diretor-Geral da Rede BE News

Debatedores: Adalberto Tokarski, Consultor e ex Diretor-Geral da Antaq; Dodó Carvalho, Vice-Presidente da ABANI; Fabiano Lorenzi, CEO da Norcoast; João Gilberto Pires Coelho, Praticagem do Amazonas

16h15 (Manaus) / 17h15 (Brasília) - Palestra especial do exmo. sr. Wilson Lima, Governador do Estado do Amazonas

16h45 (Manaus) / 17h45 (Brasília) - Painel 4 | InfraJur: Segurança jurídica e operacional nas águas da região Norte

Moderação: Celso Peel, Coordenador Científico do Conselho Jurídico do Grupo Brasil Export

Debatedores: Ataíde Mendes, Sócio da Mendes & Brack Sociedade de Advogados; Benjamin Gallotti, Sócio da Gallotti Advogados; Otto Burlier, Secretário Nacional de Hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos; Sandra Silva, Diretora Jurídica da Cargill; Thiago Miller, Sócio da RMM Advocacia

17h30 (Manaus) / 18h30 (Brasília) - Painel 5 | FRENLOG/IBL: Hidrovias

Moderação: Rebeca Albuquerque, Diretora-Executiva do Instituto Brasil Logística (IBL)

Debatedores: Mariana Pescatori, Diretora de Institucional e Regulatório da Hidrovias do Brasil; Thairny Oliveira, Secretária-Executiva Adjunta do Ministério de Portos e Aeroportos; Demais convidados a confirmar

18h30 (Manaus) / 19h30 (Brasília) - Sessão solene com autoridades

Encerramento por Tomé Franca, Secretário-Executivo do Ministério de Portos e Aeroportos

20h00 (Manaus) - Jantar oferecido pela Super Terminais - 30 Anos

20 | MARÇO | SEXTA-FEIRA

8h45 - Embarque no pier do Uíara Amazon para visitas técnicas

9h30 - Chegada na Prates Navegação | Visita à plataforma de lançamento de fibra ótica

11h00 - Saída da Prates Navegação

12h00 - Almoço a bordo oferecido pela Prates Navegação e visualização do encontro das águas

12h30 - Chegada ao Super Terminais e visita às instalações

13h30 - Fim das visitas

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

ESG - OPINIÃO - DA TEORIA À OBRA: O PAPEL DAS FINANÇAS SUSTENTÁVEIS NA NOVA INFRAESTRUTURA DO MERCOSUL



JOÃO EDUARDO DE VILLEMOR AMARAL AYRES

Presidente do Conselho de Sustentabilidade do Fórum Brasil Export e CEO da Sustainable Ventures Brasil/Portugal

REBECCA ALONSO NASCIMENTO

Secretária do Conselho de Sustentabilidade do Fórum Brasil Export e Head of Compliance, Legal and Governance da Sustainable Ventures Brasil/Portugal
opiniao@portalbenews.com.br

Nos últimos artigos, tivemos a oportunidade de analisar como o recém celebrado acordo UE-Mercosul reposiciona a infraestrutura como eixo da transição sustentável e como o modelo paraguaio de Maquila revela, na prática, a força de um território que decide se reinventar industrialmente.

Agora, o debate avança para uma questão tão simples quanto incômoda: não basta sabermos o que precisa ser feito; é preciso encarar de frente como financiar, em escala, a transformação sustentável da infraestrutura no nosso país. Não por acaso, finanças sustentáveis e dívida verde se consolidaram como um dos temas mais falados da agenda global de 2026, em especial para países emergentes que, como o Brasil, combinam necessidades gigantescas de investimento em infraestrutura com ativos ambientais de valor estratégico.

Quando olhamos para estradas, ferrovias, portos, linhas de transmissão, redes de água e saneamento, sabemos que ainda carregamos um déficit histórico de infraestrutura que limita produtividade, encarece a logística e aprofunda desigualdades. Em 2025, por exemplo, estimativas apontam para cerca de R\$ 278 bilhões investidos em infraestrutura no Brasil, algo ainda aquém dos 4% do PIB considerados necessários para reduzir o “gap” acumulado e colocar o país em trajetória de convergência com economias comparáveis.

Ao mesmo tempo, esses mesmos ativos precisarão ser redesenhados à luz da transição energética, da economia circular e da resiliência climática, sob pena de se tornarem rapidamente obsoletos.

É aqui que os instrumentos de finanças sustentáveis – como títulos verdes, sustainability-linked bonds, debêntures incentivadas rotuladas como verdes e modelos que combinam diferentes fontes e perfis de capital, público e privado, muitas vezes envolvendo bancos públicos, instituições multilaterais e investidores privados – deixam de ser um “tema de nicho” e passam a ocupar o centro da estratégia de desenvolvimento.



De acordo com relatório recente da Climate Bonds Initiative, o mercado brasileiro de dívida sustentável (abrangendo títulos verdes, sociais, sustentáveis e vinculados à sustentabilidade) já superou a marca de dezenas de bilhões de dólares emitidos, com destaque para aproximadamente USD 30 bilhões em títulos verdes até meados de 2025, o que coloca o Brasil como o maior emissor da América Latina.

Ao mesmo tempo, observa-se que o Estado começa a usar de forma mais estratégica a sua própria capacidade de risco para destravar investimentos privados em infraestrutura verde, combinando recursos públicos e privados em estruturas de financiamento misto, muitas vezes com mecanismos de proteção cambial e apoio qualificado à preparação de projetos.

Bancos multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), também têm ampliado a sua atuação nesse campo: em 2025, o BID lançou uma linha de até USD 1 bilhão voltada a governos locais da América Latina para apoiar projetos de infraestrutura urbana e serviços públicos sustentáveis e participou, junto com outros parceiros, de um instrumento de até USD 1 bilhão para financiar infraestrutura resiliente na região amazônica. São iniciativas que, em conjunto, indicam uma direção clara: o capital internacional está disponível, mas exige projetos bem estruturados, compromissos robustos de transparência e alinhamento a metas climáticas.

Na prática, isso significa viabilizar ferrovias pensadas desde o início para reduzir emissões de transporte de cargas, rodovias concedidas com metas socioambientais claras, sistemas de transmissão preparados para integrar grandes volumes de energia renovável e obras de adaptação climática em cidades vulneráveis.

Em paralelo, a carteira de concessões prevista para 2026 – apresentada pelo governo federal e pelo Ministério dos Transportes – aponta para a realização de 21 leilões de infraestrutura, entre rodovias e ferrovias, com potencial de mobilizar algo em torno de R\$ 800 bilhões em investimentos ao longo dos contratos, consolidando o que vem sendo descrito como a maior carteira da história recente.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), por sua vez, destacou que a nova Política Nacional de Concessões, lançada em 2025, amplia essa carteira com foco em segurança viária, desempenho ambiental e inovação, o que abre espaço para condicionar parte dessas outorgas e CAPEX a metas ESG.

No setor portuário e aeroportuário, o Ministério de Portos e Aeroportos apresentou, em 2025, uma carteira de cerca de R\$ 20 bilhões em investimentos até 2026 apenas em projetos portuários, envolvendo arrendamentos de terminais e autorizações para terminais de uso privado. Em paralelo, o governo federal divulgou a maior carteira de leilões portuários já estruturada, com dezenas de ativos prontos ou em preparação, e vem anunciando novos investimentos em aeroportos regionais e grandes hubs estratégicos, com previsão de valores que superam R\$ 9 bilhões em melhorias de infraestrutura até meados de 2026.

Tudo isso reforça que a janela para alinhar desenho contratual, indicadores ESG e fontes de financiamento verde está aberta agora, e não em um futuro abstrato.

Porém, essa oportunidade só se concretiza se formos capazes de apresentar uma carteira sólida de projetos viáveis do ponto de vista técnico, econômico e socioambiental, com governança robusta, critérios de sustentabilidade claros e métricas confiáveis de impacto.

Em outras palavras: o desafio não é apenas emitir títulos verdes, mas garantir que cada real captado se traduza em infraestrutura que, de fato, reduza emissões, aumente a resiliência e gere benefícios sociais tangíveis. Isso exige capacidade técnica dentro do Estado e das empresas, integração entre planejamento setorial e planos climáticos, e uma cultura de transparência que permita que investidores acompanhem, em tempo real, se os resultados prometidos estão sendo entregues.

Nessa jornada, Brasil e demais países do Mercosul têm muito a ensinar e a aprender entre si. A agilidade regulatória paraguaia, a sofisticação financeira brasileira, a visão de integração com a Europa e a força da sociobioeconomia amazônica podem compor um mosaico virtuoso, em que a

infraestrutura deixa de ser apenas obra física e passa a ser, também, instrumento de conexão entre capital global e soluções concretas de desenvolvimento sustentável.

Que possamos, então, transformar títulos, taxonomias e acordos em pontes, trilhos e redes que sustentem, de forma duradoura, a transição para uma economia mais justa, resiliente e alinhada aos limites do planeta.

João Eduardo de Villemor Amaral Ayres e Rebecca Alonso Nascimento escrevem quinzenalmente para o BE News. Seus textos são publicados às quartas-feiras

A JANELA PARA ALINHAR DESENHO CONTRATUAL, INDICADORES ESG E FONTES DE FINANCIAMENTO VERDE ESTÁ ABERTA AGORA, E NÃO EM UM FUTURO ABSTRATO

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

AGRONEGÓCIO - AGRO BATE RECORDE EM FEVEREIRO COM EXPORTAÇÕES DE US\$ 12,05 BILHÕES

Volume cresce 9% e compensa queda de 1,5% nos preços internacionais, com saldo da balança comercial alcançando US\$ 10,5 bilhões

Por **MARIANA NEROME** redacao.jornal@redebeneews.com.br



Entre os principais setores exportadores, o complexo soja liderou com US\$ 3,78 bilhões (31,4% do total exportado) e aumento de 16,4% sobre o mesmo período do ano anterior

O agronegócio brasileiro exportou US\$ 12,05 bilhões em fevereiro de 2026, recorde para o mês na série histórica. O valor representa 45,8% de todas as exportações brasileiras no período e crescimento de 7,4% sobre fevereiro de 2025.

Segundo o Governo Federal, o aumento do volume exportado em 9% impulsionou o resultado e compensou a retração de 1,5% no preço médio internacional, queda alinhada à tendência observada em índices globais de alimentos divulgados pelo Banco Mundial e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

Do lado das importações, os produtos agropecuários somaram US\$ 1,5 bilhão, queda de 9,1% em relação a fevereiro de 2025. Com isso, o saldo da balança comercial do agronegócio atingiu superávit de US\$ 10,5 bilhões (+10,3%).

Entre os destinos, a China segue como principal comprador, com US\$ 3,6 bilhões e participação de 30,5% no total exportado. A União Europeia aparece em segundo lugar com US\$ 1,8 bilhão (15,2%), seguida pelos Estados Unidos com US\$ 802,9 milhões (7%). Juntos, os três mercados tradicionais concentram 52,7% das exportações do agro brasileiro.

O mês também registrou expansão para outros países da Ásia. O Vietnã, que ocupa a quarta posição, registrou compras de US\$ 372,6 milhões, alta de 22,9%. A Índia alcançou US\$ 357,3 milhões, crescimento de 171,1%, e ocupou a quinta posição no ranking.

Outros mercados também ampliaram compras em fevereiro. A Turquia importou US\$ 312 milhões (+12,7%), o Egito comprou US\$ 212,6 milhões (+20,7%), o México adquiriu US\$ 205 milhões (+19,7%) e a Tailândia registrou US\$ 201 milhões (+33,1%). O Reino Unido expandiu compras em 61,2% para US\$ 194,6 milhões, as Filipinas cresceram 80% para US\$ 161,2 milhões, a Rússia avançou 38% para US\$ 109 milhões, Taiwan cresceu 20,7% para US\$ 99,2 milhões, Omã expandiu 211% para US\$ 55 milhões e Gâmbia aumentou 115,6% para US\$ 36,4 milhões.

Entre os principais setores exportadores, o complexo soja liderou com US\$ 3,78 bilhões (31,4% do total) e alta de 16,4% sobre fevereiro de 2025. Proteínas animais somaram US\$ 2,7 bilhões (22,5% do total) com crescimento de 22,5%. Os dois setores responderam por 53,9% das exportações do agro em fevereiro.

Outros segmentos, no entanto, enfrentaram um ambiente de preços internacionais desfavoráveis. Os produtos florestais alcançaram US\$ 1,27 bilhão (10,5%), com recuo de 1%; o café registrou US\$ 1,12 bilhão (9,3%), com queda de 0,2%; e o complexo sucroalcooleiro totalizou US\$ 861,35 milhões (7,1%), com retração de 4,2%.

Ainda assim, fevereiro foi marcado por recordes em produtos tradicionais. O óleo essencial de laranja alcançou US\$ 47,8 milhões (+28,8%) com 4,1 mil toneladas (+51%), marcas históricas em valor e quantidade. O DDG de milho, subproduto da indústria de etanol usado em ração animal, atingiu recorde com US\$ 36,2 milhões (+164,2%) e 156,4 mil toneladas (+146,1%).

Farinhas de carne, extratos e miudezas somaram US\$ 20,1 milhões (+10,5%) e 45,7 mil toneladas (+36,9%), também recordes. Manteiga, gordura e óleo de cacau registraram US\$ 17,2 milhões (+25,9%), e o óleo de milho alcançou US\$ 15,9 milhões (+49,5%) com 12,6 mil toneladas (+24,9%).

Proteínas animais

Para o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, o resultado tem explicação direta na produção crescente. “O Brasil caminha para colher safra recorde nos produtos vegetais e produção crescente nas proteínas animais. Esse aumento da produção amplia o excedente exportável do país e fortalece a presença do agro brasileiro no mercado internacional, demonstrando a capacidade do setor de atender à demanda global com regularidade, qualidade, sanidade e confiança”, afirmou.

Na mesma linha, o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério, Luís Rua, destacou a agenda de abertura comercial que sustenta os números. “O Brasil amplia sua oferta, mas também amplia suas oportunidades de comércio. Foram 544 aberturas desde o início de 2023. Esse resultado reflete a importância de uma agenda contínua de negociação e aproximação com outros países”, finalizou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - CONGRESSO NACIONAL RATIFICA ACORDO MERCOSUL-EU

Decreto legislativo que avaliza o pacto comercial entre o Mercosul e a União Europeia foi promulgado nesta terça-feira

Do *Estadão* Conteúdo



O decreto legislativo promulgado nesta terça atesta a conclusão do processo no Legislativo brasileiro

O Congresso Nacional promulgou na tarde desta terça-feira, 17, o decreto legislativo que ratifica o acordo provisório de comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE).

A promulgação aconteceu em sessão solene que contou com a presença do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin; os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB); o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira; e os relatores do projeto na Câmara e no Senado, deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP) e senadora Tereza Cristina (PP-MS), além de embaixadores de países europeus.



O pacto comercial, assinado em janeiro deste ano em Assunção, no Paraguai, prevê a redução de tarifas para 91% dos produtos importados pelo Mercosul e 95% dos produtos importados pela União Europeia.

Juntos, os dois blocos reúnem cerca de 718 milhões de pessoas e um PIB de aproximadamente US\$ 22,4 trilhões. A expectativa do governo é que o acordo entre em vigor em até 60 dias após a promulgação.

O texto que ratifica o acordo foi aprovado pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) e, em seguida, pelos plenários da Câmara e do Senado.

Por demanda do Congresso e do agronegócio brasileiro, o Poder Executivo publicou no começo de março o decreto que regulamenta a investigação e a aplicação de medidas de salvaguardas bilaterais previstas em acordos de livre comércio ou que contemplem preferência tarifária. O decreto não se restringe ao acordo do Mercosul com a União Europeia, mas sinaliza para o setor privado que o País está pronto para atuar com segurança jurídica no comércio com os europeus.

As salvaguardas poderão ser aplicadas em caráter provisório ou definitivo, em casos de aumento na importação de produtos “em quantidade e em condições tais que causem ou ameacem causar um prejuízo grave à indústria doméstica”.

O texto prevê que as medidas de salvaguardas serão aplicadas somente após o início das investigações, conduzidas pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), com base nas recomendações contidas em parecer emitido pelo Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

A investigação destinada a determinar a existência de prejuízo grave ou ameaça de prejuízo grave deverá demonstrar a existência de nexo causal entre o aumento das importações do produto em condições preferenciais e o prejuízo grave ou a ameaça de prejuízo grave à indústria doméstica.

Próximos passos

O decreto legislativo promulgado nesta terça atesta a conclusão do processo no Legislativo brasileiro. Depois, um outro decreto presidencial irá concluir a internalização do acordo no Brasil, procedendo-se à notificação à Comissão Europeia.

Do outro lado do oceano, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, sinalizou disposição em aplicar provisoriamente o acordo comercial com o Mercosul. A ideia é que ainda neste mês de março sejam formalizadas as notificações da conclusão dos procedimentos pelos países do Mercosul à Comissão Europeia. A partir daí, a comissão notificará membros do bloco sul-americano da vigência provisória.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - ALCKMIN PREVÊ IMPACTOS NAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

Do Estadão Conteúdo

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse que o governo federal reconhece o Congresso Nacional pelo papel decisivo na ratificação do acordo entre o Mercosul e a União Europeia (UE).

Ele representou o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em sessão solene do Congresso para promulgação do decreto legislativo que ratifica o acordo provisório de comércio entre o Mercosul e a União Europeia.



Alckmin também ressaltou que o tratado deverá gerar impacto positivo nas principais variáveis macroeconômicas.

“Quero registrar, em nome do presidente Lula, o reconhecimento do governo federal ao Congresso Nacional pelo papel decisivo e responsável desempenhado ao longo desse processo”, disse Alckmin ao discursar na sessão. “A aprovação desse acordo é fruto de diálogo institucional, compromisso com o interesse nacional e visão estratégica de longo prazo”, continuou o vice-presidente.

Segundo ele, ao avançar na parceria entre Mercosul e União Europeia e na integração entre países, o Brasil faz sua escolha política. “Dois grandes projetos históricos de integração voltam a se encontrar. O acordo entre Mercosul e União Europeia conecta dois blocos econômicos que juntos representam mais de 700 milhões de pessoas e um quarto da economia mundial”, celebrou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

FINANÇAS - DÓLAR RECUA 0,57% E FECHA COTADO A R\$ 5,20

Com maior apetite por risco no exterior, moeda americana chegou à segunda sessão consecutiva de queda firme

Do Estadão Conteúdo

O dólar emendou nesta terça-feira, 17, a segunda sessão consecutiva de queda firme no mercado doméstico e flertou com fechamento abaixo de R\$ 5,20. Apesar da ausência de sinais concretos de arrefecimento do conflito no Oriente Médio e da alta dos preços do petróleo, houve recuperação do apetite ao risco no exterior.

Como na segunda-feira, 16, o real figurou no grupo das três divisas emergentes e de países exportadores de commodities que mais ganharam terreno em relação ao dólar, ao lado do florim húngaro e do novo shekel israelense.

Operadores relatam eventual entrada de recursos estrangeiros para a bolsa doméstica, em dia de alta das ações da Petrobras, e o efeito benéfico para os ativos domésticos dos leilões de recompra de títulos pelo Tesouro.

Tirando uma elevação pontual no início dos negócios, o dólar operou em baixa no restante do dia. Com mínima de R\$ 5,1776 à tarde, em sintonia com o exterior, a moeda encerrou em baixa de 0,57%, a R\$ 5,2000. A divisa acumula recuo de 2,19% nos dois últimos pregões, mas ainda sobe 1,29% em março, após queda de 2,16% em fevereiro.

Para o head da Tesouraria do BS2, Ricardo Chiumento, a recuperação do real nos últimos dois dias não indica uma tendência para a taxa de câmbio. A atratividade das operações de carry trade, contudo, pode amenizar os impactos de eventual piora do ambiente externo sobre a moeda brasileira, observa.

A perspectiva é de continuidade do amplo diferencial de juros interno e externo com o provável desenlace da Superquarta - manutenção da taxa básica americana pelo Federal Reserve e corte de 0,25 ponto porcentual da taxa Selic, para 14,75%, pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

“O ambiente ainda é de bastante incerteza, apesar de o governo americano dizer que a guerra vai acabar em breve. A volatilidade tende a se manter elevada, com temores do impacto inflacionário da alta do petróleo”, afirma Chiumento. “Sem uma grande aversão ao risco lá fora, o carry elevado e a melhora dos termos de troca com a alta do petróleo dão certa sustentação ao real”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

FINANÇAS - AOS 180 MIL PONTOS, IBOVESPA MANTÉM ALTA MODERADA

Índice encerrou a terça-feira com avanço de 0,30% e giro financeiro a R\$ 27,1 bilhões

Do Estadão Conteúdo



Embora tenha fechado o dia em alta e some ganho de 11,97% neste ano, o Ibovespa ainda acumula perda de 4,44% em março

O Ibovespa seguiu em recuperação pelo segundo dia, com retomada de 1,55% no agregado da semana que o reposicionou na linha dos 180 mil pontos no fechamento da sessão.

Nesta terça-feira, 17, o índice da B3 oscilou dos 179.849,79 até os 182.800,30 pontos, tendo saído de abertura aos 79.881,52 pontos. Ao fim, marcava 180.409,73 pontos, em

alta moderada a 0,30%, com giro financeiro a R\$ 27,1 bilhões. No mês, o Ibovespa ainda acumula perda de 4,44%, que suaviza o ganho do ano a 11,97%.

Na B3, em sessão quase estável para o principal papel do índice, Vale (ON +0,15%), e negativa para os bancos (Itaú PN -0,67%, Santander Unit -1,18%), destaque para o avanço nas ações de Petrobras (ON +1,22%, PN +1,76%). Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, Natura (+8,46%), que divulgou balanço trimestral, à frente de CSN (+5,14%), Prio (+4,83%), Braskem (+4,37%) e PetroReconcavo (+3,96%). No lado oposto, Magazine Luiza (-8,13%) devolvendo parte do ganho da segunda-feira, ao lado de Cosan (-4,22%) e de Brava (-3,33%).

Na véspera das deliberações sobre juros nos EUA e no Brasil, os rendimentos dos Treasuries recuaram, mas a curva do DI virou e passou a subir no meio da tarde.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

JUSTIÇA - STF CONDENA DEPUTADOS DO PL POR CORRUPÇÃO

Josimar Maranhãozinho, Pastor Gil e o suplente Bosco Costa foram acusados de cobrar propina para a liberação de emendas parlamentares

Da Agência Brasil



A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal não determinou a perda de mandato dos parlamentares

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou nesta terça-feira (17), por unanimidade, os deputados federais Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA), além do suplente Bosco Costa (PL-SE), pelo crime de corrupção.

Os três foram julgados por cobrança de propina para a liberação de emendas parlamentares. Maranhãozinho foi condenado a seis anos e cinco meses de prisão, enquanto o Pastor Gil recebeu pena de cinco anos e seis meses e Bosco Costa pegou cinco anos de reclusão. O regime estabelecido é o semiaberto para todos os condenados.

Apesar da sentença, os deputados não serão presos imediatamente porque cabe recurso contra a decisão. De acordo com o pro cesso, entre janeiro e agosto de 2020, os deputados solicitaram vantagem indevida de R\$ 1,6 milhão para liberação de R\$ 6,6 milhões em emendas para o município de São José de Ribamar (MA).



Em função da condenação criminal, Josimar Maranhãozinho e Pastor Gil deveriam ser condenados à perda do mandato parlamentar, conforme determina a Constituição. Contudo, o colegiado entendeu que a Câmara dos Deputados deverá analisar a compatibilidade do regime semiaberto com o mandato. Dessa forma, caberá à Casa decidir se os acusados vão manter o mandato.

A medida só será analisada após o trânsito em julgado da condenação, ou seja, após o fim da possibilidade de apresentação de recursos.

Com a condenação, os condenados ficarão inelegíveis por oito anos. O prazo começará a contar após o período de cumprimento da pena. Eles também terão que pagar solidariamente R\$ 1,6 milhão em danos morais coletivos.

Defesas

Na terça-feira (10), primeiro dia do julgamento, as defesas dos réus se manifestaram e negaram as acusações. A defesa de Bosco Costa disse que as investigações deveriam ter tramitado inicialmente no STF e devem ser anuladas.

O advogado Leandro Racca também negou que os recursos envolvidos tenham relação com emendas parlamentares. Segundo ele, a Controladoria-Geral da União (CGU) não identificou que os recursos são oriundos de emendas.

“A certeza para o fim de imputação penal, com relação à autoria de emenda parlamentar, absolutamente não existe”, afirmou.

O advogado Felipe Fernandes de Carvalho negou que Josimar Maranhãozinho tenha encaminhado emendas para o município de São José de Ribamar (MA). Segundo o advogado, o parlamentar era adversário político do então prefeito José Eudes.

“É incompreensível pensar que um deputado, que não tem base eleitoral no município de São José de Ribamar, que não conhece o prefeito, encaminhe algum tipo de recurso para aquele município”, afirmou.

O advogado de Pastor Gil declarou que a defesa só teve acesso completo aos documentos do processo após a fase de interrogatório. Durante a sustentação, Maurício de Oliveira também citou supostas ilegalidades na fase de investigação da Polícia Federal.

“É incontroverso. Manipularam livremente os elementos digitais e corromperam a prova digital desse processo”, completou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 18/03/2026

JUSTIÇA - MORAES DÁ 5 DIAS PARA RJ ENTREGAR VÍDEOS DE OPERAÇÃO CONTRA O CV

Decisão foi tomada após dificuldade de acesso da PF a arquivos das câmeras corporais
Da Estadão Conteúdo

O ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou na segunda-feira, 16 de março, que a Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro envie, no prazo de cinco dias, mídia física com 945 arquivos de vídeo de câmeras corporais produzidos durante a Operação Contenção à Diretoria-Geral da Polícia Federal.

A medida decorre do Ofício nº 184/2026/SEAPRO/GAB/PF, pelo qual a PF informou ao STF a inviabilidade técnica de cumprir decisão anterior, de 19 de fevereiro, que determinara o envio das imagens para perícia.

Segundo a corporação, a plataforma online disponibilizada pelo órgão estadual permite apenas a reprodução direta dos arquivos, sem habilitar a função de download. A restrição impede a extração do material para preservação e análise técnica.

A Polícia Federal apontou ainda a ausência de códigos de verificação de integridade, os chamados hash, em quase todos os arquivos. A falta desses códigos compromete a cadeia de custódia e impossibilita atestar eventual adulteração do material após a transferência.

Na decisão, Moraes estabeleceu que os arquivos devem ser entregues em formato nativo, sem conversão ou compressão que implique perda de qualidade ou de metadados.

Caso o formato seja proprietário (um tipo de arquivo desenvolvido, controlado e de propriedade de uma empresa ou organização específica), o Estado deverá encaminhar também o software necessário para visualização e análise.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

JUSTIÇA - BOLSONARO FAZ NOVO PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR

Advogados do ex-presidente pedem que Alexandre de Moraes reconsidere a última decisão, em que rejeitou a solicitação

Do Estadão Conteúdo



Segundo os advogados, a fragilidade clínica de Bolsonaro evidencia a possibilidade de recorrências de episódios como o que causou a internação

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) entrou com um novo pedido de prisão domiciliar humanitária para o ex-chefe do Executivo, preso desde 22 de novembro de 2025. O pedido foi feito ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O ex-chefe do Executivo está internado no Hospital DF Star, em Brasília, onde trata uma pneumonia bacteriana bilateral. Os advogados de Bolsonaro pedem que o ministro Alexandre

de Moraes reconsidere decisão anterior que rejeitou a prisão domiciliar para o ex-presidente.

A defesa alega que a internação de Bolsonaro na sexta-feira, 13, é de “extrema gravidade”.

“A gravidade e a rápida evolução do quadro clínico foram igualmente evidenciadas pelo exame de imagem realizado no contexto da internação, o qual não apenas confirmou o diagnóstico inicial, como também revelou progressão significativa das alterações pulmonares em curto intervalo de tempo” diz a defesa.

Segundo os advogados, a fragilidade clínica relevante de Bolsonaro e os relatórios médicos evidenciam “a possibilidade de recorrências de episódios” como o que causou a internação do ex-presidente na semana passada.

“A permanência do Peticionário no atual ambiente de custódia expõe o quadro clínico a um risco progressivo, na medida em que a ausência de vigilância contínua e de intervenção imediata favorecem a repetição de eventos semelhantes, com potencial de maior gravidade, especialmente em cenário de comorbidades múltiplas e já documentadas”, diz a petição.

Flávio e Carlos

O senador Flávio Bolsonaro (PL) afirmou nesta terça-feira, 17, que se reuniu com o ministro Alexandre de Moraes. Segundo ele, a conversa foi bastante tranquila e objetiva. “Num momento oportuno, ele



ficou de avaliar o pedido. (Moraes) não deu prazo para a decisão, tem o tempo que achar necessário”, disse o senador.

Na ocasião, Flávio, que agora também está registrado como um dos advogados do ex-presidente, destacou o argumento de que a falta de acompanhamento constante no presídio pode acarretar o óbito do presidente. Para ele, o ex-presidente estaria melhor amparado em reclusão domiciliar.

Já o ex-vereador Carlos Bolsonaro publicou uma foto do pai e afirmou que o estado de saúde do ex-chefe do Executivo ainda “é muito delicado”. “Todo o processo de observação segue sensível e necessário. Seguimos preocupados, mas tenho certeza de que as boas energias e orações enviadas por todos ajudam e o fazem se sentir mais forte”, disse.

Atendimento

O ex-presidente foi internado na manhã de sexta-feira, 13. Segundo os médicos, os exames confirmaram “broncopneumonia bacteriana bilateral de provável origem aspirativa”, ou seja, uma infecção bacteriana nos dois pulmões, causada pela entrada de líquido do estômago ou da boca nas vias respiratórias.

Ele foi atendido na prisão pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) por volta das 8h. Na ocasião, em nota enviada ao Estadão, o Samu informou que o ex-presidente apresentava “caso clínico sugestivo de pneumonia, queixando-se de falta de ar”. Ele chegou ao hospital DF Star por volta das 9h, em uma operação do Samu em conjunto com o Corpo de Bombeiros e com apoio da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

JUSTIÇA - EX-PRESIDENTE TEM MELHORA CLÍNICA, MAS SEGUE SEM PREVISÃO DE ALTA DA UTI

Do Estadão Conteúdo

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) mantém processo de melhora na saúde, mas segue sem previsão de alta da Unidade de Terapia Intensiva (UTI), informou boletim médico divulgado nesta terça-feira, 17, pelo Hospital DF Star, em Brasília.

A informação, contradiz a esposa do paciente, Michelle Bolsonaro, que havia dito na segunda que ele teve alta da UTI.

Segundo o boletim, Bolsonaro foi transferido na segunda-feira, 16, para uma nova acomodação em terapia intensiva, “mais adequada para o quadro clínico atual”.

“[Bolsonaro] Manteve melhora clínica e laboratorial nas últimas 24 horas, com nova queda nos marcadores inflamatórios. Segue em tratamento com antibioticoterapia endovenosa, suporte clínico intensivo e fisioterapia respiratória e motora. Não há previsão de alta da UTI neste momento”, diz o boletim.

Jair Bolsonaro foi preso preventivamente em 22 de novembro do ano passado. Em 15 de janeiro, foi transferido para a Papudinha, onde segue cumprindo pena pelo crime de tentativa de golpe de Estado, entre outros. Desta vez, o ex-presidente foi hospitalizado na última sexta-feira, 13, após registrar febre alta, queda da saturação de oxigênio, sudorese e calafrios.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

JUSTIÇA - MORAES BARRA SAÍDA TEMPORÁRIA DE WALTER DELGATTI

Hacker queria sair da prisão por alguns dias com uso de tornozeleira eletrônica, mas não atendeu a requisitos legais

Do Estadão Conteúdo



Moraes acolheu o parecer da PGR, que concluiu que o requisito objetivo não estava preenchido e negou o benefício

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido de saída temporária do hacker Walter Delgatti Neto. A decisão impede que o detento deixe a prisão nesta terça-feira, 17.

No começo do mês, a administração da Penitenciária Dr. José Augusto César Salgado, em Tremembé (SP), havia informado ao STF que Delgatti preenchia os requisitos para a saída temporária de março de 2026. O período previsto era de 17 a 23 de março, com uso de tornozeleira eletrônica.

Ao receber a comunicação, Moraes encaminhou os autos à Procuradoria-Geral da República (PGR). O órgão apontou que o ofício da penitenciária era genérico: indicava apenas as datas da saída, sem comprovar a finalidade exigida pelo artigo 122 da Lei de Execução Penal como frequência a curso supletivo profissionalizante ou de instrução do segundo grau ou superior.

Moraes acolheu o parecer e, em decisão publicada na sexta-feira, 13, concluiu que o requisito objetivo não estava preenchido e negou o benefício.

Nesta terça-feira, 17, a defesa protocolou pedido de reconsideração no STF e juntou ofício complementar da própria penitenciária.

No documento, o chefe de divisão Rodolfo Duarte Costa esclareceu que a saída programada não tinha finalidade de estudo, mas sim de ressocialização com visita à família, previsto na Portaria Conjunta 02/2019 dos Decrimis da 9ª Região Administrativa Judiciária de São José dos Campos.

Condenação

Delgatti foi condenado pelo STF a 8 anos e 3 meses de reclusão por invadir o sistema do Conselho Nacional de Justiça e inserir documentos falsos nos autos, entre eles uma ordem de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes com assinatura forjada do próprio relator.

A ex-deputada federal Carla Zambelli (PL) foi condenada a 10 anos de prisão e à perda do mandato por ser apontada pela PGR como mentora do crime. Ela teve o nome incluído na lista de difusão vermelha da Interpol.

Antes dessa condenação, Delgatti já respondia por outro processo. Na Operação Spoofing, foi condenado em primeira instância a 20 anos de reclusão por hackear autoridades da extinta Operação Lava Jato e vazear mensagens obtidas ilegalmente.

O caso ainda tramita em segunda instância na Justiça Federal em Brasília, e o hacker responde ao processo em liberdade.

Delgatti chegou à Penitenciária 2 de Tremembé em fevereiro de 2025 para cumprir a pena imposta pelo STF. Em dezembro do mesmo ano, ainda no regime fechado, foi transferido para a Penitenciária 2 de Potim, também no Vale do Paraíba.

Em janeiro de 2026, após Moraes deferir a progressão ao regime semiaberto, retornou à unidade de Tremembé.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 18/03/2026

Filipe Martins cumpre pena de 21 anos de prisão por participação na trama golpista

Do Estadão Conteúdo

A defesa de Filipe Garcia Martins, ex-assessor da Presidência no governo Jair Bolsonaro (PL), protocolou nesta terça-feira, 17, embargos de declaração contra o acórdão que o condenou a 21 anos de prisão por participação no plano de golpe de Estado.

No recurso dirigido ao ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, os advogados pedem efeitos infringentes, a modificação do resultado, e sustentam que a Polícia Federal forneceu “provas falsas” ao longo da investigação.

O recurso questiona a competência da Primeira Turma, com base nos limites fixados pelo plenário na ADPF 572, que teria restringido a atuação do tribunal a casos com ameaças diretas à vida dos ministros - escopo que, na visão da defesa, não alcança a origem do processo, o “Inquérito das Vacinas”.

Além disso, a defesa contesta a cadeia de custódia dos registros do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). O recurso invoca um parecer da Controladoria-Geral da União que reconheceu que o GSI não tem condições de distinguir visitas oficiais de particulares e uma resposta a pedido de acesso à informação em que o próprio órgão informou não constar registro de visitantes no Alvorada em 9 de dezembro de 2022, data em que o acórdão situa o réu em reunião criminosa.

Outra alegação é a interdependência entre a prova e o fato a ser provado na colaboração premiada. Segundo a defesa, Mauro Cid teria gerenciado a própria prova de corroboração usada para condená-los, em violação à Lei 12.850/13. Além disso, a defesa aponta erros materiais na cronologia e questiona a prova testemunhal, citando a declaração do brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior de que nunca viu ou conheceu Martins.

A defesa alega que a chamada “minuta fantasma” não foi apresentada nos autos em versão que vincule o réu ao documento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

INTERNACIONAL - COLÔMBIA ACUSA EQUADOR DE LANÇAR BOMBAS DE AVIÃO

Presidente colombiano Gustavo Petro diz que 27 pessoas morreram na fronteira após ataque realizado pelo país vizinho

Da Agência Brasil



O presidente colombiano acrescentou que “existe uma gravação” sobre o episódio que ele defende que seja divulgada ao público

Os atritos entre os governos da Colômbia e do Equador voltaram a escalar após o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, sugerir que o país vizinho teria jogado bombas dentro do território colombiano.

“Apareceram bombas, atiradas de avião, se vai investigar bem, muito na fronteira com Equador, ratificando um pouco minha suspeita. Tem que investigar bem. Estão

nos bombardeando a partir do Equador, e não são grupos armados. Já houve muitas explosões”, afirmou Petro.

O presidente colombiano acrescentou que “existe uma gravação” sobre o episódio que ele defende que seja divulgada ao público, gravação que, segundo ele, “se originou no Equador”. Petro acrescentou que falou com o presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, sobre o ocorrido.



“Há algo estranho. Eu pedi a Trump que atue e chame o presidente do Equador, porque não queremos entrar em guerra”, completou o chefe de Estado, durante reunião com ministros, em Bogotá, nesta segunda-feira (16). Petro destacou que “a soberania nacional deve ser respeitada”.

O episódio amplia a deterioração das relações entre os dois governos sul-americanos que vem se agravando, em especial, depois que Quito elevou as tarifas de importação dos produtos colombianos em 30% no início de fevereiro.

O presidente do Equador, Daniel Noboa, chamou a medida de “taxa de segurança” após reclamações sobre a falta de eficácia da Colômbia no combate ao crime na fronteira entre os dois países. A Colômbia, em resposta, suspendeu a venda de energia elétrica ao Equador e impôs uma tarifa de 30% sobre 70 produtos vindos do país andino.

Equador e EUA

O Equador tem firmado acordos de cooperação com os Estados Unidos (EUA) sob a justificativa de combate ao narcotráfico, que foi classificado pelo governo equatoriano de “organizações terroristas”, igualando à política do governo Trump sobre o tema.

O governo de Daniel Noboa chegou a consultar a população para autorizar a abertura de uma base militar estrangeira no país, mas a medida acabou rejeitada por 60% dos votos.

Na semana passada, o Equador abriu, em Quito, a primeira sede oficial do FBI, o serviço de inteligência dos EUA. Além disso, tem firmado acordos com Washington para operações conjuntas dentro do Equador, editando seguidos decretos de estados de emergência e toques de recolher.

Também na semana passada, a Justiça Eleitoral do Equador suspendeu, por nove meses, o registro do principal partido de oposição do Equador, o Revolução Cidadã, do ex-presidente Rafael Corrêa, o que deve prejudicar a participação da legenda nas eleições locais de 2027.

O Tribunal eleitoral suspendeu o registro do partido do Corrêa em meio a uma investigação sobre lavagem de dinheiro. A candidata derrotada por Noboa em 2025, Luisa González, do Revolução Cidadã, vem sendo investigada por supostamente receber recursos da Venezuela. González nega as acusações e afirma ser vítima de perseguição política.

Nas últimas semanas, o governo dos EUA vem estreitando relações militares com diversos países da América Latina sob o argumento duplo de combater os cartéis de drogas na região e afastar a influência econômica de atores externos, como China e Rússia, adversários comerciais dos EUA.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

INTERNACIONAL – EQUADOR ADMITE BOMBARDEIO, MAS CONTRA GRUPOS ARMADOS COLOMBIANOS EM SEU TERRITÓRIO

Do Estadão Conteúdo

O Equador reconheceu nesta terça-feira (17) que realizou ataques contra grupos armados da Colômbia que ingressaram em seu território e rejeitou ter realizado operações em solo colombiano depois de uma denúncia de Bogotá.

A chanceler equatoriana, Gabriela Sommerfeld, assegurou que seu país “tem operações de ataque a acampamentos de grupos irregulares” que não são do Equador e esclareceu que “são grupos que atravessam a fronteira desde a Colômbia e estão localizados em território equatoriano”.

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, denunciou as ações do Equador sem apresentar evidências, mas antecipou que divulgaria um vídeo gravado da situação e acrescentou que pediu ao seu par dos EUA, Donald Trump, para agir e ligar para o presidente do Equador, Daniel Noboa,

porque não deseja ir para uma guerra. Em sua conta no X, Noboa afirmou: “Presidente Petro, suas declarações são falsas; estamos atuando em nosso território, não no seu” e precisou que continuará “bombardeando os lugares que serviam de esconderijo para esses grupos, em grande parte colombianos que seu próprio governo permitiu infiltrar-se no país por descuido de sua fronteira”.

Petro insistiu em sua denúncia e assegurou que encontraram “27 corpos calcinados e a explicação não é crível”, disse no X sem especificar o local da descoberta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

INTERNACIONAL - “NÃO PRECISAMOS DA AJUDA DE NINGUÉM”, DIZ TRUMP

Após países da Otan se negarem a entrar no conflito para reabrir o Estreito de Ormuz, presidente americano se revolta e manda recados

Do Estadão Conteúdo



Trump já havia dito que a Otan enfrentaria um futuro “muito ruim” se não ajudasse os EUA a reabrir o Estreito de Ormuz

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta terça-feira, 17, que os EUA são “o país mais poderoso do mundo” e não precisam “da ajuda de ninguém”, após membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) se recusarem a auxiliar na segurança do Estreito de Ormuz, bloqueado pelo Irã após o início dos ataques americanos-israelenses em Teerã.

Em publicação na Truth Social, Trump disse que os EUA foram informados pela maioria de seus “aliados” da Otan de que não querem se envolver na operação militar no Irã.

“Não me surpreende essa atitude, pois sempre considerei a Otan, onde gastamos centenas de bilhões de dólares por ano protegendo esses mesmos países, uma via de mão única: nós os protegemos, mas eles não fazem nada por nós, especialmente em um momento de necessidade”, escreveu.

“Devido ao sucesso militar que alcançamos, não ‘precisamos’ nem desejamos mais a ajuda dos países da Otan - NUNCA PRECISAMOS”, afirmou. “O mesmo se aplica ao Japão, à Austrália ou à Coreia do Sul”, escreveu.

“Aliás, falando como presidente dos EUA, de longe o país mais poderoso do mundo, NÃO PRECISAMOS DA AJUDA DE NINGUÉM”, acrescentou.

Pouco depois, o republicano voltou a comentar o caso e classificou a decisão da Otan como um “erro muito tolo”. “Quando dizem que o Irã era uma ameaça, mas que não vão ajudar, acho que estão sendo muito tolos”, disse Trump a repórteres ao receber o primeiro-ministro da Irlanda, Micheál Martin, no Salão Oval.

Ele também afirmou que a decisão é “decepcionante” e ruim para a “parceria”. “Não precisamos deles, mas eles deveriam estar lá”.

Reino Unido

O presidente também disse que o primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, cometeu “um grande erro” ao rejeitar seu pedido de ajuda para reabrir o Estreito de Ormuz.

“Ele não demonstrou nenhum apoio e acho que isso é um grande erro”, disse Trump. “Estou decepcionado com Keir. Gosto dele, acho que ele é um bom homem, mas estou decepcionado”, declarou.



No domingo, 15, Trump já havia dito que a Otan enfrentaria um futuro “muito ruim” se não ajudasse os EUA a reabrir o Estreito de Ormuz.

Em entrevista ao jornal Financial Times, Trump afirmou que, assim como os EUA prestaram auxílio à Ucrânia na guerra contra a Rússia, esperava que a Europa colaborasse na questão da via marítima, cujo bloqueio provocou uma disparada nos preços da energia em todo o mundo.

“Se não houver resposta, ou se a resposta for negativa, acredito que isso será muito ruim para o futuro da Otan”, disse.

Bloqueio

O Irã bloqueou o Estreito de Ormuz em 28 de fevereiro, após a morte do líder supremo do país, o aiatolá Ali Khamenei. A ofensiva, realizada pelos EUA em conjunto com Israel, ocorreu após semanas de ameaças de Trump, que pressionava por um acordo sobre o programa nuclear de Teerã.

A rota marítima no Oriente Médio tem cerca de 33 quilômetros de largura e é a única saída do Golfo Pérsico para o mar aberto. Considerada uma das principais vias de escoamento de petróleo do mundo, por ela passa cerca de 20% do fluxo global da commodity.

Na esteira da guerra, o preço do petróleo chegou a ultrapassar US\$ 100 por barril pela primeira vez em mais de três anos e meio.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

INTERNACIONAL – DADOS DE TRÁFEGO MARÍTIMO MOSTRAM QUE 15 NAVIOS PASSARAM POR ORMUZ EM 3 DIAS

Dados mostram que 15 navios conseguiram transitar pelo Estreito de Ormuz nos últimos três dias, segundo a plataforma de monitoramento MarineTraffic, em publicação nesta terça-feira, 17, no X. Foram oito navios de carga seca, cinco petroleiros e dois transportadores de gás natural GLP.

Cerca de 87% foram trânsitos de saída de Ormuz, com muitas embarcações adotando rotas incomuns pelas águas territoriais do Irã. Apenas 13% adentraram a região do Golfo, o que, conforme a MarineTraffic, representa o desequilíbrio contínuo nos fluxos de tráfego marítimo.

A plataforma não informou os números esperados de tráfego no Estreito de Ormuz sob condições normais, desconsiderando a atual guerra entre EUA, Israel e Irã no Oriente Médio.

Sem comentar os dados marítimos, o presidente dos EUA, Donald Trump, criticou também a postura do Reino Unido diante do conflito no Oriente Médio e disse estar decepcionado com o primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, em comentários para jornalistas, nesta terça. “Fizemos um bom acordo comercial com o Reino Unido, mas acho que eles não são gratos por isso. Estou decepcionado com Starmer”, acrescentou, ao classificar como “um grande erro” a falta de apoio britânico frente a situação.

Trump afirmou que a postura do Reino Unido é injusta com os EUA, não com ele enquanto presidente, e sugeriu uma deterioração da relação entre os países desde a chegada do premiê ao cargo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/03/2026

INTERNACIONAL – “IRÃ NÃO É AMEAÇA”, DIZ EX-CHEFE DO ANTITERRORISMO DOS EUA

Por não concordar com a ação do governo Trump no Oriente Médio, Joseph Kent renunciou ao cargo nesta terça-feira

Da Agência Brasil



Joseph Kent disse que os EUA iniciaram a guerra “devido à pressão de Israel e seu poderoso lobby”

O diretor do Centro Nacional de Contraterrorismo dos Estados Unidos (EUA), Joseph Kent, renunciou ao cargo, nesta terça-feira (17), por não concordar com a guerra no Irã promovida pelo governo de Donald Trump em parceria com Israel.

“Não posso, em sã consciência, apoiar a guerra em curso no Irã. O Irã não representava uma ameaça iminente à nossa nação, e é claro que iniciamos esta guerra devido à pressão de Israel e seu poderoso lobby”, afirmou o agora ex-diretor ligado ao Escritório Nacional de Inteligência dos EUA (DNI). Kent destacou que apoiou os “valores” e políticas que Trump defendeu nas suas campanhas eleitorais quando o então candidato afirmava que as guerras no Oriente Médio “eram uma armadilha que roubava da América as preciosas vidas de nossos patriotas”.

Porém, para o então assessor da Casa Branca, Trump teria sido influenciado, no atual mandato, por altos funcionários israelenses e membros influentes da mídia que o teriam empurrado para a guerra no Irã.

“Essa câmara de eco foi usada para enganá-lo, fazendo-o acreditar que o Irã representava uma ameaça iminente aos EUA e que, se você atacasse agora, haveria um caminho claro para uma vitória rápida. Isso foi uma mentira e é a mesma tática que os israelenses usaram para nos arrastar para a desastrosa guerra do Iraque”, completou o veterano de guerra.

Trump se elegeu criticando as guerras dos EUA no Oriente Médio e a participação da Casa Branca na Ucrânia, motivo que tem levado parte da base de apoio do presidente republicano a condenar a agressão militar contra o Irã.

Veterano de guerra

Joseph Kent serviu o Exército dos EUA por 20 anos, tendo atuado em 11 destacamentos em combates no Oriente Médio. Ele se aposentou das Forças Armadas em 2018. Kent ainda perdeu a esposa, Shannon Kent, militar da Marinha estadunidense, em um atentado na Síria.

“[Perdi] minha amada esposa Shannon em uma guerra fabricada por Israel, não posso apoiar o envio da próxima geração para lutar e morrer em uma guerra que não traz nenhum benefício ao povo americano”, completou o ex-assessor da Casa Branca.

O então diretor do Centro Nacional de Contraterrorismo dos EUA estava sob a coordenação da diretora do Escritório Nacional de Inteligência (DNI) da Casa Branca, Tulsi Gabbard. O DNI reúne toda a comunidade de inteligência dos EUA que assessora a Casa Branca e demais instituições de segurança e inteligência do país.

Motivos da guerra

Em março de 2025, antes do primeiro ataque dos EUA e Israel contra o Irã, a chefe do DNI negou que o Irã estivesse construindo uma arma nuclear, como alegam Trump e o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu.

Analistas consultados pela Agência Brasil têm alertado que a acusação de que o Irã desenvolve armas nucleares seria um “pretexto” para derrubar o governo de Teerã.

A mudança de regime no Irã teria, como objetivo, acabar com a oposição do país persa à política de Washington e de Tel Aviv no Oriente Médio, além de ser uma forma de conter a expansão econômica da China na região em meio à guerra comercial travada com os EUA.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 18/03/2026

INTERNACIONAL – GOVERNO IRANIANO CONFIRMA A MORTE DE ALI LARIJANI, DO CONSELHO SUPREMO DE SEGURANÇA

Larijani foi morto junto com seu filho e o chefe de seu gabinete em ataque de Israel

Do Estadão Conteúdo

O Irã confirmou a morte do secretário do Conselho Supremo de Segurança Nacional, Ali Larijani, em comunicado divulgado pela organização. Segundo o Conselho, Larijani foi morto junto com seu filho Morteza Larijani e o chefe de seu gabinete, Alireza Bayat, além de vários guardas.

Israel disse nesta terça-feira, 17, que havia atacado e matado Larijani e o general Gholam Reza Soleimani, chefe da força Basij da Guarda Revolucionária, composta por voluntários. Larijani era considerado uma das figuras mais poderosas do país desde que o Líder Supremo, Aiatolá Ali Khamenei, foi morto em um ataque aéreo no primeiro dia da guerra.

Ex-presidente do parlamento e conselheiro sênior de políticas, ele havia aconselhado o falecido Khamenei sobre estratégia nas negociações nucleares com o governo Trump. Ele foi sancionado pelo Tesouro dos EUA em janeiro por seu papel na “coordenação” da violenta repressão do Irã aos protestos nacionais.

Enquanto isso, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou nesta terça-feira, 17, que conversou por telefone com o primeiro-ministro do Iraque, Mohammed Shia Al Sudani, sobre a atual situação de segurança da região. “Agradei ao primeiro-ministro por incentivar a moderação neste momento difícil e por manter o país fora da guerra”, escreveu von der Leyen na rede X.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 18/03/2026



BAHIA ECONÔMICA - BA

RENAN FILHO DIZ QUE GREVE DE CAMINHONEIROS “NÃO É BOA SAÍDA” E DEFENDE DIÁLOGO

Por VICTOR OLIVEIRA - 18/03/2026 15:24

O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou nesta quarta-feira (18) que uma eventual greve dos caminhoneiros não seria uma solução positiva nem para o país nem para a própria categoria. Segundo ele, o governo está empenhado em atender às demandas por meio do diálogo e de medidas estruturais para o setor.



Em entrevista à CNN Brasil, o ministro destacou que uma paralisação pode comprometer a circulação de mercadorias e afetar diretamente a economia nacional, altamente dependente do transporte rodoviário.

Foto: Reprodução

“Greve não é bom para ninguém. O Brasil é um país produtor e exportador, precisa transportar mercadorias. Isso é ruim para a população e também para os próprios caminhoneiros”, declarou.

Entre as ações já adotadas, Renan Filho mencionou o reforço na fiscalização para garantir o cumprimento da tabela do preço mínimo

do frete, uma das principais reivindicações da categoria. A medida busca assegurar remuneração adequada aos profissionais diante da alta dos custos operacionais, especialmente do diesel.

O ministro também citou discussões em andamento sobre a chamada lei do descanso dos motoristas, tema que está sob análise do Supremo Tribunal Federal. De acordo com ele, o governo acompanha o caso e busca avançar em soluções que atendam às demandas dos caminhoneiros.

Apesar das tensões no setor, o governo tenta evitar a paralisação e aposta em negociações para minimizar impactos na economia e no abastecimento do país.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 18/03/2026

PORTOS BAIANOS TERÃO PLANO DIRETOR PARA AUMENTAR A COMPETITIVIDADE NO MERCADO INTERNACIONAL

Por Victoria Isabel - 17/03/2026 19:00 - Atualizado 18/03/2026



Foto: camile Campos

Um estudo sobre a viabilidade técnica para potencializar as relações de comércio exterior nas áreas de influência dos portos será realizado pela Autoridade Portuária Federal – CODEBA. A equipe gestora realizou a revisão do Plano de Trabalho, nesta terça-feira (17), para dar início ao projeto que vai fortalecer o planejamento e aumentar a competitividade terminais administrados pela Companhia.

O estudo contempla a atualização e integração dos instrumentos de planejamento da CODEBA, incluindo planos estratégicos, instrumentos de zoneamento e planejamento territorial, bem como a estruturação de portfólio de projetos estratégicos que venham a direcionar os investimentos e iniciativas voltadas ao desenvolvimento dos portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus e suas respectivas áreas de influência. A iniciativa permitirá o aprimoramento do posicionamento competitivo dos portos administrados pela Companhia baiana e a ampliação da eficiência operacional, logística e institucional do sistema portuário brasileiro.

“Trata-se de um projeto estruturante que vai subsidiar a equipe da CODEBA na elaboração de planejamento estratégico, estudos técnicos e implementação de iniciativas de forma alinhada com os objetivos da gestão, que é tornar os portos administrados pela Companhia referências tanto logística, quanto institucional”, explica o presidente da CODEBA, Antonio Gobbo.

O planejamento para implantação do projeto contempla a análise de cenários, o estudo de viabilidade técnica socioeconômica, ambiental, de espaço e prospecção de áreas do Complexo Baiano que podem receber novas empresas, além da análise vocacional e cadeias de valor e definição da modelagem jurídica necessárias à estruturação da governança e viabilização institucional do projeto.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 18/03/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO FEDERAL PROPÕE A ESTADOS ZERAR ICMS SOBRE IMPORTAÇÃO DE DIESEL E COMPENSA 50% DAS PERDAS

Estimativa é de menor R\$ 3 bilhões de arrecadação por mês, dos quais R\$ 1,5 bilhão seria compensado pela União. Desenho foi apresentado em reunião do Confaz, que reúne secretários de Fazenda

Por Thaís Barcellos e Bruna Lessa — Brasília



O secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

O governo federal propôs aos estados a desoneração do ICMS cobrado sobre a importação de diesel em um esforço nacional para conter os efeitos da guerra no Oriente Médio para os consumidores brasileiros. O governo Lula está discutindo medidas para conter a insatisfação dos caminhoneiros com o preço do diesel e, assim, tentar evitar qualquer movimento de paralisação da categoria.

O desenho proposto pelo Ministério da Fazenda para os secretários estaduais seria de isenção até o fim de maio, com compensação de 50% da receita pela União, afirmou o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. A estimativa é que isso represente uma renúncia de R\$ 3 bilhões por mês, com metade dos custos para o governo federal.

Dessa forma, o impacto seria de R\$ 3 bilhões para a União e o mesmo valor para o conjunto dos estados até maio.

— A proposta que foi levada aos estados de maneira temporária foi de se retirar o ICMS de importação do diesel, com uma contribuição de 50% da renúncia que os estados teriam que arcar — disse Durigan. — É uma renúncia estimada nesse período que estamos propondo, temporário, de algo como R\$ 1,5 bilhões por mês para os estados, R\$ 1,5 bilhão por mês pra União.

Ainda será discutido como a União fará o repasse dos 50%, mas a compensação poderá ocorrer por meio de transferências diretas do governo aos estados.

— Para cada real que o estado contribui, a União contribui com um real também — explicou o secretário.

A proposta tem prazo limitado: até 31 de maio, o mesmo período previsto para outras ações já anunciadas pelo governo, como a zeragem de PIS/Cofins sobre o diesel. Segundo Durigan, a ideia é acompanhar os efeitos semana a semana e reavaliar a necessidade de manutenção da política.

Não houve consenso sobre a proposta, no entanto. O desenho foi apresentado em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários de fazenda estaduais sob a coordenação do governo federal, para tratar do tema. Os secretários de Fazenda dos estados vão levar o tema a seus governadores. A decisão final será tomada em reunião marcada para o dia 27, em São Paulo.

O secretário executivo da Fazenda disse que a discussão não é sobre retirar o imposto de toda a cadeia. Segundo ele, há um desafio hoje da importação de diesel, que tem se descasado do preço interno por conta da guerra no Irã. Isso tem dificultado tanto a Petrobras quanto distribuidoras, afirmou.

— Nós não estamos discutindo, muito menos impondo que se retire o ICMS de toda a cadeia de combustíveis que os estados arrecadam. Há um desafio hoje em razão da guerra da importação de diesel. O Brasil tem de importar 27% do diesel consumido no Brasil, e a importação tem se descasado do preço interno por conta da guerra, do Brent, do frete e do seguro. O que tem dificultado fechar os contratos de importação— afirmou Durigan.



Nesta terça-feira, o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz) emitiu nota em que alega que uma nova redução do ICMS pode enfraquecer a capacidade dos estados de financiar políticas públicas.

—É possível que a gente avance a discussão — disse Durigan, afirmando que os secretários vão levar para o fórum de governadores. — O debate segue colocado. Ontem, acho que houve alguma espécie de precipitação e, se relembrar 2022, acho que o trauma é grande, a gente entende o trauma de 2022, mas a gente está construindo aqui com muita colaboração federativa e esse é o caminho que nós temos que fazer daqui em diante — completou, em referência às leis patrocinadas pelo governo Jair Bolsonaro que reduziram a cobrança de ICMS naquele ano.

Mesmo após a proposta, há resistência de alguns estados, que consideram a perda de receita relevante, mesmo com a compensação parcial da União.

Durante a entrevista coletiva, Durigan fez questão de pontuar em diversos momentos a diferença da proposta atual para o governo Bolsonaro.

—Está todo mundo muito ciente do momento delicado que a gente passa no país. Um momento em que nós temos uma guerra externa que não tem nada a ver conosco, mas que está implicando custos ao país, às famílias, aos caminhoneiros. E nós estamos fazendo o melhor possível, respeitando a governança da Petrobras, adotando as medidas que têm neutralidade fiscal com menor intervenção possível.

Impostos federais

Na semana passada, o governo decidiu zerar temporariamente as alíquotas de PIS e Cofins sobre o diesel, o que, segundo estimativas oficiais, pode reduzir o preço do combustível em cerca de R\$ 0,32 por litro. A medida tem impacto fiscal relevante — com renúncia de R\$ 6,7 bilhões em quatro meses.

Além disso, foi criada uma subvenção temporária para produtores e importadores de diesel, também estimada em R\$ 0,32 por litro. Na prática, a combinação das duas medidas pode chegar a um alívio potencial de R\$ 0,64 no preço final ao consumidor. O governo determinou que esse benefício seja obrigatoriamente repassado nas bombas, com fiscalização da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e exigência de transparência nos postos, que deverão informar a redução de preços.

Para compensar o custo das medidas, o pacote inclui a criação de um imposto temporário sobre a exportação de petróleo bruto e diesel. A estratégia é desestimular a venda para o exterior em um momento de preços elevados e, ao mesmo tempo, gerar arrecadação para equilibrar as contas públicas. A expectativa da equipe econômica é que a receita com essas exportações, somada ao aumento de royalties, neutralize o impacto fiscal das desonerações e subsídios.

Outras medidas

Além da discussão sobre o ICMS, a reunião também tratou de outras medidas para evitar abusos na cadeia de combustíveis diante da crise global. Em primeiro lugar, os estados se comprometeram a enviar à Receita Federal suas listas de devedores contumazes, com foco especial no ICMS do setor de combustíveis.

O objetivo é integrar esses dados em uma lista nacional unificada, permitindo que o Fisco e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) atuem de forma coordenada para afastar do mercado atores que operam ilegalmente.

Houve também deliberação para compartilhamento em tempo real das notas fiscais dos postos com a Agência Nacional de Petróleo (ANP) para agilizar a fiscalização contra abusos de preços. Segundo Durigan, 21 estados já aderiram e já será possível publicar uma resolução do Confaz sobre a medida. Outros seis estados ficaram de avaliar: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Amazonas, Mato Grosso e Alagoas.

– Com isso, a gente já tem um ganho de fiscalização por parte da ANP, da Senacon e dos Procons estaduais de imediato.

Durigan afirmou que o governo quer mitigar ao máximo o aumento do petróleo para a população e pediu colaboração dos estados para ampliarem a fiscalização.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/03/2026

ARÁBIA SAUDITA DESVIA DE ESTREITO DE ORMUZ E JÁ RESTABELECEU METADE DE SUAS EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO

País recorreu a oleoduto de 1.200 quilômetros até o porto de Yanbu, com embarques que chegam a 4,19 milhões de barris por dia. Antes da guerra, reino vendia 7 milhões de barris por dia, mas só 1,4 milhão passava por Yanbu

Por Bloomberg — Riad



Tanques de armazenamento de petróleo bruto em Ras Tanura, uma das principais refinarias da Arábia Saudita — Foto: Simon Dawson/Bloomberg

A Arábia Saudita já aumentou suas exportações de petróleo para mais da metade dos níveis normais, apesar das interrupções causadas pela guerra com o Irã, um sinal inicial de sucesso do ambicioso plano de contingência do reino para contornar o Estreito de Hormuz.

Com Hormuz praticamente fechado, a Arábia Saudita tem redirecionado o petróleo por meio de um oleoduto de 1.200 quilômetros até o porto ocidental de Yanbu. Ao mesmo tempo, reuniu rapidamente uma enorme frota de petroleiros que se dirigiram ao Mar Vermelho para carregar o petróleo e agora se acumulam ao redor do porto.

Os embarques a partir de Yanbu têm média de cerca de 4,19 milhões de barris por dia nos últimos cinco dias, segundo dados de rastreamento compilados pela Bloomberg — já representando uma parcela significativa dos cerca de sete milhões de barris que o reino exportava no total antes da guerra, e bem acima dos cerca de 1,4 milhão de barris que anteriormente passavam pelo porto.

Cerca de um quinto do petróleo mundial normalmente passa por Ormuz, o estreito ponto de estrangulamento que dá acesso ao Golfo Pérsico, e os produtores da região estão sendo forçados a reduzir a produção à medida que os estoques começam a se encher.

A Agência Internacional de Energia (AIE) alertou que a guerra está causando a maior interrupção de oferta na história do mercado de petróleo.

A Arábia Saudita é o único produtor com uma alternativa significativa; os Emirados Árabes Unidos possuem uma rota de oleoduto até o Golfo de Omã, mas seus fluxos têm sido vulneráveis a interrupções, já que o porto de Fujairah, do qual dependem, foi forçado a suspender o carregamento em várias ocasiões devido a ataques de drones.

À medida que a Arábia Saudita se apressa para redirecionar seu petróleo, os petroleiros estão se acumulando ao longo de sua costa no Mar Vermelho. Pelo menos 32 superpetroleiros e navios do tipo suezmax aguardam nas proximidades de Yanbu para carregar cargas, enquanto outros ainda estão a caminho.

As médias de curto prazo dos dados de carregamento tendem a ser voláteis, mas a Arábia Saudita afirmou que pretende aumentar os embarques para compradores estrangeiros a partir de seus portos

no Mar Vermelho e tem oferecido a clientes de longo prazo a opção de receber suprimentos a partir de Yanbu.

A estatal Saudi Aramco não respondeu a e-mails solicitando comentários sobre o nível das exportações de Yanbu.

O maior volume de petróleo que a Arábia Saudita carregou a partir de Yanbu neste mês foi de 4,65 milhões de barris em um único dia. Isso ocorreu em três ocasiões, mas em outros dias os volumes foram menores.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/03/2026

ACORDO COM 21 SECRETÁRIOS PREVÊ COMPARTILHAMENTO EM TEMPO REAL DE NOTAS FISCAIS DE COMBUSTÍVEIS

Medida busca reforçar fiscalização sobre preços; seis estados ainda não aderiram

Por Bruna Lessa — Brasília



Entrevista exclusiva com Dario Durigan, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nesta quarta-feira que foi deliberado, em reunião virtual com secretários estaduais de Fazenda, um acordo com 21 unidades da federação para o compartilhamento em tempo real de notas fiscais de combustíveis com a Agência Nacional do

Petróleo (ANP).

— A segunda deliberação do Confaz de hoje foi a aprovação de um acordo entre 21 estados e a ANP para que haja disponibilização em tempo real das notas fiscais de venda, as notas fiscais do varejo para a ANP. A gente terminou de pactuar hoje, a gente vai ter a condição de com isso, já deliberado, vamos publicar esse acordo, essa resolução do Confaz, para que vocês vejam o inteiro teor — disse.

Segundo Durigan, os dados compartilhados serão das operações no varejo, ou seja, das vendas realizadas nos postos, o que permitirá ampliar a capacidade de monitoramento dos preços ao longo da cadeia de combustíveis.

— Com isso, a gente já tem um ganho de fiscalização por parte da ANP, da Senacom e dos PROCONs estaduais de imediato — afirmou.

A medida ocorre em meio à preocupação do governo com possíveis aumentos considerados injustificados nos preços. Apesar da adesão majoritária, seis estados ainda não integram o acordo.

— É do interesse do país que a gente possa fiscalizar melhor — disse.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/03/2026

MARINHO DEFENDE FIM DA ESCALA 6X1 E JORNADA DE 40 HORAS, MAS PEDE CAUTELA PARA NÃO 'ENGESSAR' A ECONOMIA

Ministro do Trabalho esteve na Comissão de Trabalho da Câmara para falar sobre o assunto

Por Bruna Lessa — Brasília

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, defendeu nesta quarta-feira o avanço da redução da jornada de trabalho no Brasil, com apoio ao fim da escala 6x1 e à adoção de uma carga semanal de

40 horas. Durante audiência na Comissão de Trabalho da Câmara, ele afirmou, no entanto, que é preciso cuidado na forma como as mudanças forem implementadas para não prejudicar o funcionamento da economia.



O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, tem em comum com Lula a dificuldade de se aproximar das novas categorias de trabalhadores — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

Segundo Marinho, o governo é favorável à redução da jornada e reconhece o “clamor” de trabalhadores por mudanças no modelo atual. Ele destacou que a proposta de diminuir a carga horária não é nova e que historicamente avanços trabalhistas enfrentaram resistências semelhantes às atuais.

— Esse é o debate que está acontecendo no Brasil, é um debate qualificado, da necessidade de mexer na escala de jornada. Quando reduzimos a jornada de 48h para 44h semanais, muitos dos argumentos que estamos ouvindo agora de que isso vai gerar informalidade, que pode gerar desemprego, problema na economia, tudo isso nós ouvimos. O que melhorou foi a condição de trabalho, ambiente de trabalho, produtividade — afirmou.

Apesar do apoio, o ministro fez uma ponderação sobre propostas mais amplas, como a redução imediata para 36 horas semanais. Segundo ele, a posição do governo é priorizar um modelo de 40 horas, com dois dias de descanso, permitindo ajustes por negociação coletiva de acordo com as especificidades de cada setor.

— A depender do que se escreve, nós podemos comprometer a atividade econômica. Não podemos engessar as atividades econômicas. Precisamos garantir que a economia continue funcionando bem — disse.

Marinho ressaltou que há setores que operam sete dias por semana e que, por isso, a legislação precisa prever flexibilidade. Para ele, o caminho é avançar na redução da jornada de forma gradual e com diálogo entre trabalhadores e empregadores.

Além da jornada, Marinho pediu prioridade para a regulamentação do trabalho por aplicativos, outro tema considerado central pelo governo. Ele defendeu a aprovação de projetos sobre o assunto e criticou o modelo atual.

Durante a audiência, o ministro também comentou a estratégia do governo para a tramitação das propostas no Congresso e sinalizou preferência por aproveitar iniciativas já em análise na Câmara.

— O presidente Hugo Motta pondera para que a gente não encaminhe o PL com urgência na medida em que tem PL tramitando na casa de iniciativa do parlamento, nós queremos prestigiar o parlamento, não parte de um desejo natural do governo de encaminhar um PL com urgência, fará se necessário for — disse. — Mas gostaríamos de não fazê-lo. Acho que essa é uma ponderação, mas depende de vocês conversarem com o presidente Hugo Motta e ver aqui o ritual do PL porque é muito mais simplificado— completou.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/03/2026

GOVERNO TENTA GARANTIR FRETE MÍNIMO PARA AMENIZAR IMPACTO DA ALTA DO DIESEL PARA CAMINHONEIROS

Ministério dos Transportes e ANTT vão anunciar novas medidas para forçar o cumprimento da tabela. Proposta prevê responsabilizar controladores de empresas envolvidas em irregularidades.

Por Bruna Lessa — Brasília



O ministro Renan Filho, do Transportes, diz que sistema atual tem 'baixa efetividade' e promete novas regras — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

O governo federal vai anunciar um conjunto de medidas para reforçar o cumprimento da tabela de preços mínimos do frete rodoviário, em vigor desde 2018. Em publicação nas redes sociais, o ministro dos Transportes, Renan Filho, afirmou que empresas que desrespeitarem os valores passarão a ser “efetivamente responsabilizadas”.

Nesta quarta: Fazenda chama estados para discutir redução temporária do ICMS sobre o diesel
O anúncio acontece no momento em que o Executivo tenta conter a subida de preço dos combustíveis em função da Guerra do Irã e em meio a rumores de que os caminhoneiros, insatisfeitos com o aumento do preço do diesel, poderiam estar se mobilizando para paralisações.

Segundo o ministro, a fiscalização foi intensificada nos últimos meses, tanto por meio eletrônico quanto em operações de campo conduzidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Ainda assim, o governo reconhece que as ações não foram suficientes para assegurar o cumprimento integral da política.

Criada pela Lei 13.703/2018 após a greve dos caminhoneiros, a tabela estabelece um valor mínimo a ser pago pelo transporte de cargas no país, com o objetivo de garantir remuneração básica aos motoristas e reduzir a concorrência considerada predatória no setor.

De acordo com Renan Filho, o governo pretende mudar o modelo atual, classificado como de “baixa efetividade”, para um sistema com maior capacidade de fiscalização e punição. A proposta inclui responsabilizar não apenas transportadores, mas também contratantes e até controladores das empresas envolvidas em irregularidades.

A ideia, segundo o ministro, é adotar medidas que interrompam práticas ilegais, desestimulem a reincidência e corrijam distorções no mercado de transporte de cargas. O objetivo declarado é assegurar “remuneração justa” aos caminhoneiros e melhorar a eficiência logística.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/03/2026

PRIMEIRA-MINISTRA JAPONESA DISCUTIRÁ EXPLORAÇÃO DE TERRAS RARAS COM TRUMP



Elementos de terras raras são 17 metais utilizados em ampla gama de tecnologias, desde veículos elétricos a discos rígidos e mísseis; países buscam reduzir dependência da China

Por AFP — Tóquio

Sanae Takaichi, primeira-ministra do Japão — Foto: Pool/Kim Kyung-Hoon

A primeira-ministra japonesa, Sanae Takaichi, afirmou nesta quarta-feira que discutirá a exploração conjunta de elementos de terras raras em águas profundas com os Estados Unidos durante seu encontro com o presidente

Donald Trump nesta semana. Em fevereiro, Tóquio realizou uma missão de teste em busca de

sedimentos contendo terras raras a 6.000 metros abaixo do leito marinho, perto da ilha de Minamitorishima.

Os elementos de terras raras são 17 metais utilizados em uma ampla gama de tecnologias, desde veículos elétricos a discos rígidos e mísseis. O Japão, os Estados Unidos e outros países buscam reduzir sua dependência da China para esses minerais.

— Discutimos o desenvolvimento de recursos quando o presidente Trump visitou o Japão em outubro do ano passado, e, desde fevereiro, o Japão e os Estados Unidos iniciaram discussões concretas sobre o desenvolvimento de recursos minerais marinhos — disse Takaichi ao Parlamento. — Os elementos de terras raras nas águas ao redor de Minamitorishima são um dos alvos desse esforço. [...] Espero que o assunto seja abordado na próxima cúpula Japão-Estados Unidos — agendada para quinta-feira, acrescentou.

Os sedimentos contendo elementos de terras raras foram coletados por um navio científico equipado com uma plataforma de perfuração. A descoberta foi uma boa notícia para o Japão, que importa 90% desses metais da China.

Enquanto isso, em fevereiro, os Estados Unidos apresentaram uma aliança com a União Europeia e o Japão sobre minerais críticos, com a intenção de buscar alternativas à hegemonia chinesa no setor.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/03/2026

INCÊNDIO FORÇA RETIRADA DE PRINCIPAL PORTA-AVIÕES DOS EUA ENVOLVIDO EM COMBATE COM O IRÃ

USS Gerald R. Ford segue para Creta após fogo a bordo; recuo reduz presença americana na região, com apenas um navio americano mantido na campanha

Por O Globo e agências internacionais — Washington



USS Gerald R. Ford é o porta-aviões mais letal dos EUA e foi enviado à América do Sul — Foto: Divulgação

O porta-aviões mais avançado da Marinha dos Estados Unidos está se retirando do Mar Vermelho após um incêndio ter começado em sua lavanderia, frustrando os planos de usar a embarcação nuclear de 100 mil toneladas para projetar poder na guerra contra o Irã. Após o incidente, que deixou ao menos dois dos 4 mil tripulantes com ferimentos sem risco de vida, o USS Gerald R. Ford seguirá para a ilha

grega de Creta, segundo uma autoridade americana familiarizada com o assunto ouvida pela Bloomberg. Os militares dos EUA se recusaram a comentar os detalhes do incêndio, mas o jornal New York Times informou que os marinheiros levaram mais de 30 horas para controlá-lo na semana passada. Mais de 600 tripulantes perderam seus alojamentos.

O episódio mostra como até mesmo os ativos mais avançados da Marinha estão sob pressão à medida que os EUA ampliam seus esforços militares. O Ford, navio de guerra mais caro já construído, passou meses além do período padrão de mobilização no mar. Sua saída da região deixa apenas um porta-aviões americano, o USS Abraham Lincoln, para apoiar a campanha contra o Irã.

Procurada para comentar, a Marinha não respondeu sobre as condições do porta-aviões nem se seus navios de escolta permanecerão no Mar Vermelho. Um funcionário da Defesa, que pediu anonimato, afirmou que o grupo de ataque do Ford continuará operando na região.

Porta-aviões estão entre os ativos mais requisitados das Forças Armadas dos EUA. Eles funcionam como bases aéreas móveis, permitindo lançar ataques e projetar poder aéreo longe do território americano, mas apenas um número limitado está disponível a qualquer momento devido a compromissos globais e ciclos de manutenção.

Eles também contam com apoio militar significativo: o Ford é acompanhado por destróieres com mísseis guiados, e sua ala aérea inclui caças F/A-18E e F/A-18F Super Hornet, aeronaves de alerta antecipado E-2D, além de helicópteros MH-60S e MH-60R Seahawk e aviões C-2A Greyhound.

O navio de guerra participava de operações dos EUA contra a Venezuela quando o presidente americano, Donald Trump, ordenou seu deslocamento para o Oriente Médio antes da campanha contra o Irã. Enquanto uma missão normal dura apenas seis meses, o Ford está no mar desde junho do ano passado.

Missões prolongadas podem desgastar os marinheiros e pressionar suas famílias — algo reconhecido pela Marinha em um comunicado no mês passado que exaltava a resiliência e a prontidão da tripulação do Ford durante sua “implantação estendida”: “Líderes da Marinha reconhecem que longos períodos longe das famílias trazem sacrifícios reais e mensuráveis”, dizia o texto.

Conversar com marinheiros a bordo de porta-aviões é difícil mesmo nas melhores circunstâncias. Durante uma guerra, os navios e as bases militares envolvidas nas operações ficam “às escuras”, limitando a capacidade dos militares de se comunicar com o mundo exterior. Os oficiais e marinheiros entrevistados para a reportagem falaram sob condição de anonimato, pois não estavam autorizados a falar publicamente.

Durante as guerras no Iraque e no Afeganistão, a Marinha manteve porta-aviões em missão por nove meses consecutivos, às vezes um pouco mais. Mas, normalmente, as missões não se estendem por mais de seis meses. Segundo especialistas, períodos mais longos são muito prejudiciais tanto para o navio quanto para a tripulação.

— Os navios também se cansam e sofrem danos por longos períodos de serviço — disse o contra-almirante John F. Kirby, oficial naval aposentado que foi secretário de imprensa do Pentágono e porta-voz de segurança nacional no governo de Joe Biden. — Não se pode operar um navio por tanto tempo e com tanta intensidade e esperar que ele e sua tripulação tenham o melhor desempenho possível.

Segundo dois oficiais, o incêndio da semana passada começou na saída de ar de uma secadora nas instalações de lavanderia do navio e se alastrou rapidamente. O Comando Central dos EUA (Centcom) afirmou, em comunicado, que o incêndio “não causou danos ao sistema de propulsão do navio, e o porta-aviões permanece totalmente operacional”. No entanto, o incidente foi apenas o mais recente de uma série de problemas de manutenção no Ford, que também é o porta-aviões mais novo da Marinha.

Em janeiro, a rádio pública NPR informou que o Ford lidava com um sistema de encanamento defeituoso, que falhou repetidamente enquanto estava no mar. A Marinha reconheceu o problema, mas afirmou que a embarcação já havia registrado “mais de 6 milhões de descargas de vasos sanitários”, acrescentando que, em geral, a culpa era dos próprios marinheiros.

“Na maioria dos casos, os entupimentos são resultado de itens descartados que não deveriam ser introduzidos no sistema”, disse a Marinha em comunicado, citando o comandante do Ford. “Quando os marinheiros seguem os procedimentos adequados, o sistema funciona de forma confiável”.

Um importante período de manutenção e reequipamento que o porta-aviões Ford deveria passar no início deste ano no estaleiro naval de Newport News, na Virgínia, foi adiado, disseram autoridades militares. Um oficial militar afirmou que o Pentágono estava ciente de que o porta-aviões estava atingindo o limite de sua capacidade operacional. Segundo ele, o USS George H.W. Bush está se preparando para ser enviado ao Oriente Médio e provavelmente substituirá o Ford.



(Com Bloomberg e New York Times)

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/03/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

CONFLITO NO ORIENTE MÉDIO AMEAÇA CUSTO DE PRODUÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Aumento nos preços de petróleo e gás natural afeta diesel e fertilizantes, pressionando a produção agrícola

Por Isadora Duarte (Broadcast), Gabriel Azevedo (Broadcast), Leandro Silveira (Broadcast) e Julia Maciel

BRASÍLIA e SÃO PAULO - O agronegócio brasileiro será um dos setores mais expostos ao choque de custos decorrentes do conflito no Oriente Médio. A continuidade do conflito e o potencial de expansão regional impõe a elevação dos custos de produção para a próxima safra e, em última instância, põe em xeque a expansão na área plantada e os investimentos em tecnologia na safra 2026/27.

Analistas de mercado, especialistas em comércio internacional, entidades do setor e integrantes do governo ouvidos pelo Estadão/Broadcast Agro apontam a energia como principal canal de impactos ao agronegócio nacional. Isso porque os conflitos geram prêmio de risco ao petróleo com aumento dos preços do óleo bruto, o que desencadeia a alta dos preços do diesel, dos fertilizantes e do frete.

Fontes do setor convergem na avaliação de que a escalada do conflito envolvendo o Irã contamina rapidamente preços e logística globais, sobretudo via aumento do preço do petróleo e do gás natural e de rotas marítimas. Isso se traduz em aumento de custos de produção no agronegócio brasileiro e reacende a inflação do lado do fornecimento de insumos ao setor, em cenário de preços baixos de commodities e margens de rentabilidade apertadas.

Para o Ministério da Agricultura, o momento exige cautela para evitar reações exageradas do mercado. O ministro Carlos Fávaro reconhece a correlação via custos, já que o Brasil é dependente de fertilizantes nitrogenados importados, mas diz que, por ora, é “momento de acompanhar”, dado o timing de compra de insumos. “Não precisamos criar pavor”, afirmou em entrevista recente.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) concorda com o choque em custos de energia e logística, destacando que “a região do Oriente Médio é estratégica para energia, gás e ureia, e qualquer interrupção no Estreito de Ormuz pressiona rapidamente os custos globais e o mercado brasileiro”.

A entidade lista canais de transmissão que encarecem o custo no Brasil: alta da ureia pressionada pelo incremento do gás natural; encarecimento de frete, seguro e operação marítima, além da volatilidade do câmbio. No curto prazo, o peso maior é o combustível, diz a CNA. Ela alerta para a baixa disponibilidade de diesel no campo em momento de colheita, no qual há grande utilização do combustível para as máquinas agrícolas.

“A preocupação número um é com o diesel, com preços e normalidade de abastecimento”, disse o diretor técnico da CNA, Bruno Lucchi. Nesta semana, produtores do Rio Grande do Sul paralisaram a colheita de soja e arroz em virtude da falta do diesel nas propriedades rurais. Lucchi também destaca o diagnóstico conjuntural do setor, com juros elevados, endividamento e margens achatadas. “O conflito é um fator que vai onerar ainda mais o produtor”, afirmou.



Embora o preço do milho na B3 tenha subido, o valor não é suficiente para cobrir a alta dos fertilizantes, diz associação Foto: Tiago Queiroz/Estadão

A Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho) alerta para a pressão inflacionária nos itens mais “inelásticos” da operação, em insumos e logística. “O clima de ‘salve-se quem puder’ está se instalando”, afirmou o presidente da Abramilho, Paulo Bertolini. A associação chama a atenção para a dependência de insumos em trânsito pela zona de conflito: componentes

de nitrogenados no Estreito de Ormuz “representam entre 30% e 35% do suprimento”, além de riscos para ácido sulfúrico (base dos fosfatados).

“Embora o preço do milho na B3 tenha subido, o valor não é suficiente para cobrir a alta dos fertilizantes. Do lado logístico, nem na pandemia vimos um reflexo tão drástico com aumentos de preços e falta de diesel”, acrescentou Bertolini.

O Insper Agro Global reforça, em relatório, que grande parcela do comércio global de ureia e amônia advém dos países do Golfo. “Há risco de efeito sobre a competitividade, em um contexto de margens mais estreitas, custos e juros elevados e restrições de financiamento”, observam os especialistas do Insper.

Uma normalização rápida do conflito limita a volatilidade, diz ele, enquanto o prolongamento intensifica pressões sobre fertilizantes, logística e custos operacionais.

Para o Rabobank, a inflação de custos tende a ser estrutural nos fertilizantes, enquanto grãos podem não reagir na mesma proporção - uma combinação típica de compressão de margens. O banco alerta para o descolamento, dado que o Oriente Médio é o centro de produção de nitrogênio e amônia do mundo, e os custos estão diretamente atrelados ao preço do gás natural. “A acessibilidade dos fertilizantes deve se deteriorar ainda mais, aumentando o risco de redução nas taxas de aplicação”, disse o banco holandês em relatório.

A consultoria StoneX já vê a pressão de alta aos fertilizantes se consolidando na formação de custos futuros, porque o aumento chega antes do pico sazonal de compras da próxima safra. “O impacto se dará com muito maior intensidade na formação de custos da próxima safra e o cenário não é animador para os compradores brasileiros com as relações de troca entre milho e ureia nos piores patamares dos últimos anos”, afirmou o analista Tomás Pernías. A consultoria destaca saltos já observados nos preços: nos portos brasileiros, a ureia subiu mais de 15%, e o nitrato de amônio, cerca de 28%.

Na análise do BTG Pactual, o Brasil pode não sofrer falta imediata, mas sofrerá aumento do preço dos insumos. “O problema não é acesso, mas preço”, observou o banco, mencionando que os fertilizantes já vinham inflacionados e que o choque pode elevar custos no ciclo 2026/27.

A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) afirma que o repasse dos preços dos fertilizantes já começou em bases regionais, mas tende a aparecer com mais força na próxima safra, em virtude do período de contratação dos insumos. “Os preços dos nitrogenados importados já subiram cerca de 20%. O risco está no ciclo 2026/27. Se os preços continuarem em alta, haverá elevação do custo de produção e um problema muito grande ao agricultor que pode repensar intenção de aumento de área”, afirmou o presidente da Famato, Vilmondes Tomain.

Com o conflito atuando como um choque externo de inflação de custos no agronegócio, transmitido principalmente por energia, fertilizantes nitrogenados e logística, há potencial de impacto nos preços finais repassados ao consumidor e consequentemente na inflação de alimentos.

Há convergência entre os especialistas ouvidos de que o impacto tende a ser mais relevante na formação de custos da safra 2026/27, bem como efeitos já vistos nos custos da safrinha de milho e na temporada de trigo, em um ambiente de margens pressionadas por preços de commodities, crédito mais caro e maior aversão a risco. Essa combinação amplia o risco de compressão de rentabilidade e menor investimento dos produtores no próximo ciclo, a depender do prolongamento do conflito.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/03/2026

PARA LIBERAR US\$ 1,5 BI À CSN, BANCOS COBRAM VENDA DE DIVISÃO DE CIMENTOS

Empresa negocia empréstimo com grupo de instituições para garantir um fôlego financeiro

Por Cynthia Decloedt (Broadcast) e Talita Nascimento (Broadcast)



A CSN tem R\$ 6,6 bilhões em dívidas bancárias com vencimentos este ano Foto: Marcos Arcoverde/Estadão - 21/07/2016

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e um grupo de bancos ainda não chegaram aos termos finais de um empréstimo que está sendo trabalhado de até US\$ 1,5 bilhão, com garantia das ações da CSN Cimentos. No próximo dia 17 de abril vencem cerca de US\$ 180 milhões em títulos de dívida emitidos no exterior (bonds), o equivalente a pouco mais de R\$ 900 milhões. A CSN tem ainda R\$ 6,6 bilhões em dívidas bancárias com

vencimento este ano. A Coluna apurou que as discussões estão centradas nas condições contratuais sobre a garantia.

Os bancos desejam amarrar um acordo no qual haja compromisso do empresário Benjamin Steinbruch de venda futura da CSN Cimentos e, sobretudo, de que criará as condições necessárias para isso. No limite, o empréstimo servirá como uma garantia da venda do ativo.

Negociado a juros altos, de cerca de 15%, o conceito é o de que, caso Steinbruch não concretize a venda prometida, os próprios bancos tomariam o ativo e concluiriam a venda para reaver o dinheiro. Há quem veja operação quase como uma espécie de armadilha, mas outras fontes do mercado entendem que esse será apenas um fôlego financeiro para que a empresa tenha tempo de concluir seu plano de venda de ativos.

Processo deve atrair mais de 10 interessados

Como mostrou a Coluna, o processo de venda da CSN começou a caminhar. Segundo fontes, ao menos 10 empresas devem assinar os contratos para avaliar os dados da empresa, o primeiro passo antes de se fazer uma oferta não vinculante, que é a próxima etapa. O negócio é estimado em US\$ 2,5 bilhões.

A CSN Cimentos faz parte do conglomerado e depende operacionalmente da CSN. Nesse contexto, mais de uma fonte afirmou à Coluna que a escória, um subproduto da produção de ferro gusa, utilizado na fabricação de cimento, é um ponto crítico na negociação de venda. Segundo a visão desses interlocutores, há o risco de que a CSN possa dificultar esse fornecimento em algum momento e, portanto, o contrato deve ser bem claro nessas linhas e, ainda assim, esse seria um fator de risco.

Em outra ponta, o pedido de recuperação extrajudicial da Raízen materializou preocupações com a situação das companhias brasileiras. Algumas delas tiveram uma deterioração importante de sua saúde financeira e reversão de planos em período curto de tempo. Vale lembrar que a maior parte dos bancos que compõem o sindicato que irá financiar a CSN para atravessar vencimentos importantes

este ano é estrangeira, ou seja, têm de aprovar o empréstimo junto às suas matrizes no exterior, onde o entendimento do atual contexto no Brasil pode ficar mais complicado.

Morgan Stanley e Santander, que receberam mandato para a venda da CSN Cimentos, estão entre as instituições que compõem o sindicato. O grupo de bancos é formado ainda por Citi, Deutsche Bank, Banco do Brasil, BNP Paribas e HSBC.

Procurada, a CSN não comentou. Os bancos também não se pronunciaram.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/03/2026

DIESEL TEVE ALTA DE QUASE 20% NO BRASIL DESDE O INÍCIO DA GUERRA NO ORIENTE MÉDIO, DIZ LEVANTAMENTO

Preço médio passou de R\$ 5,43 em 1º de março para R\$ 6,50 na última segunda, 16, segundo dados do IBPT

Por Geovanna Hora

O preço médio do diesel-S10 comum subiu 19,71% no Brasil desde 1º de março, um dia após o início do conflito no Oriente Médio, de acordo com um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), ao qual o Estadão teve acesso nesta quarta-feira, 18.

O estudo mostrou que o preço médio do diesel-S10 comum no País saiu de R\$ 5,43 em 1º de março para R\$ 6,50 na última segunda-feira, 16, com variação de R\$ 1,07.

A região que registrou o maior aumento foi a Centro-Oeste, com alta de 26,4% - ou R\$ 1,39 -, seguida pelo Nordeste, com crescimento de 21,44% - ou R\$ 1,15.

Nesta quarta, por conta da alta e ameaça de greve dos caminhoneiros, o governo anunciou um novo pacote de medidas. Também pediu aos Estados que zerem o ICMS do diesel importado e propôs arcar com 50% das perdas.



O preço médio do diesel-S10 comum subiu 19,71% no Brasil desde 1º de março, de acordo com um levantamento realizado pelo IBPT. Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

O estudo foi produzido pelo IBPT com base na análise de 192 mil notas fiscais eletrônicas, emitidas entre 1º e 16 de março, em operações com combustíveis em todos os Estados do País, por meio do sistema FuelPrice, da spin-off Empresômetro Inteligência de Mercado.

O levantamento mostrou que, no geral, o preço médio dos combustíveis subiu 9,81% no País nos 16 dias avaliados, com variação de R\$ 0,50. No caso do diesel-S10 aditivado, a alta foi de 17,61% - ou R\$ 0,98 - no período, enquanto a gasolina comum registrou crescimento de 5,24% - ou R\$ 0,28.

O etanol hidratado comum foi o único a registrar queda, com redução de 0,67% - ou R\$ 0,03. Já o etanol aditivado teve aumento de 2,96% - ou R\$ 0,12.

No último sábado, 14, a Petrobras promoveu um reajuste de 11,6% no preço do diesel, que passou a custar R\$ 3,65 por litro nas refinarias da estatal, aumento de R\$ 0,38 por litro.

O aumento, após 312 dias de preço congelado, foi uma resposta à alta do petróleo e de seus derivados no mercado internacional. Apesar de uma queda registrada nesta quarta-feira, o valor do barril permanece próximo de US\$ 100, pressionado pelo impacto da guerra no Oriente Médio.

Para tentar conter o preço do diesel no País, o governo federal anunciou, na última semana, um pacote de medidas que inclui a isenção do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A medida passou a valer na última segunda-feira, mas não provocou redução nos preços em seu primeiro dia útil. O levantamento do IBPT mostrou que, no caso do diesel-S10 comum, o valor saiu de R\$ 6,16 na sexta-feira, 13, antes do reajuste promovido pela Petrobras, para R\$ 6,42 no primeiro dia com os novos preços e R\$ 6,50 no primeiro dia de isenções dos impostos federais.

“O aumento persistente dos combustíveis em março, apesar da isenção de PIS e Cofins sobre o diesel, já ocasiona transtornos tanto para o consumidor pessoa física quanto para empresas, principalmente transportadoras, agronegócio e indústrias”, afirma o presidente do IBPT, Gilberto Luiz do Amaral.

Para Amaral, o receio das distribuidoras e dos postos revendedores de que a guerra dure mais do que o inicialmente previsto pode levar a medidas de precaução na reposição dos estoques.

“Por enquanto, as medidas governamentais de redução tributária, aumento da fiscalização e reuniões com o segmento não têm surtido efeito, e o resultado certamente estará refletido na inflação deste mês”, avalia.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/03/2026

ALTA NO PREÇO DO PETRÓLEO COM A GUERRA AMEAÇA EXPANSÃO DA AVIAÇÃO REGIONAL, DIZ PRESIDENTE DA ABEAR

O risco de revés vem em momento em que o governo tenta ampliar a malha regional, após décadas de encolhimento; combustível responde por cerca de um terço dos custos das aéreas

Por Elisa Calmon (Broadcast)

A disparada no preço do petróleo acende um sinal de alerta para o setor aéreo brasileiro. O movimento, diz o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abea), Juliano Noman, pode afetar a expansão da aviação regional, com impacto na abertura de rotas e na conectividade do País. O possível revés ocorre em meio à agenda do governo de ampliar a malha regional, após décadas de encolhimento.

Nos últimos meses, o setor aéreo brasileiro vinha em trajetória positiva, com demanda aquecida e melhora na situação financeira das companhias, após processos de reestruturação via recuperação judicial nos Estados Unidos (Chapter 11), sendo a Azul o caso mais recente. Para Noman, esse ambiente favorecia a expansão da malha e o aumento de frequências.



O cenário passou a incorporar novos riscos com a alta do petróleo e maior volatilidade no mercado internacional diante da guerra no Oriente Médio. O combustível responde por cerca de um terço dos custos das aéreas. A pressão cambial é também um ponto de atenção, já que a maior parte das despesas é dolarizada, enquanto a receita é em real.

Em meio à ofensiva do Irã para interromper o tráfego aéreo e marítimo e o mercado de petróleo, o aeroporto de Dubai foi paralisado em 11 de março,



após drones nas imediações terem ferido quatro pessoas Foto: AFP

A pressão de custos tende a atingir com mais força mercados menores, onde a demanda é mais limitada. “Esses mercados já têm demanda menor e são mais sensíveis. Uma pressão dessas pode inviabilizar destinos”, afirmou Noman em entrevista ao Estadão/Broadcast.

O impacto vai além do preço das passagens, que também tende a ser pressionado pelo aumento de custos, ainda de acordo com o presidente da Abear. “Não é só inflação. É crescimento, é conexão, é integração”, acrescentou.

Os desafios financeiros e operacionais atingem a aviação brasileira como um todo. No entanto, há especificidades que tornam o cenário ainda mais desafiador para a aviação regional.

A aviação regional utiliza aeronaves menores, o que reduz a capacidade de diluir os custos fixos entre os passageiros. Além disso, opera, em geral, rotas de menor densidade. Diante desse cenário, cerca de 30 empresas aéreas regionais deixaram de operar desde os anos 2000, segundo levantamento do Estadão/Broadcast. A mais recente foi a Voepass, que encerrou as operações no ano passado.

A agenda de expansão da aviação regional ganhou força recentemente, com iniciativas do governo voltadas ao aumento da conectividade aérea no País. Entre elas está o programa AmpliAR, que busca ampliar a oferta de voos, especialmente em cidades de menor porte.

Segundo Noman, no entanto, o cenário de custos mais pressionados pode limitar esse avanço. “A gente pode acabar deixando de abrir destinos ou aumentar frequência, principalmente na aviação regional.”

Apesar dos desafios, o executivo avalia que a visão para o setor aéreo brasileiro segue positiva, ainda que com “sinal amarelo”, em meio ao avanço dos custos e incertezas no mercado internacional.

Diálogo com o governo

A Abear defende a adoção de iniciativas para mitigar os impactos da alta do combustível. O querosene de aviação (QAV) ficou de fora da medida anunciada pelo governo para subsidiar o diesel e amortecer os efeitos da alta do petróleo.

Para o presidente da associação, incluir o combustível do setor na iniciativa ajudaria a reduzir a volatilidade de custos e preservar a expansão da malha aérea. “O governo tem a oportunidade de amortecer esse efeito montanha-russa”, reforçou.

Noman relatou que a entidade já tem mantido diálogo com integrantes do governo para discutir alternativas para mitigar esses efeitos. O executivo afirmou ainda que o momento exige coordenação, já que o choque de custos afeta diferentes segmentos da economia.

O executivo destacou também o papel da Petrobras na formação de preços. No fim de fevereiro, antes do início da crise no Oriente Médio, a estatal reajustou em 9,4% o preço do combustível para a aviação a partir de março.

“A Petrobras tem a faca e o queijo na mão para mostrar como é importante ser um grande produtor de petróleo”, disse, ressaltando que mais de 80% do QAV consumido no Brasil é produzido no País, o que permitiria reduzir o repasse integral das oscilações do mercado internacional.

No governo, o tema também está em discussão. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que, em conjunto com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), tem dialogado com as companhias aéreas para buscar alternativas aos reflexos da alta do querosene de aviação, em meio ao esforço para evitar impactos sobre o preço das passagens.

O CHOQUE DO PETRÓLEO: BRASIL PODE VIRAR PEÇA-CHAVE NA CRISE PROVOCADA PELA GUERRA NO ORIENTE MÉDIO

País é um dos poucos produtores capazes de aumentar a oferta da matéria-prima fora da zona de conflito

Por Fabio Gallo

O Estreito de Ormuz é hoje o ponto de estrangulamento energético mais importante do planeta. Sua relevância resulta de uma combinação rara de geografia, concentração de petróleo e ausência de rotas alternativas eficientes. Uma região estratégica como rota comercial há milênios.

Segundo dados da International Energy Agency (IEA), cerca de 20 milhões de barris de petróleo passam pelo estreito por dia — 20% do comércio global. Também é crítico para 20% do comércio mundial de gás.

Como nós já sentimos no bolso, o conflito no Oriente Médio traz impactos globais com o aumento do preço do petróleo. O que estamos nos dando conta é que, mesmo que o tráfego naval seja normalizado, os mercados de energia já adotam nova posição com preços mais altos, contando com volatilidade estrutural e a consideração de risco político mais elevado.

armazenamento de petróleo em Karachi, no Paquistão, na quinta-feira, 12)



A guerra no Oriente Médio demonstra que o mundo precisa de uma estratégia em camadas que considere o desvio logístico (na foto, caminhões-tanque nas imediações e um terminal de armazenamento de petróleo em Karachi, no Paquistão, na quinta-feira, 12) Foto: Rizwan Tabassum/AFP

A crise expôs a fragilidade da logística energética global. As alternativas, como oleodutos pelo Oriente Médio ou outras rotas na região, são insuficientes para substituir o canal. Isso mostra que a estrutura global de oferta é mais

vulnerável do que se pensava antes da crise.

A dolorosa lição de Ormuz é a constatação de que o mundo precisa de uma estratégia em camadas que considere o desvio logístico, gerando maior colchão de segurança e reduzindo a dependência. Não podemos achar que é possível “resolver” a situação de uma só vez, mas devemos reduzir a vulnerabilidade.

No entanto, com a continuidade da crise, o Brasil surge frequentemente nas análises internacionais como um dos países com maior capacidade marginal de ajudar a compensar a oferta global de petróleo — ao lado de EUA, Canadá, Guiana e alguns produtores africanos. Temos uma produção total de petróleo de aproximadamente 3,8 milhões de barris/dia e exportamos cerca de 2 milhões de barris/dia, o que nos coloca entre os 10 maiores produtores de petróleo do mundo.

Especialistas indicam que nosso país pode acrescentar de 1,5 a 2 milhões de barris/dia até o final da década. O Brasil não vai resolver o problema, mas é um dos poucos produtores capazes de aumentar a oferta fora da zona de conflito.

A nova geopolítica da energia está sendo redesenhada por crises, conflitos e gargalos logísticos. Nesse mapa, o Brasil aparece em posição singular: grande produtor, fora das zonas de tensão e com acesso direto aos principais mercados consumidores.

O País talvez nunca seja um “swing supplier” clássico como a Arábia Saudita, mas pode se tornar um fornecedor cada vez mais relevante em momentos de turbulência. A oportunidade está posta. O risco,

como tantas vezes em nossa história econômica, é menos geológico do que político: transformar uma vantagem estrutural em mais um caso de potencial desperdiçado.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/03/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

TCU PROÍBE APORTE DE R\$ 2,6 BI NO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Havia uma expectativa de que esse aporte da Autoridade Portuária de Santos (APS) fosse feito em março para dar andamento ao projeto

Por Guilherme Pimenta, Valor — Brasília



Canal de navegação entre Santos e Guarujá, no litoral paulista, onde será construído um túnel com recursos do governo estadual e da União — Foto: Divulgação/Autoridade Portuária Porto de Santos

O Tribunal de Contas da União (TCU) proibiu, por unanimidade, a Autoridade Portuária de Santos (APS) de fazer um aporte de R\$ 2,6 bilhões para a construção do túnel Santos-Guarujá antes de uma análise prévia da Corte de Contas.

De acordo com a decisão do TCU, a APS terá de apresentar, em 30 dias, um instrumento formal que regule a governança do aporte federal ao projeto de parceria público-privada do túnel Santos-Guarujá. Havia uma expectativa de que o aporte fosse feito já este mês para dar andamento ao projeto.

Em seu voto, o ministro-relator, Bruno Dantas, afirmou que o centro da controvérsia está no fato de haver uma "aparente resistência institucional" do Estado de São Paulo e da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) em conferir à APS "uma posição jurídica adequada, no entender da autoridade portuária, no que se refere ao projeto de concessão".

O túnel Santos-Guarujá será uma das maiores obras de infraestrutura do país, que visa ligar as duas cidades do litoral de São Paulo. Trata-se de um projeto que contará com recursos tanto do governo estadual quanto da União. Essas divergências, segundo o ministro, têm impedido a formalização da governança do projeto.

"O estabelecimento de algum instrumento jurídico hábil entre o Estado de São Paulo e a APS para regular a participação financeira federal serviria justamente para conferir transparência, segurança jurídica e prerrogativas mínimas ao ente que aporta 50% da contrapartida pública", assinalou em seu voto.

"O contexto de iminência do desembolso sem o estabelecimento prévio de instrumentos de governança demanda a adoção de medidas acautelatórias por esta Corte", votou o ministro. "Em que pese a peculiar estrutura interfederativa fixada para este projeto, proteger o patrimônio da União e garantir a transparência na aplicação de vultosos recursos federais não é apenas uma faculdade deste Tribunal, mas um dever inafastável, especialmente em arranjos complexos e relativamente inéditos, em que a segregação de funções e a governança pública devem ser preservadas", complementou em seu voto.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/03/2026

DOIS NAVIOS DE PETRÓLEO DA RÚSSIA ESTÃO SEGUINDO PARA A CUBA

O petróleo russo seria um teste ao embargo dos EUA à ilha e não está claro se algum dos navios conseguirá entregar o petróleo

Por Valor, Valor — São Paulo



A balconista de padaria se prepara para sair para o trabalho em Havana, enquanto cubanos de todas as classes sociais estavam enfrentando apagões — Foto: REUTERS/Norlys Perez

Dois navios carregados com petróleo bruto russo parecem estar a caminho de Cuba, enquanto a ilha do Caribe é assolada pela escassez de combustível há três meses, desde que o governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, interferiu no fluxo de petróleo para o país.

O petróleo russo seria um teste ao embargo dos EUA à ilha e não está claro se algum dos navios conseguirá entregar o petróleo. Desde dezembro de 2025, um bloqueio naval dos EUA no Caribe impediu que os navios se aproximassem de Cuba, enquanto a ameaça de tarifas sobre os países fornecedores de petróleo ao país levou o México a interromper os embarques no início de fevereiro deste ano.

O México emergiu como principal fornecedor de petróleo de Havana depois que as forças americanas capturaram o então líder da Venezuela, Nicolás Maduro, no início deste ano e interromperam o fluxo de combustível do país que era o aliado mais fiel da ilha governada pelos comunistas.

Na terça-feira, o navio Anatoly Kolodkin parecia estar a caminho do porto russo de Primorsk para o porto comercial de Matanzas, em Cuba, transportando 730 mil barris de petróleo russo dos Urais, segundo dados da Kpler.

Outro petroleiro que parecia estar transportando petróleo russo para Cuba no mês passado, o Sea Horse, pareceu brevemente voltar a se mover em direção a Cuba depois de ter o curso desviado no mês passado.

A chegada de um deles poderá representar o primeiro grande carregamento de combustível após uma longa paralisação. O presidente cubano, Miguel Díaz-Canel, disse na semana passada que seu país não recebeu um carregamento de combustível há três meses. Esse seria o período mais longo que Cuba ficou sem receber combustível em pelo menos 12 anos, afirmou Matt Smith, analista da Kpler, à Bloomberg.

O envio de petróleo bruto não traria um rompimento imediato para Cuba. Ele precisa ser refinado antes de ser utilizado, um processo que pode levar de 20 a 30 dias, disse Jorge Pinon, pesquisador do Instituto de Energia da Universidade do Texas em Austin à Bloomberg. Pinon, que monitora os carregamentos de combustível para o país, acrescentou que “por isso, nosso argumento é: não invejamos petróleo bruto para Cuba”. “É preciso enviar produto orgânico”.

Ainda assim, 700 mil barris de petróleo bruto russo seriam uma ajuda crucial. Cuba precisa de aproximadamente 100 mil barris de petróleo por dia para funcionar, mas produz apenas dois quintos disso, segundo Piñon. A cada dia sem carregamentos de combustível, o país se aproxima do que Piñon chama de “dados críticos” — o dia em que ganha sem combustível.

Desde que os EUA impuseram o bloqueio naval, Cuba tem funcionado com o petróleo recebido nos meses anteriores e com sua pequena produção interna de petróleo bruto pesado, usada como matéria-prima para geração de energia em casos de emergência.

A ilha tem sido associada a cortes de energia e escassez de combustível devido ao embargo americano. A rede elétrica de Cuba sofreu um colapso total na segunda-feira, deixando os 10 milhões de habitantes da ilha no escuro. A falta de energia para tudo, desde hospitais e caminhões de lixo até geladeiras, desencadeou uma crise humanitária cada vez mais profunda em todo o país.

Enquanto a rede elétrica do país estava fora do ar, Trump fez um novo alerta a Cuba, dizendo aos repórteres na segunda-feira que acredita que em breve terá “a honra de tomar Cuba”, afirmando que poderia “libertá-la, tomá-la — posso fazer o que quiser”. Havana, por sua vez, anunciou que abrirá sua economia para investidores cubanos que estão fora do país.

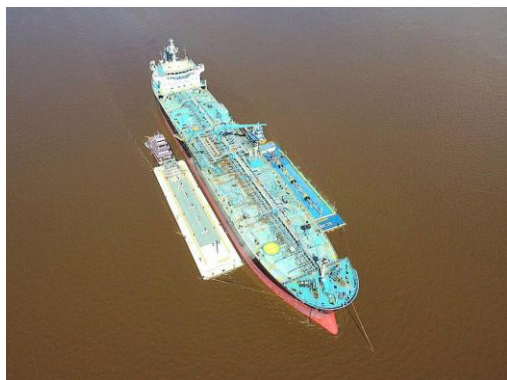
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/03/2026

TRANSPETRO AMPLIA OFERTA DE SERVIÇOS PARA CLIENTES FORA DO SISTEMA PETROBRAS

Movimento é parte da estratégia da Transpetro de ampliar o número de clientes atendidos e diversificar a oferta de serviços logísticos

Por Fábio Couto, Valor — Rio



Barcaças e navio para transporte de combustível — Foto: Divulgação/Transpetro

A Transpetro ampliou a atuação e vai passar a oferecer serviços de transporte marítimo para clientes fora do Sistema Petrobras, como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), informou, nesta quarta-feira (18), o braço de logística da petroleira brasileira. Os primeiros contratos da Transpetro voltados a terceiros foram assinados com a empresa de “trading” de commodities Trafigura e a distribuidora de combustíveis Ipiranga.

A estatal já vinha atendendo a empresas além da Petrobras, controladora da estatal, mas, ao expandir as operações como EBN, passará a oferecer novos serviços, como afretamento de embarcações estrangeiras para atuar na cabotagem (na costa brasileira) e no longo curso (trajetos internacionais).

A frota da Transpetro é composta por 33 embarcações, com capacidade total de 3,17 milhões de toneladas de porte bruto. O movimento é parte da estratégia da Transpetro de ampliar o número de clientes atendidos e diversificar a oferta de serviços logísticos, em um contexto de crescimento de demanda por serviços logísticos integrados e aumento da produção de petróleo.

Dados do Ministério de Portos e Aeroportos apontam movimentação de 203 milhões de toneladas de petróleo e derivados nos portos brasileiros, entre janeiro e novembro de 2025.

Em nota, a Transpetro afirmou que também vai disponibilizar aos clientes um portfólio de serviços que inclui avaliação técnica e operacional para verificação de padrões de segurança e conformidade em navios (vetting); checagem e adequação das embarcações às exigências específicas de cada terminal; suporte regulatório; monitoramento operacional; e emissão de documentos de transporte, entre outros.

“A decisão de ingressar nesse novo segmento leva em conta a expansão do transporte aquaviário no país, além do aumento da procura por afretamento de embarcações estrangeiras, devido à baixa disponibilidade de navios de bandeira brasileira, e ao aumento da produção de petróleo no país”, disse a empresa, em comunicado

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/03/2026

PLANO DE INVESTIMENTOS DA ECORODOVIAS PARA 2026 É DE R\$ 5,4 BILHÕES

Projetos definitivos para a construção da terceira pista da Ecovias dos Imigrantes deverão ser entregues ao governo paulista entre maio e junho, diz o comando

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Divulgação EcoRodovias — Foto: Divulgação EcoRodovias

O plano de investimentos do grupo Ecorodovias para este ano é de R\$ 5,4 bilhões, afirmou Andrea Fernandes, diretora de finanças corporativas da empresa. O montante já inclui obras postergadas de 2025.

“Muitas vezes as chuvas acabam comprometendo o ciclo de investimentos ao longo do ano ou atrasos de licenças ambientais, acontecem alguns desvios de 10% a 15% no orçamento do ano, mas o plano é de R\$ 5,4 bilhões”,

disse.

Projetos da terceira pista da Ecovias dos Imigrantes

Os projetos definitivos para a construção da terceira pista da Ecovias dos Imigrantes deverá ser entregues ao governo paulista entre maio e junho, afirmou Marcello Guidotti, presidente da Ecorodovias.

“É a obrigação atual que temos. Entre maio e junho, está prevista a entrega definitiva”, disse ele, em teleconferência com analistas nesta quarta-feira (18).

Questionado a respeito de outros aditivos em estudo, ele disse que há discussões de menor porte, na casa dos R\$ 100 milhões, também na Ecovias dos Imigrantes e na Ecovias Leste Paulista.

Em relação aos reequilíbrios pelos impactos da pandemia de covid, ele disse que, provavelmente, se dará por meio de tarifa na Ecovias Imigrantes, e que o tema será discutido no reajuste de julho.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/03/2026

TRANSPETRO FECHA ACORDOS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA COM TRAFIGURA E IPIRANGA EM NOVA LINHA DE ATUAÇÃO

Diretor financeiro da companhia afirmou que a decisão não foi tomada por causa do ambiente geopolítico, mas reconheceu que o cenário internacional reforça a atratividade de soluções locais

Por Marta Nogueira, Em Reuters — Rio

A Transpetro, subsidiária da Petrobras, começará a atuar como uma empresa de navegação marítima também para clientes fora do sistema da petroleira estatal e já firmou contratos com Trafigura e Ipiranga, em movimento que amplia seu portfólio e busca novas fontes de receita, disse o diretor financeiro da companhia, Danilo Silva, à Reuters.

Silva afirmou que a decisão não foi tomada por causa do ambiente geopolítico, mas reconheceu que o cenário internacional reforça a atratividade de soluções locais, ao reduzir exposição a rotas mais arriscadas e trazer mais previsibilidade de custos a clientes. A iniciativa está em linha com a estratégia da empresa, sob a gestão atual, de ampliar e diversificar os negócios, com o aumento da lista de seus clientes.

A nova atuação permitirá viabilizar operações para terceiros com afretamento de embarcações estrangeiras tanto na cabotagem, pela costa brasileira, quanto no longo curso, em rotas internacionais.



“É a possibilidade de oferecermos o serviço que a gente oferece para a Petrobras, para as demais empresas”, disse o executivo da maior empresa de logística multimodal de petróleo, derivados e biocombustíveis da América Latina e maior subsidiária da Petrobras, destacando ganhos de sinergias com outros serviços prestados.

Silva disse que a decisão considera o avanço do transporte aquaviário, a maior demanda por afretamento de navios estrangeiros diante da “baixa disponibilidade” de embarcações brasileiras e o aumento da produção nacional de petróleo.

A Transpetro já havia atuado de forma pontual para terceiros em navegação marítima, segundo Silva, como em operações de importação de gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha) e transporte de óleo, sob demanda, mas sem a modelagem que se busca agora. “A ideia (agora) é que faça sempre e que você preencha essa lacuna que tem no mercado, de falta de embarcação brasileira”, afirmou.

O pacote oferecido a clientes poderá incluir “vetting” — avaliação técnica e operacional de segurança — e “fitting”, que adapta embarcações às exigências dos terminais, além de suporte regulatório e monitoramento operacional.

Segundo Silva, a iniciativa permite combinar os novos serviços de transporte marítimo a terceiros com operações que já realiza envolvendo dutos, tancagem, operações de transferência entre navios e outras soluções logísticas já realizadas pela companhia, oferecendo um “portfólio mais completo”, com ganhos de agilidade, eficiência e maior controle das operações ao longo da cadeia logística.

“Para a gente é uma quebra de paradigma... Todo mundo vê a Transpetro, muito como Petrobras. Em dutos e terminais, já fazemos isso, temos mais de 100 clientes..., somos referência. Agora, quando pega o transporte marítimo, é um pouco mais novidade.”

No acordo com a multinacional Trafigura, a empresa já realizou um transporte internacional de derivados a partir de Guamaré (RN), na semana passada. “É um contrato guarda-chuva, a gente fez uma operação, mas a gente deve fazer com certeza mais”, disse Silva, sem dar mais detalhes, por impedimento contratual. A companhia também negocia com a Ipiranga sua primeira operação nessa frente.

“Esse é um projeto que está rodando aqui já faz um tempo, a gente conseguiu colocar agora de pé”, afirmou, explicando que movimentos desse tipo não dependem apenas das condições do momento.

“Você não toma uma decisão dessa baseado no momento atual, mas o momento atual favorece”, disse, acrescentando que uma empresa brasileira pode ajudar a amortecer efeitos externos, como alta de fretes, um dos reflexos da guerra no Irã.

“Sim, a gente pode ajudar nisso (reduzir custos com frete) e o Brasil vem se consolidando, pelas descobertas, pela sua política, como um lugar mais tranquilo nesses aspectos (geopolíticos), saindo desses cursos mais arriscados”, afirmou.

A empresa opera 33 navios, com capacidade total de 3,17 milhões de toneladas de porte bruto, além de 46 terminais e aproximadamente 8,5 mil quilômetros de dutos. A carteira inclui mais de 130 clientes de distribuição, petroquímica e óleo e gás.

Silva afirmou que o ritmo de expansão ainda está sendo calibrado, com negociações em andamento. “Estamos conversando com bastante gente...”, disse, reforçando que o crescimento seguirá padrões rigorosos. “O rigor técnico e, principalmente, a segurança da operação são coisas que não dá para negociar.”

FOLHA DE S. PAULO

FOLHA DE SÃO PAULO - SP

GOVERNO CONTRATA MAIS DE UMA ITAIPU EM MAIOR LEILÃO DE ENERGIA DO ANO

- Ao todo, serão contratados 19 GW de energia, que devem movimentar R\$ 64,5 bi em investimentos
- Maior parte vem de termelétricas movidas a gás natural e carvão mineral, combustíveis fósseis

Por Pedro Lovisi

São Paulo - O governo federal contratou, nesta quarta-feira (18), 19 GW (gigawatts) de energia térmica e hidráulica para abastecer o sistema elétrico do país em momentos de falta de energia, principalmente no início das noites, quando as placas solares param de funcionar e a demanda por energia cresce. A contratação aconteceu durante o leilão de reserva de capacidade, o maior deste ano no setor.

Do total contratado, cerca de 15,2 GW virão de termelétricas movidas a gás natural, 1,3 GW de usinas a carvão mineral e 2,5 GW de hidrelétricas.

Entre as termelétricas a gás, haverá contratação de novas usinas e existentes e entre as de carvão apenas existentes. Já entre as hidrelétricas toda geração virá da ampliação de plantas existentes – o percentual de novas e existentes deve ser divulgado nas próximas horas pelo governo.

O investimento total esperado com as obras do leilão é de R\$ 64,5 bilhões. Por outro lado, a contratação desse montante de energia vai gerar uma despesa de R\$ 515,7 bilhões aos consumidores de energia enquanto os contratos estiverem em vigência – cerca de R\$ 39 bilhões por ano.



Usina Termelétrica Jaquatirica 2, localizada na área rural de Boa Vista (RR) - Lalo de Almeida/Folhapress

A contratação foi muito acima da previsão de especialistas, que dias antes do certame esperavam compras entre 5 GW e 10 GW. Em comparação, o montante contratado equivale a 1,4 vez a capacidade instalada da usina de Itaipu, que divide energia entre o Brasil e o Paraguai.

O deságio médio do leilão foi de 5,52%, abaixo dos 15,34% do último leilão de reserva de capacidade, organizado em 2021. A queda, segundo analistas, pode ter sido ocasionada pelo formato do leilão, dividido entre muitas fontes, o que tende a diminuir a concorrência.

O primeiro suprimento começará em agosto deste ano, por meio de termelétricas já existentes. A partir daí, a cada ano até 2031, mais energia térmica será incluída na rede elétrica do país, sendo que de 2028 a 2031 a eletricidade gerada poderá vir também de novas termelétricas movidas a gás natural. Já no caso de hidrelétricas, a entrega será em 2030 e 2031, por meio de usinas já existentes e com capacidade de ampliação. O fornecimento das térmicas será de dez anos, e o das hidrelétricas, de 15 anos.

Entre as principais empresas vencedoras estão a Eneva, ligada ao banco BTG Pactual; a Âmbar, dos irmãos Batista; a Copel e a Petrobras.

O leilão desta quarta é considerado fundamental para a segurança do sistema elétrico do país, sistema que hoje vive excesso de geração em alguns períodos do dia e falta em outros. A energia

contratada visa preencher a falta de energia. Como térmicas não dependem de condições meteorológicas para gerar energia, elas são tratadas como fontes que dão segurança à rede elétrica.

Após o certame, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, celebrou o resultado. "Fizemos o maior leilão de térmicas da história desse país; é um leilão que garante, além de segurança energética, modicidade tarifária porque quando não temos parque térmico contratado dependemos de contratar de forma merchant e emergencial, como aconteceu em 2021", disse. Naquele ano, o governo precisou acionar termelétricas sem contrato em meio a uma das piores secas do século.

Nos últimos meses, o leilão de reserva de capacidade foi alvo de várias discussões, inclusive judiciais. A competição aconteceria em junho do ano passado, mas contestações de empresas interessadas fizeram o governo federal adiar o leilão em abril.

A polêmica mais recente veio no mês passado, quando o Ministério de Minas e Energia divulgou os preços-teto para contratação das térmicas a gás natural. Na ocasião, analistas consideraram os valores bem abaixo dos praticados no mercado, o que fez as ações de empresas do setor despencarem e trouxe dúvidas sobre a competição do certame.

O governo precisou recuar e três dias depois aumentou os preços –em alguns casos, até duplicou. A reviravolta chamou atenção do TCU (Tribunal de Contas da União), que identificou fragilidades metodológicas nos preços finais, mas optou por não remarcar a data.

Este texto está em atualização

Fonte: *Folha de São Paulo - SP*

Data: 18/03/2026

TCU SUSPENDE R\$ 2,6 BI DE APORTES DO GOVERNO FEDERAL PARA O TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

- Tribunal quer que autoridade portuária apresente plano de governança para os recursos
- Ministro Bruno Dantas já havia requerido ao governo de São Paulo o aditamento do contrato

Por Alex Sabino

São Paulo - Em decisão unânime, o TCU (Tribunal de Contas da União) suspendeu o repasse de R\$ 2,6 bilhões em recursos federais para a construção do túnel imerso entre Santos e Guarujá, no litoral paulista.

O acórdão proíbe a APS (Autoridade Portuária de Santos) de disponibilizar qualquer dinheiro para o projeto até nova deliberação da corte. A deliberação acontece após a autoridade portuária reclamar que o governo de São Paulo não a incluiu como anuente e interveniente no contrato com a Mota-Engil, que será a concessionária da obra.



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), bate o martelo na B3 após o leilão para a construção do túnel - Rafaela Araújo-5.set.25/Folhapress

O processo tem a relatoria do ministro Bruno Dantas. A decisão determina que a APS apresente, em 30 dias, instrumento formal de governança do aporte federal. O documento deverá ser assinado ao menos pelo governo paulista e pela própria autoridade portuária. Também foi prorrogado por 30 dias acórdão anterior que já havia estabelecido exigências semelhantes à APS e à Antaq

(Agência Nacional de Transportes).

Em documento de fevereiro, Dantas havia requerido ao governo de São Paulo e à Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo) o aditamento do "contrato de concessão patrocinada para a inclusão formal da Autoridade Portuária como interveniente-anuente." A reclamação da APS ao TCU era que, embora seja responsável por metade dos R\$ 5,14 bilhões de aportes públicos para a obra, não havia sido informada quanto aos termos do contrato já assinado pelo governo de São Paulo e a concessionária, a portuguesa Mota-Engil.

O edital foi publicado em junho de 2025, com a minuta do contrato divulgada previamente. O leilão aconteceu em 5 de setembro e na abertura dos envelopes, na B3, além de representantes do governo do estado e o próprio governador Tarcísio de Freitas, estavam presentes autoridades da APS. Ninguém citou qualquer questão a respeito do tema naquele momento.

Mas em contato com a coluna, o presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini, disse que a entidade precisa analisar a minuta deste contrato: "Após essa análise e a definição do modelo de governança, a APS poderá assiná-lo como anuente e interveniente, já que pagará 50% do custo do túnel"

O túnel imerso entre Santos e Guarujá é a principal obra do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo Lula. A responsabilidade pela obra ficou com o governo de São Paulo.

Fonte: Folha de São Paulo - SP
Data: 18/03/2026

PETROBRAS DIZ QUE IMPORTADORES PRIVADOS ESTÃO DESVIANDO DIESEL QUE VIRIA AO BRASIL

- Magda Chambriard afirma que estatal faz 'das tripas coração' para aumentar oferta nacional
- Mercado teme que redução nas importações afete abastecimento e pede reajuste no preço

Por Nicola Pamplona

Rio de Janeiro - A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou nesta quarta-feira (18) que importadores privados de combustíveis estão desviando para outros países navios contratados inicialmente para abastecer o Brasil.

A estratégia, diz ela, tem criado incertezas sobre o abastecimento nacional após o início da guerra no Irã. A estatal, afirmou Magda, tem feito "das tripas coração" para ampliar a produção do combustível em suas refinarias.

"A inteligência competitiva da Petrobras monitorou seis navios de terceiros direcionados ao Brasil. Alguns chegaram até perto de portos brasileiros e tiveram os seus destinos desviados", disse Magda em evento no Rio de Janeiro.



A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, em entrevista à Folha em dezembro de 2025. - Eduardo Anizelli/Folhapress

A presidente da Petrobras insinuou que o desvio dos navios ocorreu porque os proprietários da carga buscaram mercados com maiores preços nesse momento de escassez global do produto. Disse ainda que a petroleira tem tomado medidas para garantir o abastecimento, mas tem capacidade limitada de importação.

Na abertura do mercado desta quarta, o diesel vendido pelas refinarias da Petrobras custava R\$ 2,15 por litro a menos do que a paridade de importação medida pela Abicom. Na gasolina, a diferença era de R\$ 1,33 por litro.

"Nossa capacidade de importação não atende toda a demanda do Brasil. Isso é bom que se diga. Por que isso aconteceu? Porque o Estado brasileiro, num determinado momento, decidiu que a Petrobras não ficaria sozinha nesse mercado", afirmou.

Nesta quarta, entidades ligadas à distribuição e importação de combustíveis enviaram carta ao governo pedindo aumento do preço do diesel, sob a justificativa de que os preços atuais, defasados em relação ao mercado internacional, tornam as importações inviáveis economicamente.

"O caminho mais sustentável para o setor passa pelo equilíbrio de preços com o mercado internacional, pela previsibilidade regulatória, pela concorrência saudável e por políticas que assegurem o equilíbrio entre oferta e demanda", escreveram.

Na terça-feira (17), a estatal comunicou ao mercado cancelamento de leilões de combustíveis que realizaria neste início de semana. Magda disse nesta quarta que a empresa decidiu reavaliar o cenário antes de colocar mais produtos à venda.

A estatal diz que vem entregando ao mercado volumes 15% superiores aos contratados e adiou paradas para manutenção em refinarias para garantir o abastecimento enquanto durar a guerra.

Fonte: Folha de São Paulo - SP

Data: 18/03/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MINISTÉRIO DIVULGA CALENDÁRIO 2026 DO PROGRAMA NAVEGUE SIMPLES

Da Redação Portos e logística 18/03/2026 - 16:36



O Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor) divulgou na segunda-feira (16) o calendário de atividades previstas para o Programa Navegue Simples em 2026. A primeira será a Caravana da Inovação no Porto de Paranaguá, no Paraná, nos dias 5 e 6 de maio. Nos meses de julho e de setembro, o evento será realizado nos portos de Maceió, em Alagoas, de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e de Navegantes, em Santa Catarina. Além disso, em junho, o Rio de Janeiro sediará o Inova Portos e, em 30 de setembro, será lançada, segundo a pasta, a Segunda Onda do programa.

O cronograma foi definido na primeira reunião do ano do Comitê Técnico Interinstitucional do Navegue Simples, em 13 de março. De acordo com o Mpor, nela foram avaliados resultados do programa e definidas metas com objetivo de atrair investimentos e projetos para modernizar a gestão portuária brasileira, com foco em segurança jurídica e na redução de custos.

Ainda na reunião, foi criado um grupo de trabalho para avaliar oportunidades de negócios para o setor, estudar tecnologias ligadas à transição energética, a combustíveis sustentáveis e a saneamento. Além disso, foi apresentado um painel de ações visando o acompanhamento online das atividades do Navegue Simples pelo grupo de trabalho e a integração com sistemas de órgãos como a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), a Secretaria Nacional de Portos (SNP) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O Mpor informou ainda que o governo federal avalia a edição de portaria interministerial para mudar as regras atuais de cessão de águas públicas, com objetivo de dar mais segurança jurídica a administradores de instalações fora da área do porto organizado. Uma das metas é ampliar o tempo de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de arrendamento, hoje em torno de dois anos.

Renildo Barros, superintendente de outorgas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), explicou que o objetivo é conferir maior autonomia, celeridade e eficiência aos investimentos portuários, com a publicação, ainda em 2026, de novo manual de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (Evea), considerado uma etapa complexa no processo decisório e que demanda tempo e recursos do setor privado e do poder público. “A proposta é tornar esse processo mais ágil, estimulando novos investimentos e reduzindo entraves burocráticos”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/03/2026

TRANSPETRO PRESTARÁ SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO PARA TRAFIGURA E IPIRANGA

Por Danilo Oliveira Navegação 18/03/2026 - 11:13



Empresa firmou primeiros contratos como EBN voltados a operações de transporte marítimo para terceiros, ampliando atuação fora do sistema Petrobras

A Transpetro ampliou sua atuação como empresa brasileira de navegação (EBN) e passará a viabilizar operações de transporte marítimo para clientes fora do Sistema Petrobras. Os primeiros contratos voltados a operações de transporte para terceiros foram assinados com Trafigura e Ipiranga. A Transpetro avalia que a nova frente de negócios amplia o portfólio de serviços logísticos da companhia, incluindo o afretamento de

embarcações estrangeiras para atuar na cabotagem e no longo curso, em um contexto de crescimento da demanda por soluções logísticas integradas e aumento da produção de petróleo no país.

A empresa de logística multimodal de petróleo, derivados e biocombustíveis afirma que a decisão de ingressar nesse novo segmento leva em conta a expansão do transporte aquaviário no país, além do aumento da procura por afretamento de embarcações estrangeiras, devido à baixa disponibilidade de navios de bandeira brasileira, e o aumento da produção de petróleo no país. Entre janeiro e novembro de 2025, a movimentação de petróleo e derivados nos portos brasileiros totalizou cerca de 203 milhões de toneladas, segundo dados do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

A Transpetro destacou que os novos serviços oferecidos ao mercado asseguram segurança regulatória, operacional e técnica para viabilizar operações de navegação. O portfólio pode incluir avaliação técnica e operacional para verificação de padrões de segurança e conformidade em navios (vetting); checagem e adequação das embarcações às exigências específicas de cada terminal (fitting); suporte regulatório; monitoramento operacional; emissão de documentos de transporte, entre outros serviços.

O diretor financeiro da Transpetro, Danilo Silva, considera a atuação nesse mercado mais um passo estratégico da companhia para ampliar a carteira de clientes e o faturamento, em linha com os objetivos estratégicos da companhia. Ele disse que a experiência no atendimento à Petrobras credencia a subsidiária com uma estrutura sólida de segurança operacional e nos permite oferecer uma gama mais ampla e integrada de serviços logísticos.

“A Transpetro passa, agora, a oferecer ao mercado a oportunidade de viabilizar operações com embarcações estrangeiras quando não houver disponibilidade de navios com bandeira brasileira, assegurando conformidade regulatória, eficiência logística e continuidade das operações”, afirmou Silva. A frota da Transpetro é composta por 33 embarcações, com capacidade de 3,17 milhões de toneladas de porte bruto (TPB).

A expectativa da Transpetro é que a entrada no novo mercado garanta escala, eficiência e confiabilidade no transporte marítimo, sendo um diferencial estratégico para atender operações de grande porte. A avaliação da empresa é que, ao combinar transporte marítimo, dutos, tancagem, operações de transferência entre navios (ship-to-ship) e outras soluções logísticas, fortalece sua capacidade multimodal e passa a entregar um portfólio mais completo, com ganhos de agilidade, eficiência e maior controle das operações ao longo de toda a cadeia logística.

Atualmente, a Transpetro opera 46 terminais (25 aquaviários e 21 terrestres), cerca de 8,5 mil quilômetros de dutos. A maior subsidiária da Petrobras presta serviços a distribuidoras, à indústria petroquímica e demais empresas do setor de petróleo e gás. A carteira da subsidiária da Petrobras hoje conta com mais de 130 clientes.

Para a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), a Transpetro representa mais uma empresa fazendo esse transporte de combustível, oferecendo serviços e amplificando a importância da navegação doméstica na costa brasileira. “A Transpetro é uma empresa com capital e que tem frota. É muito bem-vinda a possibilidade dela operar no mercado da forma como todas as outras empresas já operam para outros clientes”, afirmou o diretor-executivo da Abac, Luis Fernando Resano, à Portos e Navios.

Apoio Marítimo

Em dezembro de 2025, a Transpetro também anunciou a incorporação da Petrobras Logística de Exploração & Produção (PB-Log) especializada em controle de emergências, incluindo combate a derramamentos de óleo no mar e explosões submarinas, e logística integrada para recebimento, guarda e transporte de material por via terrestre, marítima ou aérea. Com a nova estrutura, a subsidiária da Petrobras passa a atuar também no apoio marítimo e no controle de emergências em áreas exploradas por consórcios operados e liderados pela estatal.

(Em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/03/2026

ARTIGO - A TROCA DO INDEXADOR DO FMM AMEAÇA A RETOMADA DA CONSTRUÇÃO NAVAL

Por Paulo Octavio Almeida e Mauro Gomes *Opinião 17/03/2026 - 19:35*



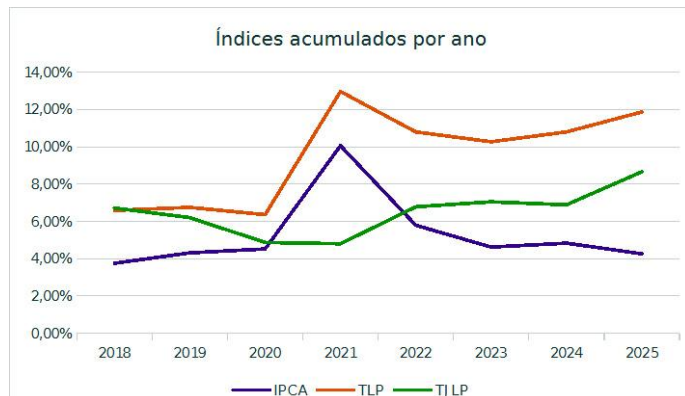
A retomada da construção naval, evidenciada pela prioridade recém concedida pelo Fundo de Marinha Mercante (FMM) à construção de embarcações no valor de 2,8 bilhões, alerta para uma mudança que havia passado despercebida: a substituição do indexador dos contratos do FMM, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para a Taxa de Longo Prazo (TLP).

A troca das taxas expõe um dilema recorrente da política pública: como preservar o valor financeiro dos fundos com a necessidade de garantir condições viáveis de investimento em serviços essenciais?

o indexador atual

Desde 1996, o FMM utilizava a TJLP, uma taxa previsível, baseada em metas de inflação, que desempenhava papel central no estímulo a projetos de alto risco, com prazos longos e valores elevados, típicos da indústria naval. A partir de 2018, entretanto, foi substituída pela TLP, diferentemente da anterior, atrelada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e acrescida de uma parcela de juros reais prefixados.

O gráfico a seguir apresenta o comportamento dos valores das taxas, com a TLP sempre em patamar superior, desde sua criação. Num financiamento hipotético com juros de 4% ao ano, o encargo final saltaria de 13% (na antiga TJLP) para 16% (na atual TLP), elevando em 3% o custo financeiro do investimento.



Como explicar as prioridades concedidas pelo Fundo?

Nem todos os setores foram afetados negativamente. As empresas de longo curso, cujas receitas de frete são referidas ao dólar, têm a opção de optar por corrigir o saldo devedor de seus financiamentos pela variação da moeda estrangeira, funcionando como um "hedge" natural.

A correção cambial atende também às empresas de apoio marítimo, cujos contratos de serviço com as petroleiras estão referenciados ao dólar. Isso explica por que o apoio marítimo, objeto da prioridade mencionada no início, continua captando recursos do FMM.

Esse sistema não se aplica às empresas de cabotagem e navegação interior, visto não poderem associar seus fretes ao dólar. Uma pena, pois a cabotagem, com o vigoroso crescimento das últimas décadas, que poderia ser um indutor do desenvolvimento da indústria naval, opera uma frota majoritariamente composta de embarcações construídas no exterior e não recorre ao Fundo.

Ao excluir projetos da navegação interior, em especial os destinados ao transporte de passageiros, deixa-se de atender um dos setores mais carentes de recursos, com forte impacto social e tradicionalmente apoiado pelo FMM. Vale lembrar o Programa de Transporte de Passageiros de Baixa Renda (TPBR) para a bacia amazônica.

Mobilidade urbana, um setor poupado

O transporte aquaviário de passageiros, realizado nos limites do município, foi poupado pelo governo, que oferece condições melhores por meio de dois programas, o Pró-Transporte e o Refrota. Os programas financiam projetos de mobilidade urbana, incluindo a aquisição de embarcações. Ambos usam a Taxa Referencial (TR), a mesma usada pelo FGTS, reconhecidamente favorável ao tomador do crédito, não exposto à instabilidade de preços do país.

O quadro em sequência compara as condições financeiras dos financiamentos à construção de embarcações dos dois programas comparados com o FMM.

PROGRAM A	FUNDING	CONTRAPARTIDA	PRAZO CARÊNCIA	PRAZO AMORTIZAÇÃ O	JUROS ANUAIS	CORREÇÃO SALDO
Pró-Transporte	FGTS	5%	48 meses	240 meses	6%	TR
REFROTA	FGTS	5%	47 meses	72 meses	6%	TR
FMM	FMM	10%	48 meses	240 meses	5%	TLP

Uma proposta para o equilíbrio

A mudança nas taxas marcou uma transformação significativa na política de incentivo à indústria naval no Brasil. A implementação da TLP aumentou o custo financeiro dos projetos, diminuiu a previsibilidade e ampliou o grau de risco enfrentado pelas empresas que utilizam recursos do FMM.

O sistema atual também produziu assimetria entre os setores de navegação. Os maiores tomadores de crédito, notadamente o apoio marítimo, conseguem mitigar os efeitos do encarecimento financeiro ao atrelar seus contratos à correção pelo dólar, alinhando assim o serviço da dívida às receitas na moeda estrangeira.

Por outro lado, a cabotagem — com potencial para estimular novas encomendas — e a navegação fluvial de passageiros — de grande relevância social — são as atividades mais fortemente afetadas, devido à falta de mecanismos de proteção financeira, como a correção cambial.

Essa assimetria evidencia a necessidade de revisar o atual modelo de indexação aplicado ao FMM, com o objetivo de restabelecer sua função, promover maior equilíbrio entre os setores financiados e fortalecer o papel do Fundo no desenvolvimento sustentável da indústria naval e da navegação brasileira.

A adoção de condições de financiamento baseadas nas taxas de juros do FMM acrescidas da correção inflacionária medida pelo IPCA permitirá preservar o patrimônio do Fundo e, ao mesmo tempo, reafirmar sua função histórica como instrumento de política pública voltado ao fomento.



Paulo Octavio Almeida e Mauro Gomes
Aquapar Consultoria Naval Ltda

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 18/03/2026

CNA PEDE QUE GOVERNO ZERE ALÍQUOTAS DO AFRMM

Por Danilo Oliveira Navegação 17/03/2026 - 19:16



Nesta terça-feira (17), confederação enviou ao Ministério da Fazenda ofício defendendo que essa medida tem como objetivo mitigar impactos de alta sobre preços dos fertilizantes

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) solicitou ao Ministério da Fazenda a edição de um decreto emergencial que conceda desconto de 100% nas alíquotas do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). Em ofício encaminhado ao ministro Fernando Haddad, nesta terça-feira (17), o presidente da CNA, João

Martins, justificou a medida diante do aumento dos preços dos fertilizantes nitrogenados importados pelo Brasil para utilização na agricultura, como a ureia, que teve alta de 35% no preço, com a escalada do conflito no Oriente Médio.

Atualmente, o AFRMM tem alíquotas de 8% na navegação de longo curso, cabotagem, navegação fluvial e lacustre para o transporte de cargas para todo Brasil, e 40% para graneis líquidos destinados às regiões Norte e Nordeste. “Essa estrutura gera impactos relevantes sobre os custos logísticos nacionais, especialmente na importação de fertilizantes essenciais à produção agropecuária”, ressaltou a CNA no documento.

No ofício, a confederação informa que parcela expressiva da arrecadação do AFRMM decorre da importação de fertilizantes, majoritariamente internalizados por portos das regiões Sul e Sudeste. De acordo com a CNA, a importação corresponde a 90% dos fertilizantes consumidos no Brasil.

A entidade justifica que a alta dos preços tende a pressionar ainda mais os custos de produção e, consequentemente, os preços dos alimentos no país. “A medida proposta reveste-se de caráter emergencial e estratégico, sendo fundamental para mitigar os efeitos de choques externos sobre a economia brasileira, em especial em um setor responsável por parcela significativa do PIB, das exportações e da geração de emprego e renda”, defende a CNA no ofício.

A Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem enxerga que a medida parece descabida ao mencionar a cabotagem e a navegação interior, em vez de focar no longo curso. O diretor executivo da Abac, Luis Fernando Resano, ressaltou que não há objeção quanto à confederação pleitear junto ao governo federal a isenção dos fertilizantes na importação.

“A medida é, de certa forma, descabida, ao abordar também a cabotagem e a navegação interior, uma vez que esses fertilizantes não são transportados na cabotagem. E, ainda assim, nem na cabotagem e nem na navegação interior há incidência do adicional de frete pelo instituto da não incidência do AFRMM”, disse Resano à Portos e Navios.

Frente Parlamentar

Também nesta terça (17), durante reunião semanal da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), em Brasília, a CNA defendeu que o governo zere o AFRMM e adote outras medidas para enfrentar a alta dos preços dos fertilizantes e dos combustíveis. O pacote sugerido inclui o aumento da mistura de biodiesel no diesel, dos atuais 15% para 17%.

O diretor técnico da CNA, Bruno Lucchi, destacou que a escalada das tensões no Oriente Médio, especialmente em áreas estratégicas como no Estreito de Ormuz, pode gerar efeitos relevantes sobre custos de produção, logística e preços de insumos no Brasil. A região concentra cerca de 20% do comércio global de petróleo e gás natural, além de responder por até 35% do comércio mundial de amônia e ureia e 30% dos fertilizantes comercializados no mundo.

Segundo o diretor, eventuais interrupções no fluxo marítimo na região tendem a impactar diretamente o mercado global, elevando custos de frete, seguro e operações logísticas. “Isso pode resultar em aumento no custo de chegada de insumos essenciais para o agro brasileiro, especialmente fertilizantes”, alertou Lucchi durante o evento.

Lucchi afirmou que o mercado já sente os efeitos do conflito, com alta dos preços da ureia entre 30% e 35% desde o início do conflito, no último dia 28 de fevereiro. No caso do petróleo, os preços internacionais registraram alta de até 51%, pressionando também os custos de combustíveis como o diesel. Ele alertou ainda que o conflito tende a aumentar a volatilidade nos mercados, afetando preços, contratos futuros e câmbio. “Esse cenário dificulta o planejamento do produtor rural e pode comprometer decisões de compra de insumos”, declarou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2026

PROJETO EM BARRA DO FURADO PREVÊ BASE OFFSHORE E RECICLAGEM DE EMBARCAÇÕES

Da Redação Offshore 17/03/2026 - 20:19



A BR Offshore anunciou, nesta terça-feira (17), que será lançada, no próximo sábado (21), a pedra fundamental de empreendimento que desenvolverá no Complexo Logístico e Industrial Farol/Barra do Furado, entre as cidades de Campos dos Goytacazes e Quissamã, no norte fluminense. De acordo com a empresa, o espaço terá cerca de um milhão de metros quadrados (m²) e mais de 900 metros de cais e será usado para apoio offshore, reciclagem de embarcações e demandas de projetos de exploração de energia eólica em alto-mar.

A companhia informou que são estimados investimentos de cerca de R\$ 800 milhões, que o início das obras da primeira fase está previsto para este ano e que a conclusão total será até 2028. A expectativa é de geração de até 800 empregos diretos e aproximadamente 3.200 indiretos quando as operações estiverem em andamento.

De acordo com a BR Offshore, o empreendimento terá instalação de reciclagem de embarcações projetada de acordo com as principais normas nacionais e internacionais de desmantelamento naval, além de base de apoio offshore voltada ao segmento de óleo e gás (O&G). A estrutura estará preparada também para atender à demanda das usinas eólicas offshore, cujos leilões deverão ocorrer após a regulamentação da lei federal que disciplina o aproveitamento do potencial energético offshore no país.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2026

ANTAQ APROVA PRIMEIRO PROJETO DO PROGRAMA OUTORGA VERDE

Da Redação Portos e logística 17/03/2026 - 20:11



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) anunciou, na última segunda-feira (16), que a empresa Hardrada Energy Tech Inovação venceu a categoria inovação em seu sandbox regulatório Outorga Verde. A aprovação foi confirmada na mais recente reunião ordinária da diretoria colegiada. Segundo a agência, a primeira outorga verde tem o objetivo de ocupar e explorar áreas ociosas dos portos organizados. A empresa escolhida vai instalar um sistema de geração de energia pela coleta de resíduos no Porto de Suape (PE), com contrato com previsão de 48 meses e investimentos de até R\$ 28,8

milhões.

De acordo com Cristina Castro, diretora substituta da Antaq e relatora do tema na reunião da diretoria, o sandbox regulatório Outorga Verde foi estruturado para alinhar as ações da entidade aos compromissos internacionais com a adaptação e mitigação frente às mudanças climáticas e às políticas públicas nacionais de transição energética. “A iniciativa também reforça o papel do Brasil na promoção e no desenvolvimento de soluções de energia limpa”, disse.

Durante o período do experimento, a Antaq definirá medidas para que os usuários dos serviços não se exponham a riscos excessivos. Também serão determinados indicadores de monitoramento e a atuação da empresa será acompanhada pela autarquia. Segundo a agência, o sandbox regulatório vai desenvolver modelos de negócios contemporâneos e testar técnicas e novas tecnologias. Desse modo, buscará ter mais governança e estabilidade regulatória, além de permitir o experimento em pequenos grupos antes de serem lançados para os usuários em geral, estimulando o ambiente de inovação tecnológica.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2026

FRAGATA TAMANDARÉ CHEGA AO RIO PARA SER INCORPORADA À MARINHA

Da Redação Indústria naval 17/03/2026 - 20:32



A Marinha do Brasil informou, nesta terça-feira (17), que a fragata Tamandaré (F200) chegou ao Rio de Janeiro (RJ) no dia anterior e será incorporada oficialmente à Armada no próximo dia 24 de abril. Construído em Itajaí (SC), o navio é a primeira das quatro unidades do Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), de renovação de embarcações da força naval. Também na segunda-feira (16), na Base Naval do Rio de Janeiro, foram entregues novas instalações para que parte dos 154 militares da tripulação possa atuar em terra.

A Tamandaré foi construída no TKMS Estaleiro Brasil Sul com uso de mão de obra local e transferência de tecnologia. O projeto integra o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo federal. De acordo com a Marinha, a chegada ao Rio marca a conclusão da fase de construção do navio, iniciada em 2022 com o corte da primeira chapa de aço, que teve o lançamento em 9 de agosto de 2024 e testes de mar no ano passado.

Segundo a Marinha, a embarcação está preparada para ser usada em missões de guerra antiaérea, antissubmarino e de superfície ao mesmo tempo. O navio é equipado com sensores com alta capacidade de detecção e acompanhamento de contatos, incluindo radar de busca volumétrica, para contatos com embarcações a longa distância, aeronaves e drones.

Além disso, conta com sensores de monitoramento de guerra eletrônica com os quais é possível monitorar emissões eletromagnéticas e de radiofrequência e ter informações precisas. Os equipamentos fazem parte do Sistema de Gerenciamento de Combate (CMS) das Fragatas Classe Tamandaré, desenvolvido em parceria pela brasileira Atech e pela alemã Atlas Elektronik GmbH.

Além da Tamandaré, outros três navios fazem parte do programa e estão sendo construídos no estaleiro catarinense. A fragata Jerônimo de Albuquerque iniciará a etapa de testes de mar no segundo semestre de 2026, a Cunha Moreira está na fase de conclusão da montagem do casco e tem cerimônia de lançamento ao mar prevista para 17 de junho e a Mariz e Barros começou a ser construída em janeiro e seu batimento de quilha será feito ainda este ano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2026

PETROBRAS EXERCE DIREITO DE PREFERÊNCIA PARA 100% DO CAMPO DE TARTARUGA VERDE E DO MÓDULO III DE ESPADARTE

Da Redação Offshore 17/03/2026 - 20:37



A Petrobras anunciou, na última segunda-feira (16), que vai usar sua condição de sócia e operadora do campo de Tartaruga Verde e do Módulo III do campo de Espadarte, na Bacia de Campos, para exercer o direito de preferência, comprar 50% de participação neles e passar a ser a única dona e operadoras dos ativos. De acordo com a empresa, a decisão foi informada à Petronas Petróleo Brasil, que tem os 50% de participação que serão comprados.

De acordo com comunicado da Petrobras, a transação será de 450 milhões de dólares, dos quais 50 milhões de dólares serão pagos no dia da assinatura do contrato, que ainda não foi marcada. Outros 350 milhões de dólares serão repassados no fechamento da operação e mais duas parcelas, de 25 milhões de dólares cada, 12 e 24 meses depois. A empresa ressaltou que os valores finais serão ajustados com base em descontos relacionados aos resultados econômicos obtidos pelos campos desde de 1º de julho de 2025.

A Petrobras explicou que a compra será feita em condições econômico-financeiras consideradas vantajosas, tem como objetivo aumentar sua capacidade de decisão sobre seu próprio portfólio, segue diretrizes de seu Plano de Negócios e reforça o direcionamento voltado ao segmento de óleo e gás. Mas ressaltou que ela ainda depende do cumprimento de condições previstas em contrato e da aprovação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

De acordo com a companhia, o campo de Tartaruga Verde e o Módulo III de Espadarte ficam no lado sul da Bacia de Campos, em lâmina d'água entre aproximadamente 700 e 1.620 metros. Eles são operados pela Petrobras com a FPSO Cidade de Campos dos Goytacazes e produzem atualmente cerca de 55 mil barris de óleo por dia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/03/2026



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 046/2026
Página 82 de 82
Data: 18/03/2026
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPIING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 18/03/2026